

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário
ISSN 0870-1865
6 de Maio de 1993
Preço: 120\$00
(IVA incluído)
N.º 1011
Director:
Carlos Brito

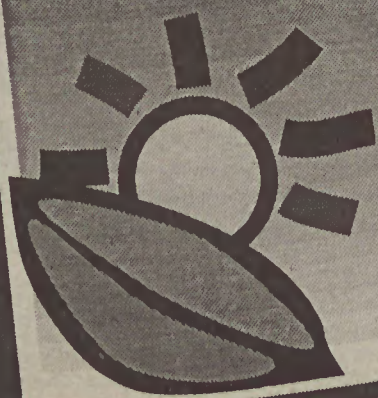
Maio na rua por uma política diferente

Págs. 3 a 7



com o PCP, com a CDU

um bom trabalho
*melhores
soluções*



PCP e CONFERÊNCIA NACIONAL
sobre Poder Local
Américas

Conferência Nacional do PCP sobre Poder Local

Centrais



Estudantes dizem adeus ao Couto

Últimas



A luta é o caminho

— Artigo de
António Lopes Pág. 18



Lisboa respira de novo

— Artigo de
Rui Godinho Pág. 26



Mesa-redonda sobre a 2.ª Assembleia do Sector Intelectual do Porto

Págs. 20/21

EDITORIAL

Maio vai prosseguir em Junho

No 1º de Maio, o protesto carregado de razão e pleno de energia desceu à rua em todo o País. Foi a implacável responsabilização do Governo pela crise económica e social e as suas devastadoras consequências no tecido produtivo nacional e nas condições de vida de uma parte considerável dos portugueses.

Foi a condenação da política governamental de direita em relação ao emprego, aos salários, à contratação colectiva, às reformas e pensões, ao trabalho infantil, à segurança social, à saúde, ao ensino, à habitação.

Foi a denúncia da abolição da democracia em locais de trabalho, da constante violação dos direitos laborais, da perseguição à acção sindical nas empresas, da repressão dos trabalhadores que protestam, reclamam e mais se destacam na luta.

Foi o apelo à desobediência aos despachos ministeriais que, à sombra da lei dos serviços mínimos, pretendem praticamente anular o direito à greve.

O 1º de Maio foi, acima de tudo, a afirmação da necessidade de uma política diferente e da inabalável vontade de lutar por ela.

Neste sentido, reveste especial significado "o compromisso de empenhar toda a estrutura sindical numa intensa acção de esclarecimento e mobilização dos trabalhadores, tendo em vista o desenvolvimento da luta reivindicativa", anunciado em nome da CGTP-IN, pelo seu Coordenador, Manuel Carvalho da Silva, no comício da Alameda Afonso Henriques, que culminou a manifestação de Lisboa.

Como tradução concreta deste compromisso da Central sindical unitária, merece grande destaque o programa de intensificação da luta ao longo do mês de Maio e a certeza de que Maio vai prosseguir em Junho, com a fixação de uma nova jornada para o dia 5 do próximo mês.

Os acontecimentos verificados e os números que vieram a público nas vizinhanças do 1º de Maio confirmaram a profundidade da crise, alertaram para o seu previsível agravamento e puseram em evidência que não resta ao nosso povo outra alternativa, para lhe fazer frente, senão lutar.

A opinião pública foi vivamente impressionada pela falência da Amadeu Gaudêncio, que representa a liquidação de muitas centenas de postos de trabalho, pela ameaça de ruptura financeira da TAP, que deixou de garantir o pagamento integral dos salários e onde persiste o plano de despedimento de milhares de traba-

lhadores, pela suspensão da actividade e dos contratos de trabalho das Piri-tes Alentejanas de Aljustrel que representa um profundo golpe para os mais de 400 trabalhadores que ali laboram e respectivas famílias e para toda a vida da vila mineira alentejana.

Estes exemplos, entre muitos outros são demonstrativos tanto da gravidade da crise como da irresponsabilidade das administrações das empresas em causa e do próprio Governo que, especialmente no caso das duas últimas, tem responsabilidades na nomeação de gestores e acompanhamento da gestão.

Os números oficiais apontam, entretanto, para 320 empresas já

Merece grande destaque o programa de intensificação da luta ao longo do mês de Maio e a certeza de que Maio vai prosseguir em Junho, com a fixação de uma nova jornada para o dia 5 do próximo mês.

encerradas ou em vias de encerramento e para 230 empresas com salários em atraso, afectando cerca de 20 mil trabalhadores.

Os mais fiáveis indicadores do desemprego que eram os publicados pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional já apontavam para uma taxa de 8 por cento correspondendo a 360 505 desempregados (mais 47 741 que em igual período do ano passado) quando o Governo suspendeu a sua publicação.

A este respeito é preciso dizer que o indicador do desemprego foi num passado recente a menina dos olhos da propaganda da "boa governação" cavaquista. No entanto, quando o desemprego começou a agravar-se, o ministro Peneda apressou-se a dizer que era "um problema das empresas e dos trabalhadores" que "o Governo não tinha nada a ver com ele". Finalmente, como o agravamento do desemprego não tem cessado de se produzir a um ritmo que ultrapassa o dos outros países comunitários, e o Governo se confessa incapaz de detê-lo ou de atenuá-lo, adoptou uma medida típica da governação autoritária cavaquista - aprisionou a sua divulgação.

É caso para dizer que o Governo faria outro tanto, se pudesse, em relação a tudo aquilo que lhe parece incómodo.

Em relação à crise, persiste numa política de ocultação para tentar ainda enganar o País e retardar o julgamento da sua desastrosa polí-

tica. Desta maneira, o que faz é retardar as possibilidades da recuperação que só pode ser alcançada com uma política diferente.

Em praticamente todos os domínios, a política governamental não só não resolve os problemas, como os agrava e cria novos problemas.

Um caso especialmente inquietante é o da anunciada nova legislação sobre a corrupção, aprovada recentemente em Conselho de Ministros.

O País e especialmente as forças democráticas devem tomar boa nota das preocupações manifestadas à comunicação social pelo Bastonário da Ordem dos Advogados que integrava uma delegação também constituída por representantes do Sindicato dos Juizes Portugueses e do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, que se avistou com o Presidente da República, na passada segunda-feira.

A legislação "perigosa para a própria essência do regime democrático", como foi qualificada por aquela representativa delegação, permite à Polícia Judiciária juntar à acção de polícia criminal a recolha de informações e dá-lhe poderes para investigar a vida privada dos cidadãos sem a intervenção de qualquer magistrado judicial.

A pretexto da corrupção e mantendo estritamente sob o seu controlo e as suas conveniências os novos dispositivos e instrumentos de intervenção, o Governo do PSD, ao mesmo tempo que se isenta de qualquer fiscalização, pretende dar novos passos no sentido de acentuar o policiamento da sociedade portuguesa, de "muscular" o regime e conferir-lhe um cariz crescentemente autoritário. As "infiltrações" e as "vigilâncias" do SIS junto do movimento estudantil, recentemente denunciadas na imprensa, vão na mesma direcção.

Ao contrário do que o Primeiro-Ministro há tempos proclamou existe em Portugal o problema das liberdades. Os exemplos multiplicam-se.

O novo despacho ministerial relativo à greve dos trabalhadores da limpeza dos hospitais significou, ainda mais gravemente do que em situações anteriormente denunciadas, a inviabilização do exercício do direito à greve para a maioria dos trabalhadores que pretendiam exercê-lo. É uma intolerável limitação de liberdades fundamentais a existência de uma tal lei e dos despachos que conduzem a tal resultado.

Aumenta tanto a necessidade de luta como os motivos para lutar. Os estudantes do ensino superior fizeram uma expressiva afirmação das suas reivindicações com a manifestação de 4 de Maio. Todos os sectores atingidos e todos os descontentamentos acumulados devem confluir para as novas jornadas de Maio e Junho.



Milhares de estudantes manifestaram-se ontem em Lisboa contra a política de educação do Governo

RESUMO

28 Quarta-feira

Durante a sua deslocação a Londres, o Presidente da República formula algumas críticas ao Tratado de Maastricht, defendendo a sua parcial renegociação ■ Os jornalistas parlamentares estabelecem acordo com o Grupo Parlamentar do PSD, pelo que chega ao fim o boicote à informação sobre a Assembleia da República ■ Os trabalhadores da agência Lusa iniciam uma greve de 24 horas ■ Prossegue em Lisboa o julgamento do ex-secretário de Estado Costa Freire ■ Para o Campeonato do Mundo de Futebol, a selecção portuguesa goleia a Escócia por 5-0 ■ Sob o signo da austeridade, a Comissão Europeia apresenta em Bruxelas o anteprojecto de orçamento para o ano de 1999 ■ O advogado-geral do Tribunal de Justiça da CE aconselha os juizes a rejeitar a contestação da firma francesa Matra sobre a instalação em Portugal do projecto Ford-VW.

29 Quinta-feira

A Comissão Parlamentar da Saúde ouve, numa reunião que dura cerca de três horas, o presidente da Comissão Nacional de Diálise e Transplante e a representante da autoridade sanitária de Évora ■ O dirigente da ASSP, guarda Alberto Torres, é punido pelo Comando da PSP com uma suspensão que pode ir até oito meses ■ Invadindo a pista do aeroporto de Lisboa, os trabalhadores da TAP protestam contra os cortes salariais, exigindo explicações ao presidente do conselho de administração da empresa ■ O Parlamento russo aprova uma resolução obrigando a Rússia a vetar qualquer ataque militar aos sérvios ■ Boris Ieltsin apresenta o seu projecto de Constituição, em que são reforçados os poderes presidenciais.

30 Sexta-feira

O provedor de Justiça, Meneres Pimentel, admite ao «Diário de Notícias» o envio ao Tribunal Constitucional do Regulamento de Circulação na Assembleia da República ■ Reunidos em plenário frente ao edifício da administração da TAP, na Portela, os trabalhadores daquela empresa decidiram uma greve às horas extraordinárias para os dias 12, 14 e 18 de Maio ■ Conselho de Segurança da ONU aprova por unanimidade a prorrogação, por mais um mês, do mandato da UNAVEM em Angola ■ Poucas horas após a sua tomada de posse, demitem-se em Itália quatro dos novos ministros, invocando o seu protesto pela recusa da Câmara de Deputados em levantar a imunidade parlamentar ao ex-líder do PSI, Bettino Craxi.

1 Sábado

Milhares de manifestantes comemoram em todo o País o 1.º de Maio, Dia do Trabalhador. Na concentração na Alameda D. Afonso Henriques, em Lisboa, o coordenador da CGTP-IN, Carvalho da Silva, anuncia a marcação de uma Jornada de Luta para o dia 5 de Junho ■ Agredidas pelas forças policiais, cerca de 200 pessoas ficam

feridas durante uma manifestação do 1.º de Maio junto à Praça Vermelha, em Moscovo ■ O secretário de Estado norte-americano, Warren Christopher, anuncia a decisão dos EUA de intervir militarmente na Bósnia ■ Vítima de um atentado à bomba, morre, em Colombo, Ranasinghe Premasada, presidente do Sri Lanka ■ Suicida-se, em Nevers, o ex-primeiro-ministro francês Pierre Bérégovoy.

2 Domingo

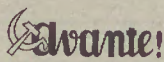
Morre em Évora o historiador Túlio Espanca ■ O presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, Mário de Almeida, considera, numa entrevista ao «Diário de Notícias», que é urgente regionalizar o País ■ O porta-voz da delegação governamental às negociações de paz de Abidjan, general Higinio Carneiro, admite a ruptura das conversações, adiantando que o governo de Luanda «não está disposto a ajudar a UNITA a fingir que está a negociar» ■ Realizam-se no Soweto as cerimónias do funeral de Oliver Tambo, presidente do Congresso Nacional Africano (ANC) ■ O governo norueguês impõe condições para as negociações de adesão à CE ■ É assinado em Atenas o plano de paz Vance-Owen para a ex-Jugoslávia ■ Realizam-se em Moscovo novas manifestações contra a violência registada na véspera durante as comemorações do 1.º de Maio.

3 Segunda-feira

O Presidente da República recebe em Belém o bastonário da Ordem dos Advogados e representantes sindicais do Ministério Público e dos magistrados judiciais que lhe manifestam as suas sérias preocupações face ao projecto de decreto-lei preparado pelo Governo para o combate à corrupção ■ Autarcas da CDU de Vila Nova de Gaia exigem a recuperação do centro histórico da cidade ■ Inicia-se no Tribunal da Boa-Hora o segundo julgamento do caso do fax de Macau ■ Demite-se Bjoern Engholm, presidente do Partido Social-Democrata alemão ■ Inicia-se em Washington a nona ronda de negociações de paz israelo-árabes.

4 Terça-feira

Estudantes manifestam-se pela revogação da Lei das Propinas, alteração da política para o ensino superior e demissão do ministro. A polícia carregou com cassetetes, após o derrube das barreiras ■ Procurador-geral adjunto afirma que proposta de lei anticorrupção do Governo cria condições para a subversão do regime democrático ■ Warren Christopher, secretário de Estado norte-americano, defende em Moscovo opção militar caso o Parlamento sérvio da Bósnia não ratifique o plano Vance-Owen ■ Suleiman Demirel, actual primeiro-ministro turco, confirma a sua candidatura oficial à Presidência da República ■ A greve dos metalúrgicos na Alemanha de Leste estende-se aos estaleiros navais ■ Pescadores de Matosinhos protestam contra a política administrativa da Docapesca.



Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 82 72
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64
ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90, 7ªA, 1100 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial Avante! — Av. Almirante Reis — 90, 7ªA, 1100 Lisboa — Telef. (01) 814 61 73

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Telef. (01) 814 61 73

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição. Sede: Rua do Norte, 115, 1ª, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04. Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra. Telef. (039) 71 35 77. Delegação Norte: R. Monte dos Pipos, 326, Guifões, 4450 Matosinhos. Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90-7ªA 1100 Lisboa — Telef. (01) 814 61 73

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7ªA 1100 Lisboa — Telef. (01) 814 61 73

Composto e Impresso na Héska Portuguesa, SA R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS *

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 número: 5.400\$00, 25 números: 2.790\$00
REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 número: 6.786\$00
ESPANHA — 50 número: 8.326\$00
MACAU — 50 número: 13.042\$00
GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 14.056\$00
EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 14.960\$00
EXTRA-EUROPA — 50 números: 18.760\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____
Morada _____ Telef. _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

PCP



«Por uma política diferente»

1º. de Maio prolonga luta até 5 de Junho



«É neste caminho que temos de prosseguir. A partir dos locais de trabalho e em torno dos problemas concretos que, em cada caso, afectam os trabalhadores, promovendo a mais ampla unidade na acção, continuaremos a nossa luta, conjugando e articulando as diversas acções e fortalecendo a capacidade de resposta dos trabalhadores. O mês de Maio tem de ser um mês de intensificação da acção sindical e da luta em torno de reivindicações específicas dos trabalhadores. (...) Queremos anunciar-vos que a CGTP-IN promoverá no dia 5 de Junho uma grande Jornada de Luta, com manifestações e concentrações em todo o país com os seguintes objectivos: pelo emprego; por melhores salários; pela defesa do direito à saúde e à segurança social; por uma política diferente». (Manuel Carvalho da Silva, Coordenador da Comissão Executiva CGTP-IN, na intervenção proferida na comemoração do 1º de Maio de 1993, na Alameda Afonso Henriques em Lisboa).



NACIONAL

As cores que Maio tem

Porque é que a comemoração do 1º de Maio pela CGTP é diferente? Para quem participa nela desde a revolução de 1974, em liberdade, a resposta é fácil e não suscita evasivas: é que nesse dia, todos os anos, os milhares que saem à rua participam numa festa onde se expõem as formas diversas com que a vida se exprime. É um elogio ao trabalho, como coração impulsionador desse sangue que alimenta a criatividade humana. É um desafio frontal ao que é incapaz de entender a força desta marcha colectiva. É uma vontade todos os anos repetida, todos os anos novidade. São as cores que animam um desfile, projecção sumptuosa duma alegria atrevida, capaz de rasgar páginas de tristezas inscritas em palavras de ordem que recordam quotianos mesquinhos: o despedimento, o salário atrasado, a injustiça, até a perseguição. As cores de Maio são as cores da convicção. As cores de Maio são as cores de uma mudança, construída pela vontade.

A marcação de uma Jornada de Luta para o próximo dia 5 de Junho e o agendamento para todo o mês de Maio de um vasto conjunto de manifestações, greves e concentrações, exigindo uma política que inverta o crescente desemprego, a degradação dos salários e da protecção social, fica como o gesto politicamente mais significativo do Dia do Trabalhador comemorado no sábado passado.

«Com o nosso empenhamento, com a nossa luta, esses objectivos acabarão por ser alcançados». O anúncio desse intenso processo de luta feito por Manuel Carvalho da Silva, coordenador da Inter, na sua intervenção no comício em Lisboa, na Alameda D. Afonso Henriques, foi saudado por milhares e milhares de pessoas que enchiam, já depois do desfile que partira do Martim Moniz ter concluído a sua mar-

cha, o relvado que liga a Fonte Luminosa ao Instituto Superior Técnico.

Salários, inflação e emprego parecem ser, de resto, a preocupação maior dos portugueses, pelo menos se atendermos ao grande número de frases inscritas nos sucessivos panos exibidos ao longo do desfile, iniciado com um já tradicional atraso em relação à hora prevista. Logo a frente da manifestação, onde estavam alguns dos principais dirigentes da CGTP, fazia referência, num longo pano vermelho, à necessidade de mudar a política governamental nesta área.

Uma situação expressa por trabalhadores vindos de grandes empresas dos distritos de Lisboa e Setúbal. Logo no início da manifestação um gigantesco pano agarrado a uma estrutura tubular falava da Lisnave: os despedimentos são mais que muitos e «Governo e Mellos de mãos dadas querem encerrar a Lisnave» era a denúncia gritada. Atrás, a reprodução de um barco com a inscrição «Cavaco a Governar e o país a afundar» para, mais adiante, uma caricatura do primeiro-ministro surgir agarrado a uma bóia e a lamentar-se: «ai que me estou a afundar!».

Não à corrupção

«O povo diz não à corrupção», uma das palavras de ordem gritadas. Especialmente aplaudidos pelos que ao longo dos passeios assistiram à marcha, os trabalhadores da TAP recordavam os seus salários em atraso e as ameaças de falência da empresa. De Sesimbra a alegoria de um barco de pesca artesanal protestava contra a quase extinção de um sector pro-

ductivo com largas tradições no nosso país. Logo atrás a Interjovem, recordava as dificuldades de obtenção do primeiro emprego e a questão do aumento das propinas. «Parabéns a você, nesta data querida...» e as centenas de jovens integrados nesta parte do desfile saudavam o «menino 1º de Maio» e os seus mais de 100 anos.

Os concelhos limítrofes a Lisboa estiveram igualmente representados no desfile, uns recordando serem «municípios de Abril», outros recriando características próprias, como Sintra, que trouxe gente rigorosamente vestida como os saloios, alegrando a festa com ranchos folclóricos.

A luta está sempre presente no 1º de Maio, mesmo aquela que ignoramos ou desconhecemos. Os Sapadores Bombeiros de Lisboa passaram, revelando um processo certamente desconhecido de muitos. «Em luta contra a repressão», dizia-se num pano curiosamente observado pela multidão.

O Movimento Democrático de Mulheres apresentou-se no Dia do Trabalhador falando da discriminação. Uma camioneta ocupada por crianças exigia um corte definitivo nessa forma de injustiça, um corte representado por uma enorme tesoura de cartão, empunhada por uma das adolescentes do desfile.

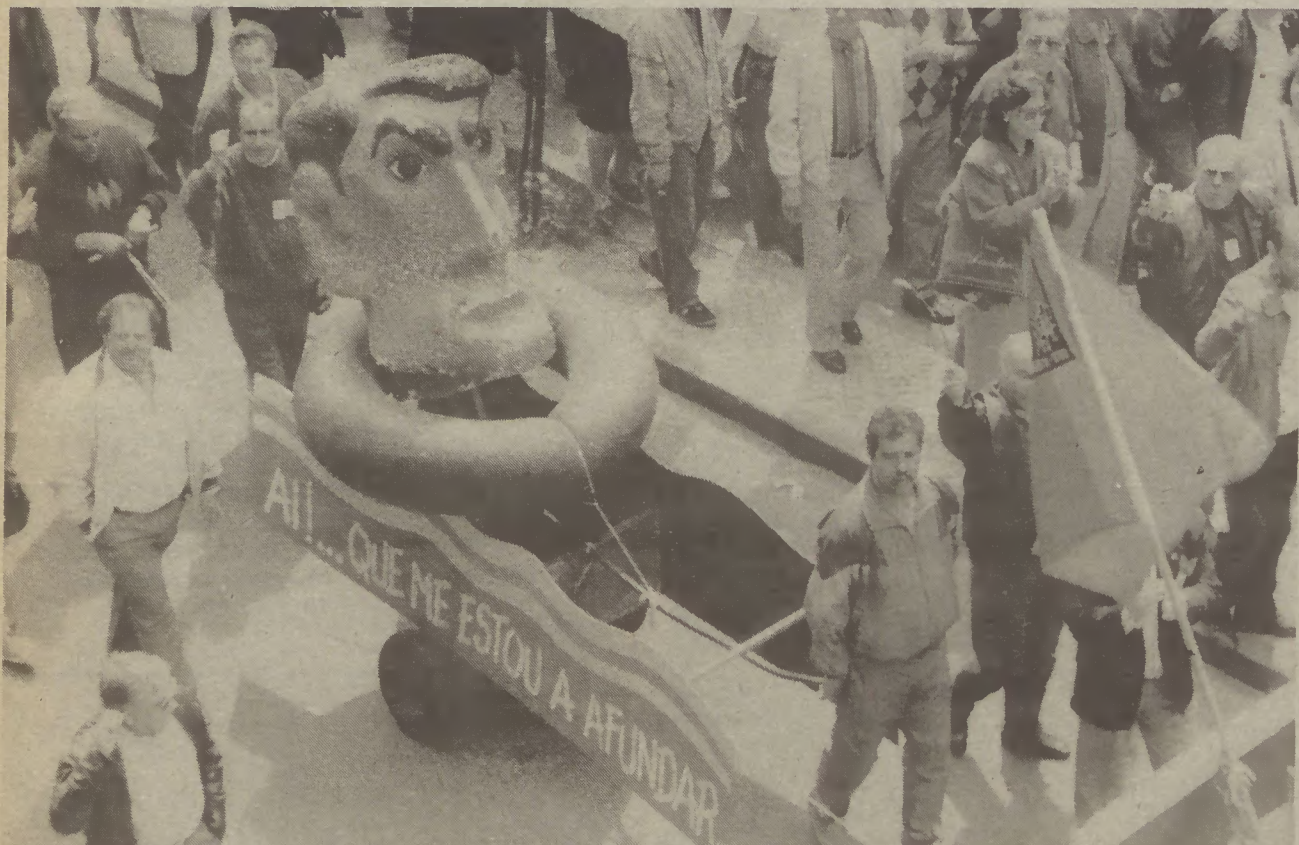
Direito à greve

«A greve é um direito». A frase inscrita num pano da CARRIS lembrava os últimos atentados contra um direito que o 25 de Abril trouxe e que uma interpretação abusiva da legislação - sob a capa dos chamados «serviços mínimos» -

«Na CP, na RN, na TAP, na EDP e na TRANSTEJO o Governo, em vez de respeitar a Lei da Greve, emitiu despachos ilegais de serviços mínimos que nada têm a ver com o assegurar das necessidades sociais imperatíveis e que, a serem observados, levariam à laboração normal dessas empresas e à eliminação, na prática, do direito à greve. Os trabalhadores não devem obediência a tais despachos. O direito à greve é para ser cumprido nos termos do quadro constitucional».



«Neste 1º de Maio reafirmamos que é preciso continuar a lutar pelos aumentos salariais. Exigimos a correcção do salário mínimo nacional e das pensões mínimas da segurança social.»



«Os fundos comunitários destinados à reestruturação e modernização do aparelho produtivo e a contribuir para a coesão económica e social, foram praticamente desperdiçados, favorecendo, sobretudo, clientelas políticas e dando origem a casos de corrupção.»



«Na área da Saúde, a contenção de despesas e a governamentalização do Serviço Nacional de Saúde, designadamente com a nomeação para a administração e para a direcção técnica dos hospitais de comissários políticos do Governo, origina graves carências em muitas unidades e serviços de saúde. (...) A CGTP-IN exige a imediata revogação da Lei de Gestão Hospitalar e a suspensão do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, recentemente aprovado pelo Governo contra a vontade dos profissionais e utentes. Não é por acaso que surgem ocorrências dramáticas como é o caso recente do Hospital de Évora que, infelizmente, não é uma questão isolada ou acidental. (...) A demissão do ministro é um imperativo de saúde para o país».

NACIONAL

tudo tem feito para destruir, dificultando processos de luta em todo o sector dos transportes.

A propósito de 25 de Abril, registre-se a habitual paragem da manifestação junto à Praça do Chile, para a saudação a duas personalidades que todos os anos, de uma varanda, ali assistem ao 1º de Maio: Vasco Gonçalves e Rosa Coutinho mereceram novamente vastos aplausos, com o general a reavivar a palavra de ordem de Abril: «o povo unido jamais será vencido». De resto, um autêntico «engarrafamento» ia provocando a divisão do desfile em duas partes, quando uma delegação do PCP, onde estavam Carlos Carvalhas e Álvaro Cunhal, passou naquele local, já que as saudações e aplausos da acumulação de pessoas, impediu durante algum tempo o prosseguimento da marcha.

A fechar esta manifestação, os trabalhadores aduaneiros lembraram o desemprego repentino de cinco mil e o Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos do Centro exigia uma política diferente.

Uma intenção repetida na Alameda, precisamente quando o desfile se concluía, antes da intervenção do coordenador da Inter. Discursava Ulisses Garrido, em nome da União dos Sindicatos de Lisboa (USL) e de Setúbal (USS), que depois de fazer um levantamento de algumas das situações socialmente mais dramáticas nos dois distritos, resumia a evidente decisão de todos os que ali estavam: «Isto não pode continuar assim! E não vai continuar assim! Porque é preciso, é urgente, uma política diferente».

Pedro Tadeu texto
Jorge Caria e Sérgio Morais fotos



«Insiste-se nos baixos salários com o pretexto de manter o emprego, quando se sabe que uma força de trabalho qualificada, motivada e bem paga é um factor fundamental para o desenvolvimento económico e que só por essa via Portugal pode ser competitivo».



«A CGTP-IN apela aos trabalhadores portugueses e, em particular, às mulheres trabalhadoras, para que se mobilizem contra o aumento da idade da reforma. A CGTP-IN exige que o patronato e o Governo cumpram as suas obrigações para com o actual sistema de segurança social. É preciso assegurar o funcionamento do actual sistema. Entretanto, e como a CGTP-IN tem afirmado nos últimos anos, é preciso encontrar novas formas de financiamento».



«Exigimos que se promova a negociação da administração pública e que se proceda a um ajustamento salarial, ainda em 1993. Exigimos o desbloqueamento da contratação colectiva».

«O Governo não tem uma política de habitação. Não basta anunciar que se pretende acabar com as barracas nas áreas de Lisboa e Porto.

Para acabar com as barracas é preciso uma política de habitação social, é necessário que haja acesso à habitação para vastas camadas da população, nomeadamente dos jovens. É necessário uma política de desenvolvimento regional. É preciso também a inserção social das pessoas que vivem nas barracas, que na sua maioria são pessoas pobres e marginalizadas da sociedade».



«As responsabilidades dessa situação cabem, essencialmente, às políticas que têm sido seguidas pelo Governo, sendo inaceitável que este queira agora sacudir a água do capote, atribuindo as culpas a factores externos e pretenda recair, mais uma vez, a factura dos seus erros sobre os trabalhadores e as camadas mais desprotegidas da população».



«Assistimos hoje à destruição sistemática de postos de trabalho, com despedimentos, "rescisões", reformas antecipadas, passagem a disponíveis na administração pública, ao recrutamento da chaga dos salários em atraso, à situação escandalosa do trabalho infantil». «É um escândalo que o Governo procure esconder a realidade do agravamento do desemprego, que hoje já atinge os oito por cento, proibindo ao IEFP o tratamento e divulgação dos dados recolhidos».

NACIONAL



Pelos salários e emprego Por uma política diferente



Resolução aprovada em Lisboa «Derrotar esta política injusta do Governo PSD/Cavaco Silva»

O quadro traçado na intervenção das estruturas organizadas deste grandioso 1.º de Maio é bem o reflexo da descaracterização da democracia saída do 25 de Abril e da verdadeira situação social do País, de que a tentativa de imposição de formas de censura e de restrições à liberdade de informação nos órgãos e agentes do Estado é um sintoma profundamente preocupante.

São também estas as razões do nosso descontentamento, que dão corpo ao nosso protesto e fundamentam a nossa luta.

Por isso:

— Reivindicamos, de imediato, uma correcção do aumento salarial da Administração Pública, do salário mínimo nacional e das pensões mínimas da Segurança Social;

— Reivindicamos aumentos salariais que tenham em conta a melhoria do poder de compra dos trabalhadores portugueses e a gradual

aproximação dos seus salários aos dos trabalhadores da Comunidade;

— Reivindicamos a redução do horário de trabalho para o máximo de 40 horas semanais;

— Reivindicamos a erradicação dos salários em atraso, o fim dos despedimentos arbitrários, a manutenção e criação de novos empregos, o fim dos empregos precários e a valorização da mão-de-obra, como factores determinantes para o desenvolvimento e progresso da região;

— Reivindicamos a manutenção e melhoria do Serviço Nacional de Saúde, a sua gratuidade e o seu enquadramento no tecido social português, como forma de garantir mais e melhor saúde para todos;

— Reivindicamos o desbloqueamento imediato dos contratos colectivos e o exercício efectivo da negociação colectiva;

— Exigimos o fim imediato da política de criação de excedentes e de desarticulação do aparelho administrativo na Administração Pública. Exigimos o envolvimento dos trabalhadores e das suas organizações numa verdadeira modernização do sector;

— Reivindicamos o exercício efectivo do direito à greve e à acção sindical nos locais de trabalho, o fim das perseguições a dirigentes, delegados e activistas sindicais.

Na continuação da luta que se impõe, lutando pelo trabalho com direitos, por mais e melhor emprego, por salários mais dignos, por direitos sociais, lutamos por dar uma nova dimensão à democracia e derrotar esta política injusta do Governo PSD/Cavaco Silva.

Por isso:

Apelamos a todos os trabalhadores, nas empresas, nos sectores, nas regiões, para que, durante o mês de

Maio, em unidade, intensifiquem a luta em torno das suas reivindicações.

A CGTP-IN promoverá, no dia 5 de Junho, uma grande jornada de luta, com manifestações e concentrações em todo o País, subordinada ao tema: pelo emprego, por melhores salários, pela defesa do direito à saúde e à segurança social, por uma política diferente.

Daqui declaramos o empenhamento total das organizações promotoras deste 1º de Maio, na preparação desta Jornada de Luta, e apelamos a todos vós que de forma activa, viva e combativa participem massivamente em mais esta acção de luta da CGTP.

Contamos convosco para que possais contar com a CGTP-IN.

Viva a CGTP-IN
Viva o 1º de Maio

União Sindicatos de Lisboa
União Sindicatos de Setúbal
CIL





NACIONAL

Em todo o País

O 1.º de Maio foi comemorado pela CGTP em todo o País, mobilizando milhares de pessoas em iniciativas de índole diversa, desde manifestações a convívios, passando por provas desportivas, bailes, iniciativas para as crianças, etc. Em todas esteve sempre presente a intervenção sindical, tendo-se generalizado o apelo para a participação na próxima jornada de luta de 5 de Junho.

Em Aveiro, o Dia do Trabalhador começou com uma prova de atletismo, a Corrida 1.º de Maio, para a tarde ser preenchida com uma concentração/manifestação que desfilou da Avenida Lourenço Peixinho até ao Largo do Rossio onde interveio o dirigente da Inter, Joaquim Almeida.

Em Beja, uma manhã desportiva e um espectáculo, após o qual interveio, no Parque das Merendas, Manuel Pombinho, preencheram este 1.º de Maio enquanto em Ourique, Amável Alves foi o dirigente da CGTP que proferiu uma intervenção na Barragem da Rocha.

Em Braga, Adão Mendes falou durante a concentração que se realizou na Avenida Central enquanto em Bragança o dirigente da Inter que falou foi Vítor Neto. Também em Mirandela se realizou um comício, depois de, de manhã, dali ter partido uma prova de ciclismo em direcção a Bragança.

No distrito de Castelo Branco, este 1.º de Maio foi comemorado em 10 localidades, designadamente na cidade da Covilhã com um comício onde falaram os dirigentes, da CGTP, Luís Garra e Adelino Carvalho. Outras realizações ocorreram em Tortosendo, Unhais da Serra, Paúl, Minas da Panasqueira, Cernache do Bonjardim (Sertã), Proença-a-Nova, Castelo Branco, Malpica do Tejo e Cebolais de Cima.

No distrito de Coimbra, para além das iniciativas na sede distrital, incluindo uma prova de atletismo e de um desfile que ligou a Praça da República ao Parque Manuel Braga, onde se realizou um comício com a participação de Manuel Freitas, o Dia do Trabalhador foi comemorado pela CGTP em Figueira da Foz, Lousã e Oliveira do Hospital.

Em Évora, José Figueira falou no comício/festa ali promovido. As comemorações incluíram provas de atletismo e um *pic-nic*.

Em Faro, a manhã foi dedicada às crianças e o desfile culminou num comício onde interveio Fernando Amaro, após o qual se realizou um espectáculo.

No distrito da Guarda o 1.º de Maio foi assinalado em Gouveia, Mantigas, Seia e Loriga, enquanto na sede de distrito a dirigente da Inter, Maria do Céu, fez a intervenção sindical na concentração ali promovida.

Também na Horta, Açores, o 1.º de Maio foi assinalado, o mesmo sucedendo em Ponta Delgada, onde se realizaram provas de atletismo, ciclismo e iniciativas para crianças para além da festa/comício com a intervenção de Manuela Medeiros.

Em Leiria, a comemoração teve como ponto alto a concentração na Marinha Grande, onde esteve Maria do Carmo Tavares.

No distrito de Lisboa, assinala-se também a manifestação realizada em Torres Vedras enquanto em Portalegre a manhã desportiva antecedeu o comício onde falou Diogo Júlio. Neste distrito realizaram-se ainda iniciativas em Elvas, Ponte de Sor, Montargil e Foros do Arrão.

Na ilha da Madeira, a CGTP comemorou o 1.º de Maio no Funchal, onde esteve a dirigente Margarida Vieira e ainda no Porto Santo e Machico.

No Porto, o 1.º de Maio começou na noite da véspera com uma deposição de flores nos locais onde ocorreram mortes em Dias do Trabalhador há alguns anos. Archotes ficaram acesos durante a noite a assinalar o facto. Ainda nessa noite, decorreu um espectáculo na Praça General Humberto Delgado. No próprio dia 1 de Maio, realizou-se a Corrida 1.º de Maio, uma manhã infantil, provas desportivas e a actuação de um grupo etnográfico na mesma Praça Humberto Delgado onde se realizaria um comício com o dirigente Jerónimo Rodrigues e Vítor Ranita. Neste distrito realizaram-se iniciativas em Amarante, Felgueiras, Santo Tirso e Vila do Conde.

No distrito de Santarém, o 1.º de Maio foi assinalado em Torres Novas com música, com a Banda Operária, atletismo, almoço-convívio e espectáculo com intervenção sindical de Valdemar Henriques que também esteve em iniciativas levadas a cabo no Entroncamento.

No distrito de Setúbal, esta comemoração mobilizou milhares de pessoas. Na cidade sadina realizou-se uma manifestação que partiu do Quebedo e na Avenida Luísa Tody realizou-se um comício onde esteve Rui Paixão. Também em Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém (Sines) e Santo André se comemorou este dia com momentos de animação cultural, comícios, pesca desportiva, etc.

Finalmente, assinalem-se comemorações significativas nos distritos de Viana do Castelo onde esteve o dirigente Fernando Silva (na capital e em Valença), Vila Real (incluindo comemorações na sede distrital com o dirigente Armando Branquinho e em Chaves e Régua) e ainda Viseu (com comemoração nessa cidade onde esteve o dirigente António Macário e iniciativas em Mangualde e Lamego).



«Hoje, como sempre, vale a pena lutar. Nos trabalhadores da TAP, do sector de transportes, da indústria naval, da administração pública e de inúmeras empresas e sectores, saudamos todos os trabalhadores que, pela sua luta, desenvolvida com muito espírito de sacrifício, com grande determinação, militância e espírito de classe, têm conseguido enfrentar os ataques desferidos contra os seus direitos e interesses, têm conseguido alcançar a satisfação de muitas reivindicações»

(Manuel Carvalho da Silva, Coordenador da Comissão Executiva CGTP-IN, na intervenção proferida na comemoração do 1.º de Maio de 1993, na Alameda Afonso Henriques, em Lisboa).

TRABALHADORES

O sindicalismo no banco dos réus

**Manuel Correia absolvido em Setúbal
Plenário dia 10**

Um dirigente sindical do SIESI (Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas) e membro do Conselho Nacional da CGTP foi absolvido em 27 de Abril numa causa singular. Segundo Manuel Correia, ouvido anteontem pelo «Avante!», o juiz que o absolveu em Setúbal (numa acção onde o sindicalismo e a própria democracia estiveram no banco dos réus) não se limitou a mandá-lo em paz. Considerou que o sindicalista deve continuar a exercer as suas funções, naturalmente dentro do espírito e da acção que desenvolveu durante a greve de Março do ano passado, na H. R. Teixeira, de Pinhal Novo.

Brevemente recordados os factos de então, Manuel Correia, acompanhado por uns 60 trabalhadores, procurava explicar a quem passava as razões da greve. O patrão mandou chamar o inspector da IGT, delegado em Setúbal, João dos Santos Rodrigues. Este senhor acumula as suas funções com parte da propriedade da empresa Vervite, fornecedora da Ramalho, onde os trabalhadores estavam em greve. Como os grevistas e Manuel Correia não se intimidaram com a presença do delegado, o patrão chamou a GNR.

Nem antes, nem depois houve qualquer violência. No entanto, o caso foi para tribunal, sendo agora julgado mais de um ano depois.

Ao comentar o sucedido, a União dos Sindicatos do

Distrito de Setúbal afirma (excertos):

Fez-se justiça neste caso, mas o comportamento da IGT (Inspeção Geral do Trabalho) não pode ficar sem um forte reparo crítico, dada a dualidade de critérios com que tem actuado.

A IGT actuou (e actuou mal), sem demoras, quando solicitada pela entidade patronal. No entanto, nada tem feito quando o Sindicato repetidamente pede a sua intervenção, nomeadamente no sentido de demover a entidade patronal da ilegalidade que comete, impedindo, obstinadamente, a participação de dirigentes sindicais nos plenários de trabalhadores, nos termos previstas na lei.

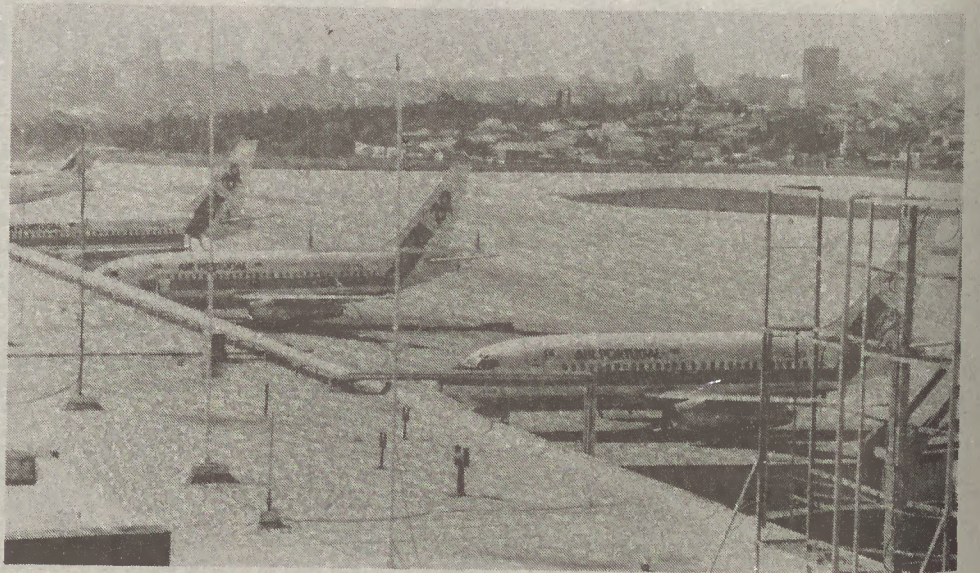
Tal como acontece noutros distritos, em situações semelhantes, a IGT deve levantar um auto à entidade patronal.

Aqui não o faz, porquê?

O facto de ter sido divulgado ser o sr. inspector delegado em Setúbal sócio de uma empresa que tem relações comerciais com a Ramalho poderá causar algum «mal-estar», mas não pode afectar a isenção de todos e de cada um dos agentes da Inspeção.

Esperemos que não. Para o próximo dia 10, às 15 horas, está convocado um plenário de trabalhadores na H. R. Teixeira Ramalho, onde comparecerão de novo os dirigentes do Sindicato.

Se novamente a entidade patronal impedir ilegalmente a participação dos dirigentes no plenário, esperamos agora que a IGT actue com a mesma prontidão com que actuou contra os sindicalistas... — conclui a União.



Como em 16 (foto), trabalhadores e sindicatos têm sido modelares na acção e na unidade

Greves na TAP

Parte substancial da actividade da TAP será afectada pelas greves anunciadas para 12, 14 e 18 do corrente. Embora parciais (quatro horas por dia), as paralisações, juntamente com a recusa das horas extras, afectará os períodos principais de partidas e chegadas.

Como já tinha sucedido, com outras acções de luta, incluindo a greve de 16, adere todos os sindicatos do voo e terra, exceptuando pilotos e engenheiros.

Para anteontem, 4, os dirigentes sindicais da TAP anunciaram uma deslocação à Assembleia da República para entregarem ao

seu presidente, Barbosa de Melo, um documento sobre a situação na empresa. O texto conta com quatro mil assinaturas.

O Governo continua a não falar com os sindicatos. Mas sabia-se entretanto que a administração da TAP recebera dinheiro de uma entidade bancária, presumivelmente para evitar a falência da transportadora aérea nacional, que tentou ultimamente não pagar os salários na totalidade e impor um regime sucedâneo em vez do acordo de empresa — atitudes recusadas pelos trabalhadores e pelos sindicatos.

Repressão estatística

A falta de qualidade do Sistema Estatístico Nacional é assinalada pelos próprios técnicos do sector, sublinha a CGTP-IN. Ao acusar o Governo de «suspender a publicação de dados relativos ao desemprego registado», a Central considera essa «decisão», ilegítima da parte do Governo, «profundamente grave».

Em 29 do mês passado, a CGTP distribuiu pelos órgãos da comunicação social um protesto contra essa atitude governamental a que juntou os seguintes comentários:

«O Governo não tem legitimidade para suspender uma informação estatística pelo facto de ela traduzir um resultado que não é do seu agrado.

«Face à actual situação económica e social, será que o Governo também vai suspender outras informações que revelam, por exemplo:

- a quebra da produção industrial?
- a redução das exportações?
- o aumento dos salários em atraso?
- a falta de confiança dos agentes económicos?
- o aumento das dívidas à Segurança Social?

«Esta decisão põe em causa a credibilidade do sistema estatístico, porque significa a sua governamentalização.

«Se o Governo pode, quando a informação estatística contradiz a realidade que se pretende fazer crer, atrasar (como acontece com



Descrédito perigoso, ou pior

frequência), alterar ou suspender publicações estatísticas é posto em causa o próprio sistema estatístico.

«Esta decisão põe em causa os princípios aprovados por uma lei da Assembleia da República sobre o Sistema Estatístico Nacional, que garante a autonomia técnica. Recorde-se que, segundo notícias publicadas na Imprensa, os técnicos negam a falta de qualidade.

«Face ao agravamento da situação social, o Governo pretende esconder as consequências desastrosas da sua política com o recurso à «repressão estatística». Esta decisão acaba por ser coerente com a alteração de conceitos do inquérito ao emprego do INE, que considera que deixam de ser desempregadas todas as pessoas sem emprego, desde que deixem de fazer diligências para o obter, mesmo que saibam que não existem empregos na região.

«Ou seja, primeiro alteraram-se os conceitos do

inquérito ao emprego, ou mantiveram-se outros contestáveis (como considerar que está empregado um indivíduo que numa semana trabalha uma hora), depois sus-

pendem-se as estatísticas. E, repete-se, toda a credibilidade da informação estatística que está em jogo e a sua total instrumentalização por parte do Governo.»

Continuam os excedentes

Segundo a secretária de Estado do Orçamento, em declarações públicas a 28 de Abril numa estação televisiva, a «reestruturação» da Direcção-Geral de Contribuições e Impostos (DGCI) vai custar mais 800 disponíveis.

Essa «grande medida», como a designa com ironia o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores, não resolve «nenhum dos grandes problemas que afectam o sistema fiscal».

A reestruturação anunciada não resolverá, segundo o STFPSA, nem «fraude, nem evasão fiscal, nem burocracia». Esses «grandes problemas» referidos pelo Sindicato são ainda acrescidos da «inoperacionalidade e penalização dos rendimentos do trabalho», que não serão resolvidos, em seu entender.

Numa nota de 29 de Abril, o STFPSA acrescenta que «essa disponibilização de 800 trabalhadores» significará «o encerramento de muitas repartições de finanças em todo o País».

Penalizados serão os contribuintes «forçados a enormes deslocações para tratar dos seus assuntos junto da Administração Fiscal».

O Sindicato considera a «disponibilização dos 800 trabalhadores do quadro» irracional e demagógica.

Rodrigues Pinto, acrescenta o STFPSA, quando tomou posse do cargo de director-geral das Contribuições e Impostos, fez-se logo rodear de «um estado-maior de pessoas da sua confiança política, aumentando permanentemente os efectivos da DGCI».

Os veículos para isso, segundo o Sindicato, foram os contratos a prazo, as avenças, as requisições, bem como «as mais diversas formas de colaboradores não vinculados à DGCI através de formas de mais que duvidosa legalidade».

Governo não paga

A «eficiência do Governo» não chega para pagar a cerca de mil trabalhadores a rigorosa miséria dos 5 por cento de aumentos de ordenados no Instituto de Reinserção Social.

O Sindicato (STFPSA), citado pela Lusa em 30 de Abril, revela que o Governo, nessa data, ainda não tinha mandado orçamentar os aumentos salariais para esse Serviço.

Para já, os trabalhadores estão desembolsados de 136 mil contos. E ainda não sabem quando os vão receber.

«Depois de várias tentativas», e sem que tenha obtido «qualquer resposta credível», acrescenta o Sindicato, os trabalhadores vão iniciar um processo de queixa ao Provedor de Justiça, «para que seja regularizada a situação e abonados com juros os vencimentos em dívida».

A situação social é preocupante em Viseu

Reunido no passado dia 27 de Abril, o Executivo da Direcção da Organização Regional de Viseu do PCP procedeu à análise de várias questões de âmbito político e social e das iniciativas e actividades do Partido no distrito, tendo, no final, divulgado uma nota sobre as suas conclusões, de que a seguir publicamos excertos:

«No plano social, continua o preocupante aumento do desemprego que está muito acima dos números oficiais divulgados (7,3), a sucessiva falência de empresas é uma realidade no distrito de Viseu.

«O vínculo laboral é cada vez mais precário e os salários em atraso aumentam a um ritmo assustador.

«O atraso no pagamento dos subsídios de desemprego está a criar aos trabalhadores nessa situação graves problemas.

«Por outro lado, as recentes declarações do ministro do Emprego quanto à desres-

pensabilização do Governo no aumento do desemprego não são só a desmistificação de propaganda da «política de sucesso», como revelam a tentativa de lavar as mãos de uma situação que tende a agravar-se.

«A situação na agricultura do Distrito, tal como se verifica em todo o país, continua a agravar-se com a quebra de rendimentos dos agricultores e cooperativas, as dificuldades económicas de muitas empresas agrícolas, a entrada em Portugal de grandes quantidades de Vinho, Fruta e Carne colocando as produções nacionais em extrema dificuldade, ou, ainda, a tentativa de destruição da Lei dos Baldios por parte do PSD e do PS.

«O Executivo da DORV saúda os milhares de agricultores e em particular os do distrito de Viseu que participaram na manifestação em Lisboa, no dia 26 de Abril, promovida pela CNA e suas Associações Regionais e evi-

dencia mais uma vez a urgente necessidade de outra política agrícola.

«Muito embora hoje se verifique a crescente degradação económica e social, a DORV do PCP continua a considerar justa a reivindicação de uma Universidade Pública no Distrito.

«O Executivo da DORV sublinha a vitalidade e amplitude, por todo o Distrito, das Comemorações populares do 25 de Abril que continuam a demonstrar a perenidade dos sentimentos e o enraizamento dos valores da revolução de Abril. Continuam bem vivos os sentimentos de liberdade e democracia, os direitos sociais e políticos alcançados, os anseios de justiça social e solidariedade, apesar das agressões e golpes infligidos.»

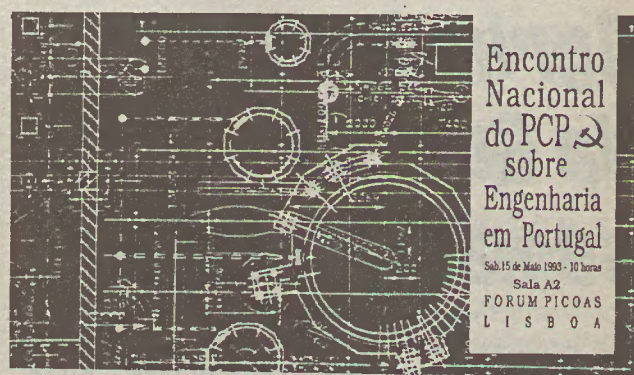
Álvaro Cunhal visita o distrito

A Nota do Executivo da DORV alude seguidamente

às comemorações do 1.º de Maio que iriam ter lugar em Lamego, Mangualde e Viseu, promovidas pela USV-GCTP.

E continuava:

«Finalmente, o Executivo da DORV do PCP, apreciou o conjunto de iniciativas que decorrem da sua actividade partidária donde destacamos duas: a participação dos comunistas no âmbito da CDU, junto com muitos outros democratas, na elaboração das listas para os órgãos do Poder Local do Distrito que decorre com entusiasmo e bom ritmo e a preparação da visita de Álvaro Cunhal, Presidente do Conselho Nacional do PCP, no dia 22 de Maio, ao Distrito de Viseu que terá como momentos a sublinhar, desde já, um Encontro Distrital da CDU a realizar em Lamego, um Encontro com a Comunicação Social e um Debate Público ambos na cidade de Viseu.»



Encontro sobre engenharia

Vai realizar-se no próximo dia 15 de Maio, um sábado, o Encontro Nacional do PCP sobre Engenharia em Portugal. O Encontro, que terá lugar na Sala A2 do Fórum Picoas, em Lisboa, terá início às 10 horas da manhã e os seus trabalhos prolongar-se-ão até às 18 horas, com um intervalo entre as 12.30 e as 14.30 horas.

Estarão em debate temas, tais como: Engenharia e Desenvolvimento; formação de Profissionais de Engenharia; Engenharia e C&T; evolução das funções de Engenharia e das suas interligações; evolução das diferentes especialidades de Engenharia e novas engenharias; graus dos engenheiros, equivalências e reconhecimento de diplomas; a inserção dos engenheiros nas empresas; representação profissional e sindical; mobilidade profissional e precarização do trabalho; formação contínua.

Debater os problemas da Engenharia em Portugal e também dos seus profissionais, apurar linhas de intervenção democrática que possibilitem o trilhar de novos caminhos para o desenvolvimento e a resolução dos problemas dos profissionais de Engenharia — tais são os objectivos fundamentais do Encontro promovido pela Comissão para as Questões da Ciência e da Tecnologia do PCP.



O 25 de Abril em Belas

Conforme havíamos noticiado na passada semana, o 25 de Abril — comemorado em todo o país — também foi assinalado em Sintra, com um almoço-convívio promovido pela Comissão de Freguesia de Belas do PCP e que teve lugar na Associação de Moradores e Proprietários da Serra da Silveira. Participou o camarada Álvaro Cunhal, Presidente do Conselho Nacional do Partido, e Lino Paulo, vereador da Câmara de Sintra e candidato da CDU à Presidência da edilidade. Centro e cinquenta pessoas — comunistas, independentes e socialistas — juntaram-se ao convívio que foi presidido por Armando Refachinho, eleito pela CDU na Assembleia de Freguesia de Belas.

E em Queluz

No mesmo dia, em Queluz, um jantar comemorativo do 25 de Abril, promovido pela CDU local, juntou uma centena de participantes, entre os quais vários eleitos CDU na Freguesia, o Presidente da Junta, Sérgio Soares, novamente candidato, o vereador Lino Paulo, da Câmara de Sintra. Participaram também os camaradas Carlos Grilo, do Comité Central e do Executivo da DORL, e o deputado ao Parlamento Europeu, Rogério de Brito. A iniciativa foi presidida pelo camarada Álvaro Pato, eleito na Freguesia de Queluz.



Aveiro e as taxas de saneamento

Na sequência de uma recente reunião entre uma delegação da Comissão Concelhia de Aveiro do PCP e a Associação Comercial de Aveiro, a propósito da aplicação das taxas de saneamento, na qual a Associação

referiu a situação difícil que presentemente atravessam os pequenos e médios comerciantes, a Concelhia do PCP fez publicar uma nota em que afirma, a dado passo:

«Estas dificuldades reflectem a diminuição

do poder de compra da maioria da população, a instabilidade no emprego em empresas e serviços (Renault, Estaleiros de S. Jacinto, EPA, Casal, Portucel, Centro Regional de Segurança Social, Administração Regional de Saúde de Aveiro, entre outros) e os atrasos no pagamento de salários e subsídios.

«Particularmente grave é o facto de a segurança social de Aveiro estar a pagar os subsídios de doença e de desemprego com atraso, quando se sabe que as pessoas abrangidas por estes magros subsídios são na sua maioria de parcos recursos. Com efeito, em Abril, os pagamentos destes subsídios, que deviam ter sido efectuados no dia 3, só foram feitos passados quinze dias, o que naturalmente provoca sérias dificulda-

des a quem a eles tem direito.

«Cabe a inteira responsabilidade desta situação ao Governo, dado que permite o escândalo de o patronato de servir do dinheiro descontado aos trabalhadores à Segurança Social, abuso este que leva à situação de, hoje, o patronato deve à segurança social, só no distrito de Aveiro, mais de 14 milhões de contos.

«Este escândalo, tal como outros envolvendo figuras do PSD nomeadas para cargos públicos, como é o caso (apenas mais um) do ex-presidente do Centro Regional de Segurança Social de Aveiro, que está a ser investigado pela PJ acerca do seu envolvimento na utilização irregular de dinheiros desta instituição, torna cada vez mais premente a necessidade de se pôr cobro à política deste Governo.»

A destruição das pescas em Portimão

«É urgente uma nova política», afirma uma nota de imprensa divulgada pela Comissão Concelhia de Portimão do PCP, apelando aos militantes, simpatizantes e trabalhadores à participação na jornada de luta que a CGTP promove no próximo mês de Junho.

Recordando que Portimão foi um importante centro piscatório e da indústria de conservas e que a política de direita seguida por sucessivos governos, do PS ao PSD, «levou à sistemática destruição do aparelho produtivo regional, afunilando toda a actividade económica da região no turismo ou em sectores a ele ligados», a nota da Concelhia de Portimão adianta:

«A situação da indústria de conservas teve um significativo agravamento na última década, fruto da incapacidade dos industriais em modernizarem as suas fábricas aumentando desse modo a sua competitividade.

«A integração de Portugal na CEE também contribui para o afundamento deste sector, pois a CEE mantém acordos com Marrocos para a importação de conservas. Entretanto, as fábricas em Portugal encerram!

«É neste quadro que devemos considerar o encerramento da Judice Fialho.

«Os trabalhadores, que durante anos tiveram salários em atraso, se sacrificaram pela recuperação da empresa, de um dia para outro vêem-se sem trabalho.

«O PCP sempre esteve solidário com os trabalhadores da empresa Judice Fialho, intervindo na Câmara e Assembleia Municipal, na Assembleia da República no sentido de alertar para a grave situação que vivia a empresa e os trabalhadores e propondo a intervenção das entidades competentes nomeadamente o Ministério do Trabalho.»

CAMARADA FALECIDA

Mariana Janeiro

Com 69 anos de idade, faleceu a camarada Mariana Balbina Janeiro. Natural de Baleizão, a camarada foi destacada antifascista, membro do PCP desde a juventude, presa em 1965, tendo sido vítima de torturas. A polícia viria a ser obrigada a libertá-la de Caxias, após 18 meses de prisão. Mariana Janeiro, que era então membro do Comité Local de Baleizão do PCP, prosseguiu a luta, antes e depois do 25 de Abril, foi a sepultar no cemitério de Baleizão, acompanhada por camaradas e muita população. A Câmara Municipal de Beja fez-se representar. João Honrado, membro da DORBEJA do PCP, usou da palavra no funeral, e foi respeitado um minuto de silêncio.

NACIONAL

Agricultores da Guarda somam vitória

Os agricultores da Guarda viram finalmente atribuído o subsídio de 4\$50 por quilograma, insistentemente reclamado pelas suas organizações representativas, tal como aconteceu em Trás-os-Montes.

Numa nota divulgada pela Associação Distrital dos Agricultores da Guarda (ADAG), revela-se ainda que também os protestos sobre o injustificado abaixamento do preço do leite ao produtor surtiram efeito já que os agricultores vão receber um subsídio de 5\$00 por litro.

A ADAG, que se congratula com estas duas importantes vitórias, «conseguidas com a luta persistente e corajosa dos agricultores», sublinha por

outro lado, que «falta esclarecer como vão ser compensados os agricultores pela produção perdida devido à intervenção tardia», interrogando-se igualmente sobre a forma como será pago o subsídio e em que locais poderá ser entregue a batata.

A ADAG afirma por fim que continuam por resolver problemas como «o escoamento do vinho e o seu pagamento aos agricultores, a abertura de linhas de crédito altamente bonificado, o custo dos factores de produção», entre outros.

Verbas não foram aplicadas

A Associação dos Agricultores do Distrito de

Setúbal dirigiram uma carta ao ministro da Agricultura a pedir um esclarecimento público sobre uma notícia divulgada recentemente pela imprensa onde se afirma que não foram aplicadas as verbas comunitárias disponibilizadas como ajuda aos produtores portugueses afectados pela seca de 1992.

A notícia provocou uma onda de indignação e revolta entre os agricultores do distrito, muitos dos quais, segundo a Associação, não chegaram a receber qualquer tipo de ajuda do Estado, apesar de se terem inscrito nos respectivos serviços regionais do MAP.



Campanha do MDM corta na discriminação

O MDM lançou, no passado dia 1 de Maio, uma campanha especialmente dirigida às mulheres, designada por «dá um corte na discriminação». A acção teve início na manifestação promovida pela CGTP-IN, em que activistas do MDM venderam um autocolante e desfilaram com um carro alegórico dedicado à campanha. Durante o mês de Maio, será ainda editado um folheto para ser distribuído em empresas em diferentes regiões do País.

O movimento pretende com esta iniciativa reforçar a sua intervenção em prol da participação das mulheres em igualdade e no combate às discriminações quer no acesso à formação e promoção profissionais, quer no salário.

O MDM sublinha a «actualidade e a urgência do reforço da luta das mulheres pelo direito ao trabalho, sem discriminações,

pelo fim dos despedimentos colectivos, das perseguições e inibições à actividade sindical».

Nos objectivos da campanha, inclui-se ainda a contestação do projecto governamental que prevê o aumento da idade de reforma das mulheres dos 62 para os 65 anos.

A campanha insurge-se igualmente contra discriminações salariais e em função da maternidade, exigindo medidas por parte do governo e da Assembleia da República, que deverão pôr fim ao flagelo dos salários em atraso, à precariedade, ao desemprego e aos despedimentos. O MDM defende o aumento imediato dos salários, tendo em conta o agravamento do poder de compra, a redução do horário de trabalho para 40 horas semanais e a proibição do trabalho nocturno para as mulheres.

Pescadores e armadores desesperam em Peniche

A situação dramática que atinge o sector das pescas em Peniche, foi motivo de uma conferência de imprensa, promovida na semana passada pela Comissão Concelhia do PCP e pelos eleitos comunistas na Assembleia Municipal, que reclamaram a declaração da pesca como sector em crise no concelho.

A quebra acentuada nos rendimentos da pesca está a desesperar armadores e pescadores, que continuam a vender o pescado a preços de há dez anos atrás, enquanto que no consumidor aqueles sobem em flecha.

No encontro com os jornalistas, o PCP recordou que «a sardinha que em 1991 era vendida em lota a 88\$80 o quilo, no mercado de Lisboa era vendida a 188\$90. Em

1992 os preços por quilograma passaram a ser de 59\$10 e 285\$00 respectivamente. Ou seja, a uma quebra de preço na produção de 33 por cento correspondeu um aumento no preço ao consumidor de 51 por cento».

Os comunistas acusam o Governo de não ter sabido defender os interesses e direitos dos portugueses aquando da assinatura dos acordos de Pesca da Comunidade, permitindo que o «peixe de países terceiros invada o mercado nacional a preços mais baratos».

Face a esta situação, o PCP considera que o Governo tem de inverter a sua política criando «condições para o escoamento de todo o peixe capturado, a preços compensatórios» e apoiando

as «empresas conserveiras e congeladoras de forma a lhes permitir realizar acordos com as organizações de produtores de Peniche».

Foram ainda avançadas como propostas a regulamentação do início da segunda venda de peixe auto-transportado, na Zona Portuária de Peniche; a declaração da pesca no concelho como sector em crise, criando fundos compensatórios para os pescadores que há vários meses não auferem rendimentos mínimos; a abertura de linhas de crédito aos armadores em situação difícil de forma a viabilizar as suas empresas; o fim da liberalização do preço do pescado e a regulamentação das margens de comercialização após a primeira venda.

Deficientes apresentam queixa

A Associação Portuguesa de Deficientes (APD) apresentou na semana passada queixa contra o Estado português ao Tribunal Europeu dos Direitos do Homem. A APD considera que em Portugal existem casos de violações sistemáticas dos direitos humanos e, particularmente, do direito à vida.

A associação, que estima em mais de um milhão o número de deficientes no nosso país, salienta que eles «são cada vez mais marginalizados e discriminados, a quem são negados os mais elementares direitos consignados na Constituição Portuguesa e na Declaração dos Direitos do Homem».

A APD promove desde segunda-feira e até ao próximo domingo uma «semana

européia de consciencialização pela igualdade de direitos e contra a discriminação dos deficientes». Durante este período decorrem em todo o País actividades que incluem actuações de grupos de dança constituídos por deficientes, concentrações e *slalom* em cadeiras de rodas.

Serão ainda entregues nos governos civis um documento com as medidas mais urgentes para solucionar os graves problemas que afectam os deficientes portugueses. Nesta «semana» estão ainda previstas audiências com a assessora do ministro da Saúde e com o ministro do Emprego, um fórum cívico e uma entrevista pública com deficientes e técnicos de reabilitação.

Utentes da Linha de Sintra não baixam os braços

182 utentes da Linha de Sintra subscreveram um abaixo-assinado que foi enviado ao presidente do Conselho de Gestão da CP, pedindo a criação de uma paragem dos comboios do Cacém e Queluz, na Estação Lisboa-Rego, contribuindo desta forma para a melhoria da prestação de serviço aos passageiros.

Entretanto, reunida na passada semana, a Comissão de Utentes da Linha de Sintra alertou mais uma vez para os perigos que aquela via ferroviária representa e debateu um conjunto de propostas visando o melhoramento das condições de funcionamento.

A quadruplicação da linha é uma das propostas da Comissão, que a considera como o aspecto mais importante de modernização da via, exigindo que seja cedido o calendário para a execução da obra.

Os utentes reclamam também a concretização prometida do esquema privativo de segurança da CP ou do reforço da PSP, no sentido de contrariar os actos constantes de vandalismo e de assegurar a defesa dos passageiros e seus bens.

A Comissão de Utentes protesta ainda contra o incumprimento de horários, bem como reivindica a instalação de um sistema automático de controlo da velocidade. A inexistência deste sistema, segundo aquela asso-

ciação, tem sido uma das causas dos graves acidentes ocorridos nesta linha, e a sua introdução já foi prometida pelo ministro dos Transportes após o acidente de Cruz de Pedra.

Por último, a Comissão de Utentes exige ser informada sobre o andamento dos estudos realizados pela CP sobre a utilização da linha férrea, bem como reclama o acesso à informação sobre o planeamento e calendário das obras previstas pela CP na referida

Faleceu Túlio Espanca

Faleceu domingo passado, na sequência de uma queda, o conhecido historiador Túlio Espanca, que contava 79 anos de idade. Túlio Espanca, que era familiar da poetisa Florbela Espanca, nasceu em Vila Viçosa a 8 de Maio de 1913 e era doutorado *honoris causa* pela Universidade de Évora. Autor do inventário artístico de Portugal, Túlio Espanca foi condecorado por Mário Soares com a medalha da Ordem Militar de Santiago de Espada.

A Comissão Coordenadora Nacional da CDU enviou um telegrama à família do falecido onde se lia: «A CCN da CDU profundamente chocada pela morte de Túlio Espanca, figura de grande relevo da historiografia artística de Évora, do Alentejo e do País, democrata conseqüente e cidadão exemplar, exprime o seu profundo desgosto e apresenta os sentimentos da sua solidariedade à família do historiador eborense».

Também a DOREV do PCP, ao tomar conhecimento do falecimento, enviou uma mensagem de condolências exprimindo «à família de Túlio Espanca sentidos pésames, na sua dor pela perda do seu familiar. Figura intelectual de grande dimensão, dedicando parte da sua vida à investigação sobre Évora e o Alentejo, contribuiu para um melhor conhecimento da nossa história e do progresso do Alentejo», conclui o telegrama.

Bloqueio informativo Regresso à normalidade não apaga intransigência do PSD

Após 36 dias de boicote à cobertura dos trabalhos parlamentares, os jornalistas chegaram finalmente a um acordo com os deputados do PSD. O bloqueio informativo foi levantado após uma comissão representativa de todos os órgãos de informação ter chegado na quarta-feira da passada semana a uma solução consensual com a bancada da maioria.

O PSD, de acordo com os resultados da reunião, aceitou a abrir os corredores circundantes do hemiciclo que dão acesso às salas do seu grupo parlamentar

durante o funcionamento das reuniões plenárias.

Os jornalistas, por sua vez, comprometeram-se a não filmar nem a gravar declarações dos deputados sem o seu prévio consentimento.

Octávio Teixeira, na sessão plenária que marcou o reinício do normal funcionamento dos trabalhos parlamentares, com a cobertura informativa pelos órgãos de comunicação social, expressou a satisfação do seu grupo parlamentar por este facto e considerou que este regresso à normalidade "é necessário ao regime

democrático, à dignidade e transparência da Assembleia da República e à defesa dos interesses do País e dos portugueses".

O líder parlamentar comunista não deixou porém de se interrogar sobre as razões que levaram ao "prolongamento da anómala situação", acabando por concluir que, afinal, "a solução era possível e, pelos vistos, não era difícil".

"São por isso reforçadas as razões que nos têm levado a responsabilizar o PSD não só por ter criado uma situação caricata e insustentável, como por tudo ter

feito para prolongar no tempo e injustificadamente essa mesma situação", observou Octávio Teixeira.

E se a intransigência do PSD acabou, por exemplo, por criar condições para que o Parlamento não comemorasse o 25 de Abril, não é menos verdade que com esse silêncio provocado, como sublinhou o deputado comunista, o PSD não conseguiu "calar a reafirmação popular da sua ligação aos ideais e aos objectivos do 25 de Abril", nem alterou "a realidade do País nem calou a luta popular".

Negociata de milhões na mira do Grupo Mello

— José Manuel Maia denuncia especulação e destruição da indústria naval

Vai ou não ser desactivado o estaleiro da Margueira com o consequente aproveitamento do terreno para a especulação imobiliária? As empresas Solisnor e Setenave vão ser encerradas e lançados no desemprego quatro mil dos seus trabalhadores? Nos estaleiros de Viana do Castelo vão ser extintos mil postos de trabalho? A Lisnave Rocha vai a breve prazo fechar as suas portas? Empresas dependentes da Lisnave como a ENI, a Lisnico, a Rebovalis, a Lisnetal, entre outras, vão reduzir os seus

postos de trabalho ou desaparecer? Dirigidas aos secretários de Estado das Finanças e da Indústria, estas e outras questões foram formuladas pelo deputado comunista José Manuel Maia na sessão de perguntas ao Governo que preencheu a agenda plenária da passada sexta-feira.

Mas se as perguntas foram objectivas e directas, as respostas, essas, primaram pela evasiva, não sendo de molde a tranquilizar ninguém quanto às verdadeiras intenções subjacentes a um velho plano do Grupo Mello no sentido

de dismantelar actuais empresas e lançar no desemprego milhares de trabalhadores.

Um plano que, como observou José Manuel Maia, vem sendo meticulosamente preparado com vista à apropriação por parte daquele grupo monopolista de todo o sector da indústria naval em Portugal e que tem como desenvolvimento mais recente uma "descarada negociata de muitos milhões de contos" envolvendo os terrenos da Lisnave para especulação imobiliária.

Um plano e uma negociata que, tudo o indica, é acarinhada pelo Executivo de Cavaco Silva e que, a confirmar-se, produzirá efeitos profundamente negativos no tecido produtivo e no plano social nos distritos de Setúbal, Viana do Castelo e Lisboa, e em particular nos concelhos de Setúbal e Almada, este último com o Plano Director Municipal (PDM) em fase final e com os objectivos estratégicos já aprovados, incluindo pela comissão técnica de acompanhamento de que fazem parte representantes do Governo.

Defender o Tapete de Arraiolos

Promover e controlar a sua qualidade e genuinidade, incentivando e apoiando simultaneamente a actividade da tapeçaria de Arraiolos, eis, em síntese, um dos objectivos do Instituto preconizado pelo PCP no seu projecto de lei sobre a defesa e valorização do Tapete de Arraiolos.

Em debate na passada semana, o diploma mereceu o apoio favorável de todos os partidos, à excepção do PSD que invocou um alegado "desfasamento da realidade" e o facto de ter sido "ultrapassado pelo evoluir da situação".

O argumento não colheu e foi prontamente desmontado pelo deputado comunista Lino de Carvalho que, a propósito,

salientou que o que está em causa é a definição de um quadro legal "que defenda e valorize a verdadeira tapeçaria de Arraiolos e, através dele, as milhares de artesãs existentes, tanto na vila e concelho, de onde tomaram o nome de Arraiolos, como por todo o País".

Do que se trata, pois, na perspectiva da bancada comunista, é de defender esta tapeçaria, cuja história se confunde com a própria história de Portugal, da "proliferação de imitações, abastardadas e adulteradas", face à "crescente reputação, interesse e expansão" que tem conhecido nos últimos anos no País como no estrangeiro.

Direitos de Autor

A Assembleia da República analisou na passada semana um projecto de lei do Grupo Parlamentar do PCP que prevê o alargamento de 50 para 70 anos do período de protecção *post-mortem* dos direitos de autor.

Explicando as razões que presidiram à iniciativa da sua bancada, o deputado José Calçada justificou-a afirmando que uma "maior justiça e eficácia na protecção *post-mortem* da criatividade cultural e dos direitos de autor passa também pelo alongamento do período de tempo durante o qual não cairão no domínio público".

Receptivo a "todos os contributos" tendentes à melhoria técnica do projecto e sem deixar de reconhecer que "são inviáveis e difíceis muitos dos caminhos a trilhar", José Calçada

falou ainda da perspectiva da criação do instituto do "domínio público remunerado" - "uma hipótese em aberto", segundo disse - , o qual sucederia ao período de 70 anos de protecção dos referidos direitos de autor.

Especificando melhor o sentido deste instituto, José Calçada referiu que ele consistiria na criação de um fundo constituído a partir da existência de uma taxa de entre 0,5% e 1% cobrada sobre o preço de venda das obras, taxa essa que se destinaria ao apoio social a criadores em dificuldades e ao apoio a sociedades de escritores e autores.

Assinala-se que este projecto de lei do PCP mereceu na generalidade o apoio expresso quer da Associação Portuguesa de Escritores quer da Sociedade Portuguesa de Autores.

Estatísticas do desemprego Governo esconde números incómodos

O líder da formação comunista no Parlamento, Octávio Teixeira, classificou de "estranha" a decisão governamental de suspender por dois meses a divulgação pública de dados estatísticos relativos ao número de desempregados, no preciso momento em que é público e notório um agravamento da situação neste domínio.

Em requerimento dirigido ao ministro do Emprego e Segurança Social - a quem solicita esclarecimentos sobre a decisão e dados sobre o desemprego em Março -, o dirigente comunista recorda que esta determinação da Secretaria de Estado do Emprego e da Formação Profissional ocorre na sequência da divulgação de dados relativos a Fevereiro de 1993, os quais apontavam para a existência de 395 mil desempregados (8 por cento da população activa), valores substancialmente mais elevados que os registados pelo INE, que, como se sabe, utiliza uma metodologia diferente, assente na amostragem.

"Percebe-se que o Governo queira continuar a divulgar, exclusivamente, a taxa de desemprego mais baixa, a divulgada pelo INE, com uma periodicidade mensal", sublinhou a propósito Octávio Teixeira, sem deixar de fazer notar, porém, que não é aceitável que, "por acréscimo, numa situação de crise como a que o País hoje vive, o Governo decida no sentido de escamotear ao conhecimento do público uma visão mais próxima da real dimensão do desemprego em Portugal".

PCP quer explicações sobre a TAP

O Grupo Parlamentar do PCP propôs na Assembleia da República a convocação dos ministros do Emprego e das Obras Públicas e Transportes para prestarem esclarecimentos sobre a decisão da administração da TAP de suspender o pagamento integral dos salários dos seus trabalhadores.

Esta proposta, tomada no próprio dia do anúncio feito pela administração daquela transportadora aérea, surge na sequência de anteriores diligências da formação comunista no sentido de apurar a posição do Governo relativamente aos graves problemas com que se confronta a empresa.

Ainda no passado dia 22 de Abril, em requerimento dirigido ao Ministério das Obras Públicas e Transportes, o deputado comunista Arménio Carlos apontava o actual processo de liberalização do transporte aéreo na Europa, e a forma como está a ser aplicado, como um dos factores explicativos para a "concorrência selvagem" em curso, na base da qual está a descida de muitas tarifas abaixo do seu custo real, responsável pela actual situação da TAP.

Para obviar a esta situação, lembra o deputado comunista, a Comissão das Comunidades Europeias prometeu medidas que evitassem uma "liberalização" à americana, designadamente para evitar que as tarifas baixassem ou subissem em demasia, as quais, porém, não foram ainda concretizadas.

Nesse sentido, para a bancada comunista, importa saber que medidas vai o Governo adoptar para salvaguardar os interesses e a viabilidade da TAP, do mesmo modo que interessa conhecer a sua estratégia para aquela empresa, para além do apregoado objectivo de privatização de 49 por cento do seu capital.

No texto do requerimento, Arménio Carlos chama ainda a atenção para a suspensão desde 1986 de toda a contratação colectiva e para a recusa ao diálogo mantida pelo conselho de administração, interrogando-se no final sobre a explicação a dar para o facto de os gestores nomeados pelo Governo - quando é imposta aos trabalhadores uma brutal austeridade - não darem nenhum exemplo, mantendo uma prática como se nada se passasse (carros de luxo novos, reuniões de vendas fora do País, secretárias alheias à empresa com salários acima de qualquer medida interna, deslocações com consequentes ajudas de custo a subirem em flecha).

PODER LOCAL

• Visando o próximo mandato da Coligação PCP define a sua intervenção em Lisboa

A Direcção da Organização da Cidade de Lisboa do PCP reuniu recentemente para apresentar o núcleo central das listas a apresentar pelo partido no quadro da Coligação com Lisboa (que destacamos em caixa), para definir «Propostas de trabalho dos eleitos do PCP no município de Lisboa no mandato de 1994/1997».

Através do Pelouro da Educação

C. M. Lisboa homenageia Carlos Pinhão

O Pelouro da Educação da Câmara Municipal de Lisboa, dirigido pelo vereador, do PCP, Rego Mendes, promoveu anteontem uma sessão de homenagem ao jornalista e escritor Carlos Pinhão, acto que simultaneamente inaugurou uma exposição sobre a sua vida e obra.

Estiveram presentes numerosas individualidades, amigos e admiradores de Carlos Pinhão, tendo usado da palavra, além do responsável da CML que

promoveu a iniciativa, eng. Rego Mendes, o presidente da Associação Portuguesa de Escritores, José Manuel Mendes, o jornalista Vítor Serpa, em nome do jornal «A Bola» (a quem o homenageado esteve profunda e fecundamente ligado durante muitos anos), a sua filha Leonor Pinhão, e o dirigente do PCP, António Abreu, que afirmou, a dado passo:

«O Pinhão era assim. Natural como a vida. E ia para ela descobrindo a alegria que há nas pessoas e nas coisas, sempre com o sorriso que nos contagiava nas horas boas e más, que nos convidava a não deixar levar situações complicadas para além dum certo grau de seriedade. Em tudo abria clareiras de boa disposição. Era bom e verdadeiro.

«Se a perda do Pinhão foi grande para todos, ela foi maior para as crianças. Essa era a sua paixão depois de mais liberto do jornalismo — as crianças que com ele conviveram nessa grande maratona onde quase ia batendo o recorde da Alice Vieira, a quem dizia depois da visita a uma nova escola ou tu já lá foste ou vais lá a seguir...»

E mais adiante:

«Do Carlos Pinhão podemos dizer que deitou um olhar diferente sobre o Desporto, um olhar que não limitou a sua visão do mundo e que integrou a sua especialização jornalística no campo mais vasto da Cultura.

«Jornalista, não lhe era indiferente que um leitor, face a uma prosa se tivesse que interrogar sobre o que nela há de verdade ou de mentira, o que tem de objectivo ou onde está a intriga.

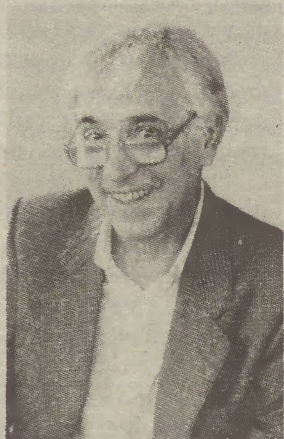
«Tinha um apurado sentido de interesse jornalístico e não se conformava com os fretes aos homens dos aparelhos dominantes.»

Finalmente, abordando a militância no PCP de Carlos Pinhão, o orador afirmou:

«O cuidado e a dedicação ao Partido deixou-os nas tarefas simples ou difíceis para que esteve sempre pronto. Nas reuniões, quando falava, era rápido, objectivo e imaginativo e eu aprendi, quando avançava uma ideia ou uma hipótese, a cruzar-me com o seu olhar e encontrar nele o acordo, o desacordo, ou a necessidade de uma melhor ponderação.

«Comunista assumido e convicto, o Pinhão tinha amigos em todos os quadrantes. Estão aqui com ele. Não os conquistou deixando de ser o que era. Não encarava a vida como um negócio ou mesmo como um fardo, mas como algo para ser vivido com verdade e alegria. Os seus amigos encontraram na sua coerência um dos pilares mais puros da amizade.

«Nestes últimos tempos foram fortes os ventos que abanaram esta árvore de fortes raízes que é o seu Partido. Parecia que cessavam razões para os ideais a que deram a vida homens como Pinhão. «Deixa assentar a poeira» — disse-me um dia. A poeira assentou e as razões dos ideais aí estão, de novo à vista de todos, a receber outras entregas a uma luta que se renova numa nova geração insubmissa que — como ele previra — não se fixou nem no egoísmo nem no conformismo.»



Dessas propostas, chegou-se a um conjunto de 12 princípios programáticos, com a seguinte enunciação:

1. Prosseguir o ordenamento adequado da estrutura urbana da cidade, em termos funcionais, de actividades e equipamentos, de acordo com o Plano Estratégico, Plano Director Municipal e Planos de Pormenor já elaborados.

2. Melhorar a qualidade de vida urbana

3. Inverter a tendência para a expulsão da população da cidade, criando condições para a sua fixação nas áreas centrais e residenciais.

4. Continuar a investir na rede viária de modo a garantir maior fluidez de circulação dentro da cidade, bem como nas suas entradas e saídas; exigir da administra-

ção central maiores investimentos nos transportes públicos da área metropolitana.

5. Prosseguir os investimentos no sistema de saneamento da cidade e de despoluição do estuário de Tejo.

6. Desenvolver políticas, programas e acções que animam a vida cultural da cidade e mobilizem os agentes culturais; participar com empenho na organização de Lisboa 94 - Capital da Cultura, de forma a projectar a cidade na Europa e no mundo.

7. Promover o desenvolvimento e a modernização da base económica da cidade, designadamente nas áreas da ciência, da investigação e desenvolvimento, das ciências do ambiente e do turismo; apoiar a organização da Expo 98 impedir que condu-

za a desaproveitamentos refastos mas, antes, que contribua para o reequilíbrio e requalificação da cidade e para a melhoria da qualidade de vida da populações.

8. Prosseguir a reestruturação dos serviços do município, modernizando-os e dotando-os de melhor capacidade de resposta às necessidades das populações, tendo em conta a vocação tradicional da Câmara e o direito ao emprego do seus trabalhadores.

9. Procurar novas soluções de gestão de serviços públicos prestados pela autarquia, por forma a favorecer a desburocratização, a eficácia e a diminuição dos custos das intervenções.

10. Aprofundar a política de descentralização para as freguesias através de protocolos e outro tipo de acordos

que estabeleçam programas definidos e permitam a sua constante avaliação.

11. Intensificar as acções de compatibilização metropolitana como contributo para o reequilíbrio regional, através da criação articulada de novas centralidades.

12. Institucionalizar mecanismos de negociação entre o município e o poder central para permitir a resolução de problemas em que se sobrepõem diferentes interesses e competências.

Avançou-se, igualmente, com «algumas linhas de acção», nomeadamente nas áreas do Planeamento Urbano, Habitação, Reabilitação Urbana, Ambiente, Trânsito e Arruamentos, Cultura, Educação, Juventude, Desporto, Turismo, Modernização Administrativa e Finanças e Planeamento.

Núcleo central das listas do PCP

O núcleo central das listas a apresentar pelo PCP no quadro da Coligação Com Lisboa é o seguinte:

Câmara Municipal

— Rui Godinho, 45 anos, eng^o químico, actual vereador.

— António Abreu, 45 anos, eng^o químico, membro do CC do PCP.

— Vítor Costa, 38 anos, advogado, actual vereador.

— Rego Mendes, 49 anos, eng^o técnico, actual vereador.

— Caleia Rodrigues, 48 anos, empregado bancário, actual vereador suplente.

— José Emílio da Silva, 53 anos, oficial de Engenharia na Reserva, independente.

— Graça Mexia, 55 anos, psicóloga, actual membro da A.M.L.

Assembleia Municipal

— João Amaral, 48 anos, advogado, actual Presidente da A.M.L. e do CC do PCP.

— José Tavares, 38 anos, programador de Informática, actual membro da A.M.L. e do CC do PCP.

— Manuel Lopes, 48 anos, profissional da Indústria Têxtil, membro do Conselho Nacional da CGTP, independente.

— Jorge Cordeiro, 39 anos, empregado, membro do CC do PCP.

— Silva Dias, 62 anos, arquitecto.

— Graça Mexia, 55 anos, psicóloga, actual membro da A.M.L.

— Jaime Relvas, 61 anos, vendedor, actual Presidente da J.F. da Ameixocira.

— Modesto Nayarro, 50 anos, funcionário público, escritor.

— Rita Magrinho, 45 anos, professora.

— José Araújo, 49 anos, director Serviços na Voz do Operário.

— Paula Coelho, 31 anos, empregada, membro do Conselho Nacional do MDM.

— Ana Avoila, 39 anos, empregada, membro da USL — União dos Sindicatos de Lisboa - CGTP.

Nota: Integrarão também as listas, membros da JCP e da ID (Intervenção Democrática), a definir oportunamente.

Porto

Plano Director Municipal contestado pelo PCP

A Direcção da organização da Cidade do Porto do PCP realizou uma conferência de Imprensa sobre o Plano Director Municipal do Porto, onde estiveram presentes os deputados municipais dr. Lusitano Correia e dr. João Carvalho, Teresa Lopes, da DOCP do PCP, e dra. Ilda Figueiredo, candidata da CDU à Câmara Municipal.

Afirmando que a questão do «shopping-center» do Bom Sucesso, na Boavista, «veio despoletar uma questão essencial para a estratégia de desenvolvimento da cidade do Porto — o conteúdo do Plano Director Municipal (PDM)», a organização do PCP historiou o processo (polémico) da aprovação desta Plano, que afinal não chegou a ser aprovado pela Assembleia Municipal do Porto e carece de muitos melhoramentos, na sua actual redacção, além de estar, no actual estado de indefinição em que tudo se encontra, a abrir caminho «ao livre arbítrio e à discriminação do poder», como se ilustra com o referido caso do «shopping-center» do Bom Sucesso.

É neste quadro que a CDU apresenta diversas propostas, de que destacamos as seguintes:

«Revisão do Regulamento do PDM nos termos adiantados pela Comissão Técnica do Plano Director Municipal do Porto e reconfiguração efectiva do PGU em PDM, após aprovação das alterações pela Assembleia Municipal;

«Aprovação desde já de uma norma que explicita a quem compete a definição do "reconhecido interesse" dos centros

de serviços citados no nº 8 do artigo 2º do Regulamento sendo certo que sempre deverá ser ratificado pela Assembleia Municipal após aprovação pela Câmara Municipal.

«Elaboração urgente dos planos urbanísticos das oito unidades de ordenamento e, ulteriormente, elaboração dos planos de pormenor necessários e adequados a cada espaço específico dentro da unidade de ordenamento respectiva;

«Prioridade à elaboração do plano urbanístico da unidade de ordenamento em que se insere a Zona do Bom Sucesso, seguido dos respectivos planos de pormenor, dando prioridade absoluta ao que abrange aquelas zonas;

«Manutenção do embargo das obras ilegais e não licenciadas do "shopping", sem prejuízo de desde já se tomarem as medidas de segurança que se impõem para impedir acidentes na zona;

«Suspensão dos processos de aprovação de obras idênticas até que estejam prontos os respectivos planos previstos no Regulamento.

«Debate público das alterações propostas pela Comissão Técnica, no qual a CDU desde já afirma a sua intenção de participar activamente, designadamente através da realização de debates próprios abertos ao público. A realização do primeiro debate terá lugar no próximo dia 21 de Maio pelas 21.30 horas sobre "O planeamento urbanístico da cidade".»

Fraudes na CEE

A pontinha do icebergue

As fraudes praticadas com fundos comunitários, em 1992, ascendem a pelo menos 48 milhões de contos. A informação foi divulgada a semana passada, em Bruxelas, pelo director do secretariado-geral da luta antifraude da Comissão Europeia, Emile Mennens, que é o primeiro a reconhecer que o referido montante não passa da ponta de um icebergue cujas reais proporções estão ainda por avaliar.

Ao apresentar o relatório anual da Comissão sobre as irregularidades praticadas na aplicação dos fundos comunitários, Mennens anunciou que de acordo com as estimativas comunitárias só dez por cento das verbas utilizadas indevidamente foram recuperadas, e que se acentua a tendência para o aumento das fraudes no quadro do mercado único sem fronteiras, assumindo um carácter cada vez mais transnacional.

Em 1992, foram notificados 820 casos de fraude no domínio dos recursos próprios tradicionais, contra 1030 no sector do FEOGA (Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícolas).

O combate à fraude, que no ano transacto custou à Comunidade cerca de 14 milhões de contos, está no entanto longe de ser eficaz. É que os casos detectados correspondem apenas aos denunciados pelos Estados-membros, ficando por contabilizar centenas ou milhares de outros nunca descobertos.

Ser juiz em causa própria, é sabido, nunca foi a melhor forma de fazer respeitar a legalidade. O caso de Portu-

gal, apontado no relatório como um dos países que menos casos de fraude apresenta, pode ser esclarecedor. O Governo não gosta de falar nessas coisas a nível interno, quanto mais comunitário!

Como o próprio Emile Mennens salientou, a situação é agravada pela existência de um vazio jurídico no respeitante à gestão dos fundos estruturais, destinado à redução das disparidades entre as economias, de que Portugal é um dos quatro países beneficiados. O que significa, naturalmente, uma falta de controlo a todos os títulos injustificável, que deixa em aberto um vasto campo para a indevida utilização de tais fundos.

No que se refere às fraudes praticadas com o famigerado Fundo Social Europeu - que tanto têm dado que falar em Portugal -, Mennens não tem dúvidas em afirmar que se trata de "um domínio onde se tornam mais fáceis de cometer", dada a natureza imaterial das acções apoiadas. Segundo as suas próprias palavras, os "prevaricadores podem, facilmente, apresentar despesas falsas ao abrigo de projectos inexistentes face à impossibilidade de serem detectados através dos habituais meios de luta antifraude".

Acresce, por outro lado, como sublinhou aquele responsável comunitário, que os Estados-membros, a quem compete em primeiro lugar reprimir a fraude, "não têm pressa de notificar a Comissão Europeia deste tipo de casos por recearem danificar a sua imagem".

Corrupção à portuguesa

Na memória de todos está ainda a lembrança de Cavaco Silva na Assembleia da

República garantindo que "Portugal não é um país de corruptos" - o que não é exactamente o mesmo que dizer que em Portugal não há corrupção -, enquanto outros membros do Governo clamavam contra as "forças de bloqueio" pelas suas denúncias de corrupção que, diziam, só prejudicavam o país e podiam inviabilizar o envio de novos fundos!

Mas lá que a corrupção existe, existe. Ainda esta semana um novo escândalo veio a público, envolvendo desta vez a Escola de Messtrança e Marinhagem, em Paço de Arcos, a vizinha Escola Náutica Infante D. Henrique e mais três entidades privadas criadas na sua órbita por expedito dirigente sindical dos Trabalhadores Sociais Democratas (TSD). Os dinheiros do Fundo Social Europeu e os ditos cursos de formação constituem o pano de fundo deste novo romance, por sinal já a ser investigado pela Inspecção-Geral de Finanças. Confrontado com repetidas denúncias de "irregularidades e fraudes", ao ministro do Mar não restou outra alternativa do que ordenar o inquérito, mas será que da iniciativa chega sinal a Bruxelas?

E que dizer da recente atribuição à UGT - recentemente denunciada por um semanário - das últimas verbas disponíveis do FSE para o corrente ano, cerca de meio milhão de contos, quando aquela organização se encontra sob investigação criminal e ainda estão por apurar as alegadas fraudes na utilização de fundos em anos anteriores?

E as malparadas verbas para a agricultura, todas elas canalizadas via CAP, perdidas nos meandros de facturas falsas passadas em nome de pessoas que nada têm a ver com o assunto e publicamente já declararam nunca ter recebido um tostão?

Querida subsidiariedade

Como lembrou a semana passada o responsável pela luta antifraude, os Estados-membros, a quem compete em primeiro lugar reprimir a fraude, "não têm pressa de notificar a Comissão Europeia deste tipo de casos por recearem danificar a sua imagem". Trata-se, naturalmente, de um falso argumento. Quando o que está em causa é o desbaratar de meios necessários para o desenvolvimento do país, parece evidente que as administrações nacionais só beneficiarão com a denúncia das irregularidades cometidas, de modo a permitir o melhor aproveitamento possível desses mesmos fundos. Acontece, porém, que para muitos governantes o importante é que os fundos comunitários entrem no país, pouco importando se para encher privados bolsos, já que assim se servem clientelas, se mantém a



O Governo deu à UGT mais cerca de meio milhão de contos do FSE, apesar desta se encontrar sob investigação criminal por suspeita de fraude

ilusão das "vacas gordas" e se faz circular o dinheiro que de uma forma ou de outra acaba por ser investido internamente. Neste visão imediatista, perde-se de vista, designadamente, a importância da formação profissional e a necessidade de modernização da produção, para que tais fundos seriam fundamentais, e cuja falta se fará sentir pesadamente com o efectivo funcionamento do mercado único.

Mais preocupados com os dividendos políticos e a sua imagem, os governos têm nesta matéria revelado um apego sem limites ao princípio da subsidiariedade (descentralização de competên-

cias), o que lhes permite nem sequer informarem os organismos comunitários do desenlace dos processos de fraude detectados a partir de Bruxelas.

A Comissão Europeia propõe-se dedicar ao combate à fraude, no ano em curso, qualquer coisa como 23,6 milhões de contos. Entretanto, foi criado um grupo de especialistas independentes encarregado de preparar um relatório sobre os diferentes regimes jurídicos nacionais em matéria de luta antifraude, de forma a concertar uma estratégia comum para fazer face ao problema. Um tema em franca expansão, como se verifica.

Compadrios

Numa altura em que tanto se fala de fraudes e corrupção, cabe lembrar o compadrio existente entre o Governo e a CAP, que contra toda a mais elementar justiça continua a ser imposta como a única interlocutora socioprofissional da agricultura portuguesa. A situação, várias vezes denunciada à Comissão Europeia, voltou a ser lembrada pelo eurodeputado Rogério Brito, que enviou àquele organismo a pergunta que a seguir se transcreve:

"Sem qualquer fundamento constitucional e jurídico no plano nacional ou no domínio do direito comunitário, o Governo português continua, arbitrariamente, a só reconhecer, ou para ser mais rigoroso, a impor, como único interlocutor socioprofissional da agricultura portuguesa, a CAP - Confederação dos Agricultores de Portugal. Marginaliza assim a mais importante organização, pela sua real influência e representatividade da pequena e média agricultura, a CNA - Confederação Nacional da Agricultura, e procura reduzir e desvalorizar o âmbito e eficácia de intervenção de organizações de produtores associadas desta Con-

federação, como é o caso recente da Associação dos Pastores Transmontanos.

"Acresce, até porque a situação é permissiva ao clientelismo e falta de transparência, quando não mesmo convidativa à fraude, que a CAP se encontra envolvida em casos de corrupção praticada por dirigentes e organizações associadas e é acusada da prática de tráfico de influências e do uso de privilégios políticos e financeiros, ilegítimamente concedidos pelo Governo, porque assentam na inadmissível desigualdade de tratamento para com organizações similares e impedem a expressão democrática da vontade e da organização dos agricultores portugueses e porque comprometem a própria credibilidade da Comunidade.

"Face ao exposto, pergunta-se à Comissão: Tendo a Comissão já sido alertada noutras alturas para esta situação, aguardando inclusive o signatário a resposta a uma pergunta formulada há meses, que medidas já tomou ou tenciona tomar para que o direito e os princípios de representatividade, parceria e transparência sejam respeitados e credíveis?"

Continua a aguardar-se resposta.

Recomendação, importância, interesse

Na reunião ECOFIN de 15 de Março último, o Presidente do Tribunal de Contas da Comunidade fez uma exposição em que reiterou, com particular veemência, as críticas insertas no relatório anual sobre a gestão dos recursos comunitários pela Comissão. Como no relatório sobre a reunião esta questão não era abordada, o eurodeputado Sérgio Ribeiro questionou o Conselho, em nome da transparência, para saber se foram tomadas algumas decisões após a referida exposição, e quais, e concretamente qual a posição dos ministros dos cinco Estados-membros que, controlados no final de 1991 relativamente às ajudas comunitárias à agricultura, não dispunham de sistemas de controlo interno eficazes.

A resposta chegou no final do mês de Março e dispensa comentários:

"O Conselho adoptou, por unanimidade, a recomendação e enviar ao Parlamento Europeu tendo em vista a quitação a dar à Comissão quanto à execução do Orçamento Geral das Comunidades Europeias para o exercício de 1991. Na sua recomendação, o Conselho salienta, nomeadamente, a importância que atribui ao cumprimento do princípio da boa gestão financeira, bem como o seu interesse quanto ao seguimento a dar aos comentários formulados na sequência do relatório do Tribunal de Contas."

Sinal de alarme

A sobrevivência da Europa depende da revisão dos problemas relacionados com o desemprego e com o trabalho, defendeu há dias o presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors, ao intervir na assembleia plenária do Comité Económico e Social (CES) da CEE, em Bruxelas.

Segundo Delors, da revalorização das questões sociais face à vaga de progresso técnico em curso depende a sobrevivência da Europa. Na sua opinião, "sobrevivência ou declínio?" é a escolha "radical" que o velho continente enfrenta, numa repetição de um fenómeno registado na década de setenta. Neste contexto, Delors apelou aos líderes políticos europeus, do Japão e dos EUA para reflectirem sobre

"o que fazer para assegurar o emprego e um mínimo de segurança social".

Este sinal de alerta surge num momento em que um responsável do Bundesbank veio a público avisar que os países da Comunidade "nunca estiveram tão longe" de cumprir os limites de défice público contemplados nos acordos de Maastricht. Para Otmar Issing, o défice dos países da CEE, agravado em 1992 e que vai atingir um nível recorde este ano, deve-se ao "abrandamento da economia" e "à falta de consolidação das finanças". Segundo informou, os Doze, à excepção do Luxemburgo, "não podem preencher os critérios de convergência impostos pelo tratado de Maastricht sobre os limites do défice público", e "nunca

estiveram tão longe de preencher esse objectivo como agora".

Recorda-se que a parte do défice público em relação ao produto interno bruto se eleva em média para 5,5 por cento - contra os três por cento exigidos pelo tratado da União Europeia - para o conjunto dos países da CEE e o endividamento público acumulado atinge quase 63 por cento do PIB - contra 60 por cento segundo Maastricht.

Esta situação tem reflexos cada vez mais gravosos na política social, o eterno parceiro pobre de todas as políticas.

Portugal é disso exemplo. De acordo com um estudo do Eurostat divulgado no final de Abril em Bruxelas, Portugal foi o país da CEE que

menos dinheiro gastou com a protecção social em 1991. Nesse ano, o país canalizou para o referido sector apenas 19,4 por cento do produto interno bruto (PIB), contra 32,4 por cento na Holanda.

Entre 1980 e 1991, as despesas com a protecção social na CEE, calculadas em função do PIB, subiram de 24,4 para 26 por cento.

Segundo a mesma fonte, no mesmo período, as receitas sociais correntes da Comunidade calculadas em ecus aumentaram 136 por cento, mas a proporção das quotizações sociais dos trabalhadores diminuiu em todos os Estados-membros (reflexo do desemprego). O índice comunitário desceu de 45,4 por cento para 41,1 por cento, mostra o estudo do Eurostat.

PALOP

Os chefes da diplomacia dos cinco países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) reuniram-se no início desta semana, em S. Tomé, para balanço de actividades e análise da situação em Angola e Moçambique, entre outras questões.

Os ministros debateram, nomeadamente, o novo programa de acção a ser financiado pela Comunidade Europeia, e que abrange, entre outros, os projectos de melhoria do sistema de educação, formação sanitária, reforço da administração pública e gestão empresarial.

Os processos de democratização em Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe foram também passados em revista na reunião, cujo tempo foi em boa parte dedicado à evolução da situação em Angola e ao processo de paz em Moçambique.

Estão em estudo formas conjuntas de actuação para uma participação mais activa dos outros PALOP nos processos de paz angolano e moçambicano.

ÁFRICA

A primeira Conferência pan-africana sobre as reparações devidas à África pelos prejuízos causados pela escravatura pediu à Organização de Unidade Africana (OUA) para obter das antigas potências coloniais uma compensação monetária e a anulação de dívidas.

No documento aprovado no final de uma reunião de três dias, os participantes apelam à comunidade internacional que reconheça que existe uma dívida "excepcional e sem precedentes" ainda a pagar aos povos de África, "povos que foram os mais humilhados e explorados nos últimos quatro séculos".

Três dezenas de países de quatro continentes estiveram representados na Conferência, que lançou um apelo à OUA para que garanta a atribuição a África de um lugar de membro permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

SINDICALISTAS

Duzentos e 60 sindicalistas de todo o mundo foram mortos em 1992 por defenderem os direitos dos trabalhadores, indica um relatório da Confederação Internacional dos Sindicatos Livres.

De acordo com o mesmo estudo, 2500 pessoas foram detidas no mesmo ano por desenvolverem actividades sindicais legalizadas. Além disso, 40 mil trabalhadores perderam o emprego por reivindicarem melhores salários e condições de trabalho.

O relatório aponta para um aumento das mortes e detenções em relação a 1991, ano em que foram mortos 200 sindicalistas e detidos dois mil.

"Os ataques aos Sindicatos são mais do que uma ameaça ao movimento laboral, ameaçam a própria democracia", sublinha-se no prefácio do relatório.

A Colômbia e a África do Sul são os países mais perigosos para os sindicalistas, embora a Sérvia seja - segundo esta Confederação sindical - o país europeu responsável por maiores violações dos direitos humanos.

Na Colômbia, em 1992 foram mortos 100 sindicalistas e, segundo os sindicatos locais, desde 1987 foram assassinados 800.

O Congresso dos sindicatos sul-africanos assinalou o assassinato de 80 sindicalistas no ano passado, "vítimas de uma campanha orquestrada pelos que se opõem à mudança democrática".

DESENVOLVIMENTO

Cerca de 100 intelectuais de 21 países ibero-americanos, reunidos em Antígua, Guatemala, na Cimeira do Pensamento, aprovaram um documento com propostas para fortalecer os processos de paz e democratização, solidariedade, desenvolvimento, educação, ciência e tecnologia como alternativas para o futuro. As propostas contidas no documento "Visão ibero-americana 2000" serão estudadas pelos chefes de Estado de Portugal, Espanha e América Latina durante a "III Cimeira ibero-americana", a realizar em Julho, no Brasil.

Os intelectuais pediram também a adopção de um "código ético internacional" nas relações económicas, comerciais e tecnológicas para garantir a igualdade de responsabilidades e deveres.

Entretanto, o jornal "La Hora", da Guatemala, considerou um "paradoxo" a realização de uma Cimeira do Pensamento num país onde os intelectuais são perseguidos e assassinados.

BRASIL

Em cada dia de trabalho que passa, pelo menos 24 455 brasileiros perdem o seu posto de trabalho, revelam dados divulgados pelo Ministério do Trabalho. Este índice elevou para 20,2 milhões o número de brasileiros sem trabalho entre Janeiro e Fevereiro de 1993.

Para a Associação brasileira de Recursos Humanos, o desemprego é um dos custos mais elevados da recessão que há mais de uma década afecta o país.

Neste momento, a classe média é a mais atingida pelo desemprego no Brasil.

Itália

Manifestação e crise política

Manifestações de protesto ocorreram sábado passado por toda a Itália depois de a Câmara de Deputados ter recusado levantar a imunidade parlamentar de Bettino Craxi, provocando uma nova crise política.

Milhares de pessoas desceram à rua, em Roma, Turim e Milão, para protestar contra a "absolvição" de Craxi, depois do anúncio da decisão do Parlamento italiano. O PDS (resultante da dissolução do PCI) e os Verdes denunciaram tal decisão como um escândalo, e os seus ministros retiraram-se do governo recém-formado.

Cresce a exigência de dissolução do Parlamento, nomeadamente por parte do Movimento anti-Mafia e da Refundação Comunista. Também a direita e movimentos nacionalistas como a Liga Lombarda, naturalmente com diferentes objectivos, apostam em eleições antecipadas. Achille Occhetto, dirigente do PDS, propôs igualmente eleições antecipadas, mas depois de aprovadas reformas eleitorais que visam limitar o acesso de pequenas formações políticas aos órgãos de poder. Reformas incluídas no referendo do passado dia 18, que contou com uma maioria de Sim.

Entretanto, o Procurador da República em Milão, que dirige o inquérito sobre os (muitos) casos de corrupção, poderá recorrer ao Tribunal Constitucional relativamente à rejeição do levantamento da imunidade parlamentar de Bettino Craxi.

Saverio Borrelli manifestou-se desconcertado com a votação da Câmara dos deputados recusando o levantamento da imunidade parlamentar do antigo secretário-geral socialista.

Na sua opinião, "o Parlamento entrou no terreno da ordem judiciária, fazendo prevalecer os seus julgamentos sobre as orientações da magistratura".

A crise do sistema político italiano, baseado no papel central da Democracia Cristã (DC), tem vindo a agravar-se nos últimos anos, reflectindo-se, nomeadamente, numa rejeição dos partidos tradicionais por parte do eleitorado.

Nas eleições legislativas de 5-6 de Abril de 92, os partidos no poder - DC e PSI - sofreram claras quebras na votação. A Democracia Cristã contou com 29,7% dos votos em vez dos 34,3% de 1987 e, pela primeira vez na sua história

teve uma votação inferior a 30%.

Simultaneamente, cresce a influência das ligas, o que no fundo reflecte uma aspiração a perspectivas diferentes, uma política alternativa.

O programa demagógico das ligas baseia-se essencialmente na denúncia da eficácia e da corrupção do sistema político e da economia italiana. Mas partindo destas denúncias, as ligas desenvolvem uma propaganda que, no mínimo, rasa uma opção racista, com todos os graves perigos que tal comporta.

O último ano em Itália caracterizou-se por um grande aumento de tensão na área política.

Ao espectacular agravamento dos crimes da Mafia, em Julho de 1992, com os sucessivos assassinatos dos juízes Falcone e Borsellino, sucederam-se as revelações quase quotidianas de casos de corrupção de políticos e empresários, atingindo particularmente os democratas cristãos e os socialistas.

No domínio socioeconómico, é o "massacre social", nas palavras de Sergio Garavini, secretário-geral do Partido da Refundação Comunista. Sucederam-se

as medidas antipopulares do governo Amato, aliás de acordo com as exigências da Comissão de Bruxelas: congelamento dos salários dos funcionários públicos até Dezembro de 1993; aumento dos impostos; liquidação do carácter gratuito da assistência médica; alterações sensíveis no sistema de reformas.

Esta política socioeconómica tem vindo a desencadear grandes acções de protesto por parte dos trabalhadores italianos. Em 12 de Setembro passado, quando da divulgação do programa do governo Amato, 150 mil a 200 mil manifestantes saíram à rua em Roma, na mais importante manifestação dos últimos 8 anos. Depois disso, os movimentos de protesto não pararam, o que levou as confederações sindicais - em grande medida desacreditadas depois da assinatura de um acordo com o governo que levou à supressão da "escala móvel" dos salários - a marcar uma greve geral de 4 horas para 13 de Outubro.

Na incógnita que é hoje o futuro político de Itália, a força do movimento popular é um dado incontornável, que sem dúvida marcará também esse futuro.

Palestina

Mais uma oportunidade à paz

Os palestinianos regressaram às conversações "para dar mais uma oportunidade à paz, mas é apenas uma oportunidade (...). Se não for conseguido nenhum progresso, a confusão será total na região e haverá uma balcanização de toda a zona", afirmou Yasser Arafat, dirigente da Organização de Libertação da Palestina (OLP), em entrevista ao semanário britânico "The Observer", quando do reinício das conversações de paz em Washington. Uma declaração que testemunha das dificuldades do processo e das diferentes opiniões dentro da OLP e entre os palestinianos, após meses de negociações sem resultados palpáveis.

No retomar das conversações parece terem-se registado alguns (pequenos) passos positivos.

A administração israelita afirma-se pronta - segundo notícias divulgadas pela Lusa, que cita fontes oficiais - a aceitar a participação dos habitantes de Jerusalém-Oriental em futuras eleições dos membros do Conselho encarregue de criar um regime de autonomia nos territórios ocupados.

É a primeira vez, desde o início do processo de paz em Outubro de 1991, que o governo de Israel se declara disposto a uma participação dos 150 000 palestinianos de Jerusalém-Oriental em eleições (sujeitando embora esta participação a um conjunto de condições).

A decisão de autorizar o regresso aos territórios ocupados de 30 palestinianos deportados entre 1967 e 1987, foi avaliado positivamente pela delegação palestiniana. Hanane Ashraui, porta-voz desta delegação, qualificou-a de "demarche positiva", mas naturalmente insistiu na necessidade de alargar esta medida a todos os 1700 deportados.

Israel admite ainda autorizar o regresso à Cisjordânia ocupada de mais de 5000 palestinianos residentes no estrangeiro, no quadro da reunificação familiar.

Os palestinianos em causa, maioritariamente mulheres e crianças, obtinham até agora vistos de entrada válidos apenas por três meses. Um facto que reflecte também a sistemática violação dos direitos humanos que tem vindo a caracterizar a política de ocupação israelita.

Neste momento, algum trabalho concreto está a ser avançado nas conversações, com a criação, por israelitas e palestinianos, de três grupos de trabalho, encarregues

da terra e da água, do "conceito" de autonomia e dos direitos humanos nos territórios ocupados.

O tema central das negociações reside no projecto de autonomia e da criação de uma pátria para os palestinianos dos territórios ocupados.

Duas semanas antes do reatar das conversações, agora em curso, numa reunião em Tunes, a delegação palestiniana às conversações e a direcção da OLP

tinham colocado como condições ao início do diálogo:

- que a política de deportações seja considerada ilegal;
- que Israel renuncie às expulsões;
- que o regresso dos deportados seja acelerado;
- que Israel aceite o regresso dos outros palestinianos expulsos desde 1967;
- que os direitos do homem sejam respeitados nos territórios ocupados;
- que Israel se empenhe a prosseguir os debates com base nas resoluções 242 e 338 do Conselho de Segurança, reconhecendo a inclusão de Jerusalém.

O retomar do processo de diálogo, sem o cumprimento prévio destas condições, apenas parcialmente contempladas, corresponde a um grande esforço para salvar as conversações por uma paz cuja urgência se impõe, não apenas aos palestinianos - que continuam mesmo a ser vítimas da repressão nos territórios ocupados - como também aos israelitas. Uma paz justa, a única de facto viável a longo prazo.



A situação dos deportados palestinianos continua por resolver. Em «terra de ninguém», os deportados contam os dias

Rússia Depois do referendo, a batalha constitucional

"Prudente, o povo russo diz: mais vale não mudar nada para já" - afirma-se em título, no diário independente "Nezavissimaya Gazeta", quando da divulgação dos resultados do referendo - acrescentando entretanto, em subtítulo, que os resultados "são mais favoráveis ao presidente do que a oposição supunha".

Realizado o referendo, é a batalha constitucional que marca hoje a vida política da Rússia, com Boris Ieltsin a apostar nos resultados obtidos para impor de facto um poder autoritário, e o Parlamento a tentar limitar os poderes presidenciais.

O projecto de Constituição do Parlamento, apresentado dia 30 de Abril pelo presidente da Comissão Constitucional, Oleg Rumiantsev, prevê poderes presidenciais limitados.

O documento aponta para a eliminação do actual Congresso e a sua substituição por uma Assembleia de duas Câmaras comparável ao actual Soviete Supremo.

Segundo o artigo 16 do projecto, o futuro chefe de Estado não pode dissolver o Parlamento, nem convocar um referendo.

O artigo 16 estabelece também que o presidente assina leis, nomeia o primeiro-ministro com o acordo do Parlamento, dirige a actividade do governo, preside ao Conselho de Segurança, nomeia os juizes e propõe ao Parlamento o presidente do Banco Central. O documento contempla a manutenção do posto de vice-presidente.

O Parlamento pediu aos 88 elementos da Federação Russa para examinarem o texto em primeiro lugar, dando-lhes um prazo até 10 de Junho para adiantarem eventuais propostas de alteração à Comissão Constitucional.

O projecto do Parlamento será publicado a partir de 10 de Outubro.

Rumiantsev indicou em conferência de imprensa que será convocado um Congresso para 17 de Novembro, destinado a aprovar a nova Constituição.

É outra a aposta de Boris Ieltsin, que tem pressa em criar as condições de reforçado poder para si próprio.

Numa intervenção no Kremlin, perante os chefes de administração, os presidentes das Repúblicas e das Regiões Autónomas, os seus primeiros-ministros, os presidentes dos parlamentos locais e os chefes das edilidades de São Petersburgo e Moscovo, Ieltsin instou os representantes das 88 regiões da Federação Russa a criarem uma Assembleia Constituinte para adoptar nas próximas semanas uma nova Constituição, o que lhe permitiria anular as oposições no actual Parlamento aos seus projectos.

A proposta de Constituição de Ieltsin é bem clara quanto ao reforço dos poderes presidenciais.

Eleito por sufrágio universal, é o presidente que designa os responsáveis pelas mais importantes funções de Estado ou submete à aprovação da Assembleia Federal os seus candidatos a tais funções. Propõe ainda o seu candidato ao posto de chefe de governo à Assembleia Federal, e coloca perante ela a questão da confiança no governo ou a demissão deste.

O presidente propõe à Assembleia Federal o seu candidato ao posto de presidente do Banco da Rússia. Nomeia ou demite os chefes e responsáveis da administração, os seus representantes (uma espécie de governadores) nas regiões, os membros do alto comando militar, nomeia ou afasta os representantes do país no estrangeiro.

O artigo 74 precisa que é o presidente que fixa a data das eleições para a Assembleia Federal; pode dissolvê-la, após consulta aos presidentes do Conselho da Federação, em caso de crise quando da formação do governo. Fixa referendos nacionais. Tem direito a tomar iniciativa no plano legislativo e dirige todos os anos à Assembleia Federal uma mensagem sobre o estado da política interna e externa. Assina as leis adoptadas.

O conflito na ex-Jugoslávia

Nota da Comissão Política do PCP

1. A recente Resolução nº 820 do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre o conflito armado na Bósnia-Herzegovina, impondo à Federação Jugoslava (Sérvia e Montenegro) um embargo jamais utilizado contra qualquer outro país, constitui um novo e perigoso passo na escalada em direcção a uma intervenção militar externa, que a todo o custo é imperioso evitar. O agravamento das sanções é tanto mais descabido e condenável quanto é certo que a Federação Jugoslava exerce hoje um importante papel pacificador e moderador quanto ao conflito bósnio.

2. Como tem salientado em anteriores declarações, o PCP considera que, perante a extraordinária complexidade da situação, só uma persistente e firme política de negociações entre as diversas partes em confronto, com espírito de imparcialidade, ouvindo e procurando atender legítimas razões de todos pode abrir caminho a uma solução que ponha termo à tragédia e ao quotidiano de horrores que vivem os povos que integravam a ex-Jugoslávia.

3. A este respeito, não pode ser esquecido que a Alemanha, que teve particulares responsabilidades na desintegração da ex-Jugoslávia, assume hoje com a sua postura militarista de grande potência novas e graves responsabilidades no quadro da CEE e da NATO ao tentar impor uma intervenção militar que satisfaça o seu apetite por novas zonas de influência.

4. As recentes ameaças do Presidente da República da Albânia, por ocasião da visita do Papa àquele país,

a propósito de Kosovo, são, neste quadro, verdadeiramente inquietantes e demonstrativas de todos os perigos decorrentes da explosiva situação nos Balcãs.

5. Em plena Europa, no flanco Sul da ex-URSS, também ela dilacerada por conflitos étnico-nacionais, na proximidade do mundo muçulmano, o conflito na Jugoslávia encerra o perigo de extensão a outros países. Como tem sido reconhecido por entidades e personalidades muito diversas, uma intervenção militar externa, designadamente dos EUA, da NATO ou da UEO, longe de garantir a pacificação da região, agravaria toda a situação e poria em risco a paz na Europa e no mundo.

6. Face ao aventureirismo belicista de alguns círculos dirigentes ocidentais, é necessário que a opinião pública mundial reclame o prosseguimento de uma alternativa de negociação com vista a alcançar uma solução consensual e equitativa para pôr termo ao conflito na Bósnia-Herzegovina.

7. Tanto no interesse do povo português, como no interesse dos povos da ex-Jugoslávia e da paz nos Balcãs, é indispensável que o Governo português defenda nas instâncias internacionais a insistência numa solução pacífica negociada para o conflito da Bósnia-Herzegovina, se oponha a qualquer intervenção militar estrangeira e não autorize a participação, ou qualquer envolvimento logístico, de forças portuguesas em acções militares na ex-Jugoslávia.

Alemanha

Metalúrgicos em greve na Saxónia

A indústria metalúrgica e siderúrgica da Saxónia (ex-RDA) entrou em greve segunda-feira de manhã, na primeira paralisação de trabalho nos últimos 60 anos na Alemanha de Leste.

A greve foi precedida de um referendo realizado a

semana passada, em que quase 90 por cento dos sindicalizados votaram a favor desta acção de luta.

A direcção da IG Metall, o sindicato alemão dos metalúrgicos, marcou então o início da paralisação de trabalho em 50 empre-

sas leste-alemãs, que abrangem cerca de 29 mil trabalhadores.

A greve destina-se a forçar o patronato do sector a cumprir o acordo salarial escalonado, assinado em 1991, segundo o qual os metalúrgicos leste-alemãs passariam a ganhar, a partir de 1 de Abril deste ano, 82 por cento dos salários ocidentais.

O mesmo contrato prevê a equiparação total dos salários no Leste é no Ocidente para o próximo ano, mas o patronato, numa atitude insólita na contratação colectiva germânica, denunciaram o documento, alegando que a maioria das

empresas leste-alemãs não poderia pagar os salários.

Se o patronato não ceder, os metalúrgicos de três regiões poupadas pelo conflito - Berlim-Brandeburgo, Turíngia e Saxe-Anhalt - seriam chamados a votar a partir de 10 de Maio sobre uma greve total.

O sindicato IG Metall decidiu igualmente organizar a 12 de Maio paragens de trabalho na metalurgia ocidental, em sinal de solidariedade.

O movimento grevístico foi precedido de manifestações de protesto, contra a posição patronal, que juntaram centenas de milhar de pessoas.



A greve dos metalúrgicos na Alemanha de Leste foi precedida de manifestações de protesto que juntaram centenas de milhar de trabalhadores

Recessão

A Alemanha enfrenta neste momento "a mais profunda recessão desde 1973", prevendo-se para este ano uma estagnação da actividade económica no país, afirmou em Bona o ministro alemão da Economia.

Prevê-se uma baixa de 1 por cento no Produto Interno Bruto (PIB) no conjunto da Alemanha, em termos reais, em comparação com 1992.

O agravamento da recessão não moderou a inflação no país. Dados provisórios do Instituto Federal de Estatística revelam que o índice de preços no consumidor na parte ocidental da Alemanha cresceu em Abril, com um ritmo anual de 4,3 por cento, contra 4,2 por cento em Março.

Em 1992, o PIB progrediu 1,9% na Alemanha, em comparação com 1991, mas as previsões oficiais do governo publicadas em Fevereiro apontam este ano para uma estagnação da actividade económica.

De notar que o PIB mede o conjunto de bens e serviços produzidos num país, mas não tem em conta os rendimentos realizados no estrangeiro, contrariamente ao Produto Nacional Bruto (PNB).

Seminário Internacional em Calcutá

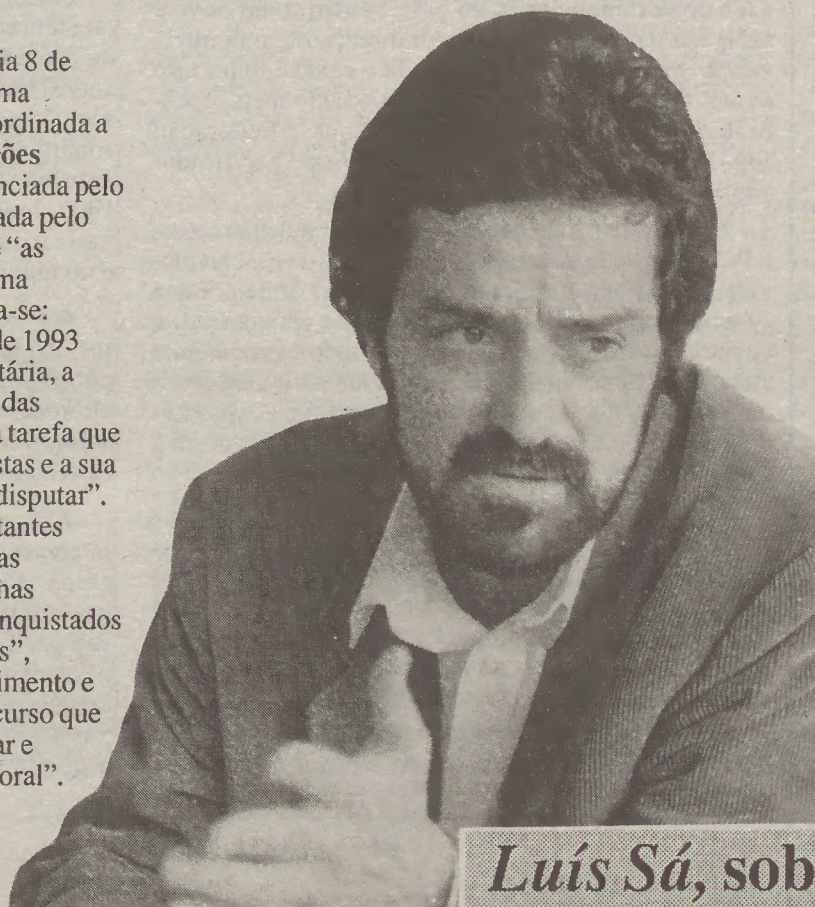
«A Situação Mundial Contemporânea e a Validade do Marxismo» é tema de um Seminário Internacional, promovido pelo Partido Comunista da Índia (marxista), a decorrer entre 5 e 7 de Maio, em Calcutá.

O Partido Comunista Português está representado neste Seminário por Albano Nunes, membro do Secretariado do CC e responsável pela Secção Internacional.

Sábado, no Hotel Altis, em Lisboa

Conferência Nacional do PCP sobre Poder Local e as Eleições Autárquicas

Vai realizar-se no próximo sábado, dia 8 de Maio, no Hotel Altis, em Lisboa, uma Conferência Nacional do PCP subordinada a um único ponto: **O Poder Local e as Eleições Autárquicas de 1993**. A iniciativa, já anunciada pelo "Avante!" há cerca de um mês, foi convocada pelo Comité Central do PCP tendo em vista que "as próximas eleições autárquicas assumem uma particular importância política". E sublinha-se: "A preparação das eleições de Dezembro de 1993 constitui, por isso, não só uma tarefa prioritária, a merecer a maior atenção e o envolvimento das organizações do Partido, mas também uma tarefa que impõe uma vasta mobilização dos comunistas e a sua confiança no resultado da batalha que vão disputar". Assinalando-se que "o conjunto das importantes posições que o Partido e a CDU dispõem nas autarquias resulta da sua influência geral, mas também da confiança e reconhecimento conquistados pelo trabalho a favor e junto das populações", conclui-se, finalmente, que "é no prosseguimento e aprofundamento do trabalho e da obra em curso que se encontra o contributo maior para preparar e enfrentar com êxito a próxima batalha eleitoral".



Luís Sá, sobre a Conferência

Debater trabalho eleitoral imediato e aprofundar o do próximo mandato

A Conferência Nacional do PCP sobre Poder Local e as Eleições Autárquicas, a realizar no próximo sábado em Lisboa, constitui uma iniciativa de evidente importância, não apenas pelos seus reflexos imediatos na actividade dos comunistas, mas também (e, porventura, sobretudo) pela sua inevitável repercussão no ano eleitoral que o País atravessa. Daí a entrevista ao responsável do PCP por esta importantíssima frente de trabalho: **Luís Sá**, membro da Comissão Política do Comité Central do Partido. A importância da Conferência, a participação de independentes, a sua organização em secções, os problemas dos próximos mandatos, as propostas do PCP e a influência da CDU são algumas das questões a que o dirigente do PCP nos respondeu.

Avante! — Que importância atribuiu à Conferência Nacional sobre Poder Local e Eleições Autárquicas?

Luís Sá: — Uma Conferência Nacional é sempre um momento especial na vida do Partido. Tanto assim é que a revisão dos Estatutos no XIV Congresso lhes deu consagração estatutária. Trata-se de, em matérias particularmente importantes, chamar o colectivo partidário a pronunciar-se e aprofundar as orientações, com respeito pelas aprovadas nos congressos. Em certas áreas cabe-lhes também um papel não só de unificar o pensamento dos militantes, aproveitando a riqueza e características próprias de cada um, mas também de mobilizar para a luta. Este aspecto é particularmente importante quando está em causa uma grande batalha, importante para a democracia e para as populações, para a defesa do Poder Local e para o aprofundamento da democracia no seu exercício, como é o caso das próximas eleições autárquicas.

Av: — Creio que isso significa que a Conferência não é uma conferência de eleitos, mas sim de militantes, sejam ou não eleitos?

LS: — É justa a ilação. Esse facto decorre, aliás, da afirmação constantemente feita, e confirmada pelo XIV Congresso, de que a batalha eleitoral é de todo o Partido e que tem que ser travada por todo o Partido. Mas é necessário sublinhar também que, dentro dos critérios de trabalho aberto que utilizamos, os convidados independentes terão direito de intervir nas secções.

Av: — Mas esse facto não é contraditório com a afirmação que tem sido feita de que o PCP está mais isolado e enfraquecido?

LS: — Sempre houve a participação de muitos independentes nas listas de candidatos aos órgãos de Poder Local. Mantemos a orientação de grande abertura das listas da CDU e temos encontrado, em termos gerais, grande receptividade aos convites feitos. É possível atingir uma participação próxima dos 40 a 50 de independentes nas listas da CDU.

Av: — Falaste de secções. Esse facto torna oportuno pôr-te uma questão que muitos camaradas colocam. Por que razão, tendo a Conferência claros propósitos eleitorais, houve a opção de a realizar em plenário e secções?

LS: — O problema foi muito controvertido e a escolha foi difícil. A opção acabou por se dever a três razões fundamentais. Em primeiro lugar, verifica-se uma grande vontade de participação e intervenção no debate por parte de militantes. Uma Conferência de um dia, em plenário, não permitiria assegurar uma participação tão larga. Em segundo lugar, grande parte dos participantes já intervieram em múltiplas iniciativas nacionais, regionais e concelhias sobre o Poder Local. Por isso reclamam compreensivelmente possibilidades efectivas de aprofundamento do debate e dos assuntos. Compreende-se este facto, tanto mais que, com o Governo do PSD, o Poder Local atravessa momentos difíceis, que impõem não só a caracterização rigorosa desta ofensiva, mas sobretudo ideias claras acerca do modo de lhes fazer face. Ora, este problema põe-se não só em termos gerais mas também em cada sector de actividade, o que recomenda a discussão mais aprofundada sector a sector. Em terceiro lugar, é nossa intenção não apenas debater o trabalho eleitoral imediato, mas também aprofundar o debate acerca do que as autarquias vão fazer no próximo mandato, o que recomenda o trabalho em secções, que permite esse aprofundamento de forma mais participada.

Av: — Já houve quem anunciasse, numa próxima iniciativa, propostas novas acerca do estatuto do Poder Local. Que vai fazer o PCP?

LS: — As propostas novas que foram anunciadas, concretamente pelo PS, na realidade não o são. Sirva de exemplo a proposta de pôr termo à eleição directa e por representação proporcional das câmaras municipais. Trata-se de uma proposta empobrecedora da vida democrática nos municí-

pios, liquidacionista do pluralismo nas câmaras municipais e que substituiria a intervenção directa do eleitor na determinação da composição das câmaras por negociatas de bastidores. O grande problema do Poder Local é acima de tudo o de ver cumpridas a Constituição e as leis: criar as regiões administrativas, cumprir a lei de finanças locais, executar o princípio da descentralização. Naturalmente que temos muitas propostas que estarão presentes na Conferência.

Av: — Não queres dar exemplos?

LS: — Posso citar, entre outras que seriam possíveis, propostas concretas do fortalecimento das freguesias, de reforço do papel das assembleias autárquicas, de um mínimo de garantia da colegialidade dos executivos, de preservação da intervenção autárquica na gestão de áreas protegidas e parques naturais, de revisão das atribuições e competências das autarquias, de acordo com o princípio da descentralização e com a garantia de que não haverá transferências sem negociação e sem as correspondentes verbas. Não se trata, aliás, de coelhos tirados da cartola para obter efeitos mediáticos, mas sim de propostas coerentes com a nossa intervenção na Assembleia da República, nas associações nacionais de autarquias e em cada órgão autárquico.

Av: — Que novas preocupações especiais prevês para o próximo mandato?

LS: — Não direi tanto preocupações novas, mas mais desenvolvimentos e aprofundamento de preocupações anteriores. Por um lado, o elevado número de infra-estruturas e equipamentos construídos em autarquias de maioria CDU coloca problemas de gestão e conservação e exige acções para garantir o seu aproveitamento pleno. Vão, seguramente, sendo criadas condições para uma dinamização ainda maior das actividades culturais e desportivas e, em geral, para a intervenção autárquica na área sociocultural. Também se verifica a possibilidade e necessidade de aprofundar a intervenção decidida na área do ambiente, com as suas várias componentes (ordenamento, higiene e limpeza, saneamento básico, arranjos e zonas verdes, etc.), procurando uma maior qualidade das soluções. Num país com tão profundos problemas e tão graves assimetrias, coloca-se a necessidade de intervir ainda mais na área económica. O trabalho realizado é muito, como ficou evidenciado do Seminário sobre Autarquias e Desenvolvimento que o PCP promoveu. Mas podemos aprofundá-lo, sem nunca deixar de esclarecer, nestas com novas matérias, quais são os limites da acção das autarquias e

de quem é a responsabilidade pelos graves problemas existentes. Os problemas existentes e as regras relativas aos financiamentos comunitários vão obrigar, por outro lado, a levar mais longe a cooperação intermunicipal.

Av: — Voltemos às eleições autárquicas. Não temes que a quebra de influência da CDU nas últimas eleições legislativas se reflecta nas eleições autárquicas?

LS: — Por um lado são eleições de natureza diferente, por outro lado os resultados de 1991 estão ligados a uma conjuntura particularmente adversa. Nas eleições autárquicas, além da evolução de factores gerais, temos a nossa obra realizada, a confiança das populações nos nossos eleitos e candidatos, a sua ligação aos problemas e realidades locais. Estes são aspectos que são reconhecidos até pelos nossos adversários. Também é verdade que temos que contar com a utilização sem escrúpulos da máquina do Estado ao serviço do PSD, com a alteração profunda da composição social de alguns concelhos e freguesias, com a diminuição do número de militantes a tempo inteiro, que levanta problemas especiais em algumas regiões do País. Mas certamente não nos deixamos desanimar e a determinação dos nossos militantes e aliados. Creio que já se respira em muitas organizações um clima de confiança e uma grande vontade de travar este combate para a CDU, para o Poder Local e do interesse das populações. O clima que se vive permite confirmar os objectivos de manter as actuais maiorias da CDU em Lisboa conquistar novas maiorias e manter e tentar reforçar as posições em minoria.

O segundo tema intitula-se «O PCP e a defesa do Poder Local democrático» e começa por afirmar que a política centralista e autoritária do Governo, «de que é parte uma ampla e continuada ofensiva contra a autonomia administrativa e financeira das autarquias, encontrou pela frente uma firme e constante oposição do Partido Comunista Português. Nas autarquias, nas associações nacionais de municípios e de freguesias e na Assembleia da República os comunistas têm desenvolvido uma intensa actividade em defesa do Poder Local democrático. Contribuí também para esse objectivo a elevação da eficácia da gestão autárquica, o reforço da sua autonomia através da capacidade de decisão, a elevação da participação popular e das garantias dos cidadãos face ao Poder.»

A Conferência Nacional do PCP sobre Poder Local e as Eleições Autárquicas terá, como ponto de partida do debate, um documento-base que introduz cinco grandes temas, que passamos a resumir.

O primeiro tema, designado «As eleições autárquicas e a situação política nacional», assinala ser o Poder Local «um instrumento fundamental de resolução dos problemas das populações. Essa importância não diminuiu, apesar da política centralizadora, de imposição de encargos e das ingerências, dificuldades burocráticas e financeiras colocadas por sucessivos governos, com destaque nos últimos anos para os governos do PSD. Estes factores explicam, em parte, o empenho com que o PSD e o PS, em particular, tentam diminuir as importantes posições do PCP e da CDU nas autarquias locais.»

Entretanto, as posições do PCP e da CDU em maioria «têm sido decisivas para impor uma gestão dinâmica, com capacidade de realização a favor das populações, participada e transparente. Mas não estará em causa apenas a garantia da manutenção da maioria da CDU em 50 municípios, no município de Lisboa, em conjunto com o PS e outras forças democráticas e a maioria da CDU em 345 freguesias, mais 37 da Coligação Por Lisboa, das quais 21 com Presidentes de Junta do PCP. É também a possibilidade de conquistar a maioria noutros municípios e freguesias, em que os interesses das populações têm vindo a ser prejudicados por orientações ruins do PSD, PS e CDS.»

O segundo tema intitula-se «O PCP e a defesa do Poder Local democrático» e come-

ça por afirmar que a política centralista e autoritária do Governo, «de que é parte uma ampla e continuada ofensiva contra a autonomia administrativa e financeira das autarquias, encontrou pela frente uma firme e constante oposição do Partido Comunista Português. Nas autarquias, nas associações nacionais de municípios e de freguesias e na Assembleia da República os comunistas têm desenvolvido uma intensa actividade em defesa do Poder Local democrático. Contribuí também para esse objectivo a elevação da eficácia da gestão autárquica, o reforço da sua autonomia através da capacidade de decisão, a elevação da participação popular e das garantias dos cidadãos face ao Poder.»

Após enumerar um vasto conjunto de medidas para o Poder Local reivindicadas pelo PCP, este ponto termina afirmando: «O Poder Local precisa de reformas profundas. Mas devem ser no sentido da descentralização administrativa e financeira, da sua colegialidade e democrática e não no sentido de atentar contra o direito de os portugueses escolherem os vereadores das suas câmaras municipais e de estas terem uma composição democrática e plural.»

O terceiro tema, com o título «1994/1997 — Linhas de orientação para o novo mandato», é o mais vasto e enumera um impressionante conjunto de propostas de acção e intervenção, sublinhando, no final, que «a inserção dos eleitos nos organismos e no trabalho colectivo assegura a sua intervenção na elaboração das orientações do Partido e constitui importante apoio aos eleitos para o desenvolvimento da sua actividade autárquica.»

O horário e as Secções

Os trabalhos da Conferência Nacional do PCP Sobre o Poder Local e as Eleições Autárquicas terão duas sessões plenárias, a da abertura e a do encerramento, funcionando entre elas cinco Secções, que estão abertas às intervenções dos convidados. Assim, o horário de funcionamento e a descreção por Secções são os seguintes:

Horário de Funcionamento

10.00 h às 11.00 h — Plenário de Abertura
11.30 h às 13.00 h — Secções
15.00 h às 16.45 h — Secções
17.00 h às 19.00 h — Plenário de Encerramento

Plenário:

Sala Petropolis (Piso 1)

Secção 1:

Sala Bruxelas (Piso 0)
Gestão aberta, democrática e participada. Desburocratização, atendimento, participação popular, informação.

Secção 2:

Sala Lisboa (Piso 13.º)
Desenvolvimento e ordenamento do território. Ambiente. Gestão de Cidades.

Secção 3:

Sala Porto (Piso 13.º)
Atribuições, competências e finanças locais. Estatuto das autarquias. Gestão financeira. Política de Recursos Humanos. Delimitação de competências entre Administração Central e Local. Responsabilidade da Administração Central.

Secção 4:

Sala Madrid (Piso 12.º)
Cultura, educação, desporto, juventude e política social.

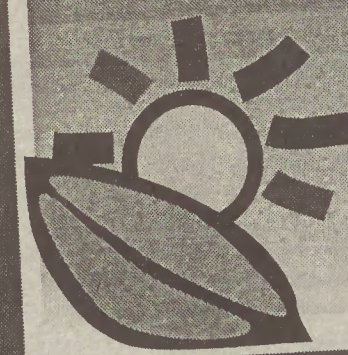
Secção 5:

Sala Petropolis (Piso 1)
Intervenção eleitoral.

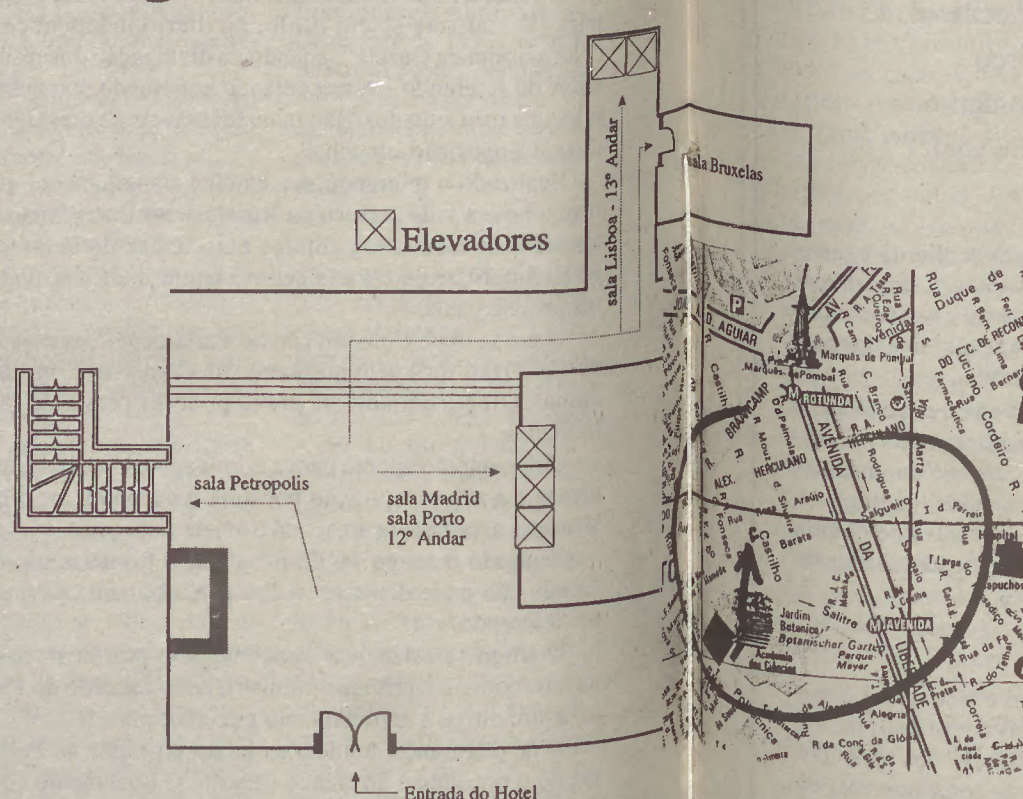
NOTA: Pede-se a presença dos participantes e convidados 10 minutos antes do horário previsto para o início da Conferência. Os participantes devem fazer-se acompanhar do cartão de Participante e de membro do PCP e os convidados do cartão respectivo.

com o PCP, com a CDU

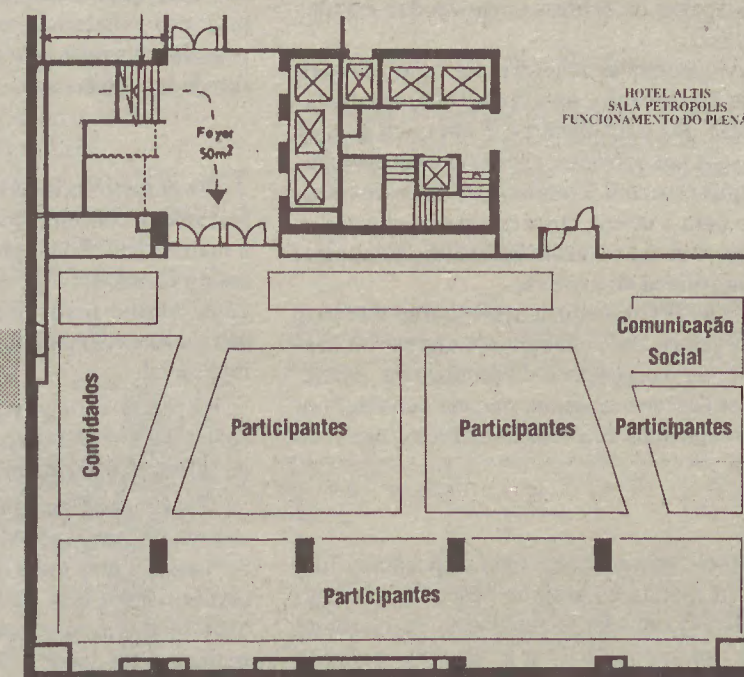
um bom trabalho
melhores
soluções



PCP2 CONFERÊNCIA NACIONAL
sobre Poder Local
e as Eleições Autárquicas



À esquerda, mapa da localização do Hotel Altis e das salas onde funcionarão as Secções da Conferência. Em baixo, planta da Sala Petropolis, onde decorrerão as sessões plenárias



Um documento-base como ponto de partida

A Conferência Nacional do PCP sobre Poder Local e as Eleições Autárquicas terá, como ponto de partida do debate, um documento-base que introduz cinco grandes temas, que passamos a resumir.

O primeiro tema, designado «As eleições autárquicas e a situação política nacional», assinala ser o Poder Local «um instrumento fundamental de resolução dos problemas das populações. Essa importância não diminuiu, apesar da política centralizadora, de imposição de encargos e das ingerências, dificuldades burocráticas e financeiras colocadas por sucessivos governos, com destaque nos últimos anos para os governos do PSD. Estes factores explicam, em parte, o empenho com que o PSD e o PS, em particular, tentam diminuir as importantes posições do PCP e da CDU nas autarquias locais.»

Entretanto, as posições do PCP e da CDU em maioria «têm sido decisivas para impor uma gestão dinâmica, com capacidade de realização a favor das populações, participada e transparente. Mas não estará em causa apenas a garantia da manutenção da maioria da CDU em 50 municípios, no município de Lisboa, em conjunto com o PS e outras forças democráticas e a maioria da CDU em 345 freguesias, mais 37 da Coligação Por Lisboa, das quais 21 com Presidentes de Junta do PCP. É também a possibilidade de conquistar a maioria noutros municípios e freguesias, em que os interesses das populações têm vindo a ser prejudicados por orientações ruins do PSD, PS e CDS.»

O segundo tema intitula-se «O PCP e a defesa do Poder Local democrático» e come-

ça por afirmar que a política centralista e autoritária do Governo, «de que é parte uma ampla e continuada ofensiva contra a autonomia administrativa e financeira das autarquias, encontrou pela frente uma firme e constante oposição do Partido Comunista Português. Nas autarquias, nas associações nacionais de municípios e de freguesias e na Assembleia da República os comunistas têm desenvolvido uma intensa actividade em defesa do Poder Local democrático. Contribuí também para esse objectivo a elevação da eficácia da gestão autárquica, o reforço da sua autonomia através da capacidade de decisão, a elevação da participação popular e das garantias dos cidadãos face ao Poder.»

Após enumerar um vasto conjunto de medidas para o Poder Local reivindicadas pelo PCP, este ponto termina afirmando: «O Poder Local precisa de reformas profundas. Mas devem ser no sentido da descentralização administrativa e financeira, da sua colegialidade e democrática e não no sentido de atentar contra o direito de os portugueses escolherem os vereadores das suas câmaras municipais e de estas terem uma composição democrática e plural.»

O terceiro tema, com o título «1994/1997 — Linhas de orientação para o novo mandato», é o mais vasto e enumera um impressionante conjunto de propostas de acção e intervenção, sublinhando, no final, que «a inserção dos eleitos nos organismos e no trabalho colectivo assegura a sua intervenção na elaboração das orientações do Partido e constitui importante apoio aos eleitos para o desenvolvimento da sua actividade autárquica.»

enquanto «a discussão regular, nos organismos do Partido, dos problemas locais e de gestão da autarquia constitui uma condição indispensável para a definição das principais orientações, da avaliação permanente da situação e dos problemas locais, e de intervenção e organização das populações na luta pela melhoria das suas condições de vida.»

O quarto tema, denominado «Preparar as eleições com toda a confiança», recorda que «na preparação das próximas eleições autárquicas, de novo a CDU — Coligação Democrática Unitária se está afirmando como uma realidade singular da vida política nacional, pelas suas características de coligação que para além de se basear numa cooperação leal e estável entre o PCP, o Partido «Os Verdes» e a Intervenção Democrática constitui.

Finalmente, o quinto tema aponta «Para uma grande vitória da CDU e da Democracia», e afirma:

O PCP parte com confiança para as próximas eleições autárquicas. Pelo prestígio conquistado no trabalho realizado, pelo respeito adquirido pelos compromissos assumidos, pela experiência, dedicação e competência reconhecidas aos eleitos do PCP e da CDU.

Um forte e alargado empenhamento do PCP e de todo o seu colectivo partidário, dos «Verdes», da Intervenção Democrática e de milhares de outros democratas, com e sem filiação partidária na campanha eleitoral permitirá garantir em Dezembro próximo uma grande votação na CDU que confirme e reforce as suas posições e que constitua um contributo para uma alternativa democrática na vida política do País.

A luta é o caminho

1. Poucos têm hoje coragem de negar a gravíssima situação económica e social do País. Para além dos dados económicos mais gerais que a demonstram – a queda do crescimento, do investimento, da produtividade, a aceleração do desemprego – mostra-a, de forma dramática, para a vida de milhares de trabalhadores e a preocupação crescente da maioria da população portuguesa, o sinistro e triste espectáculo diário dos encerramentos de empresas, os despedimentos em massa, os salários em atraso em grandes empresas e sectores produtivos onde foram realizados e propagandeados vultuosos investimentos e cuja estabilidade, até há bem pouco tempo, poucos eram capazes de pôr em dúvida.

2. O país real acabou por bater à porta daqueles que mais diziam estar perto dele. Será no entanto ilusório pensar que a admissão da existência da crise económica e social, por parte do Governo ou de outros sectores, ditos oposicionistas, que embalaram gostosamente na política de «sucesso» do Governo e na apologia das benesses europeístas, significou uma mudança do seu posicionamento de fundo, quanto às razões fundamentais que a determinam, como ainda, e por isso mesmo, sobre a intervenção dos trabalhadores e do movimento de massas nesta gravíssima situação.

3. Os esforços para a atribuição das responsabilidades da crise, no fundamental a causas externas à política económica nacional, os propagandeados custos sociais necessários à modernização e reestruturação do tecido produtivo, a defesa do emprego à custa dos direitos e salários dignos dos trabalhadores, a redução dos graves problemas das empresas aos atrasos estruturais e à falta de formação dos trabalhadores, fazem parte da artilharia de argumentos do Governo e patronato, não só para se desculpabilizarem e desresponsabilizarem a política económica e social seguida, mas também para a poderem prosseguir, procurando criar a ideia da inexistência de alternativas.

Tais linhas de justificação têm ainda como objectivo essencial transpor para os trabalhadores e as massas populares ideias de conformação, passividade e resignação aos custos sociais da crise, da inutilidade e irrealismo da luta, dos inconvenientes e irracionalismo do protesto social.

4. A ofensiva contra a luta organizada dos trabalhadores e das massas constitui um factor essencial da políti-

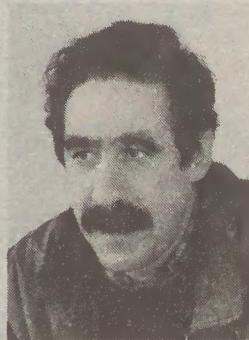
ca do Governo e do patronato e que ganha novo ímpeto com o agudizar da crise. Pouco confiantes nos resultados dos seus apelos à compreensão dos trabalhadores para as dificuldades económicas e a necessidade de moderação, diga-se aceitação da contenção salarial e dos despedimentos, o governo e patronato recorrem e endurecem as limitações ao exercício do direito à greve (a requisição dos serviços mínimos como já ficou provado corresponde, na prática, para importantes sectores de trabalhadores, à proibição do seu exercício), acentuam as medidas discriminatórias e regressivas contra os dirigentes sindicais e os trabalhadores que lutam.

5. No plano ideológico, prosseguem as tentativas de desacreditar a luta dos trabalhadores e das massas, considerando-a coisa do passado, sem razões para existir. Procura-se encobrir a sua existência. Desvalorizam-se os seus resultados. Manipulam-se os seus objectivos. Omitem-se as dificuldades objectivas e subjectivas criadas ao seu desenvolvimento, para poder tirar a conclusão de que não têm o apoio e a adesão dos trabalhadores. Encoraja-se a divisão e os agentes do divisionismo entre os trabalhadores. Descubrem-se factos e campanhas de diversão para apagar os êxitos e sucessos das grandes acções das massas.

Os esforços e tentativas em várias direcções, da política de direita do Governo, para travar o descontentamento e a acção dos trabalhadores, é um traço que, só por si, e ainda que por oposição, confirma o papel essencial, e em muitos aspectos determinante, do desenvolvimento da luta para a defesa dos interesses e objectivos mais concretos e imediatos dos trabalhadores e das massas e para uma política alternativa.

Por mais que o Governo tente ignorar e certos «escribas» desvalorizem e encubram o alargar do descontentamento, da indignação e do protesto da população, é hoje por de mais evidente, que ele constitui um dos traços fundamentais da situação política e social do País.

6. Se é possível constatar que a participação na luta ainda não corresponde ao grau de descontentamento existente em largas camadas da população e sectores de trabalhadores, tal não pode levar a concluir-se da sua indisponibilidade e da impossibilidade de os trazer à acção e intervenção das massas. A ofensiva ideológica,



ANTÓNIO LOPES
Membro da Comissão
Política

«O previsível agravamento da situação económica e social durante o 2.º semestre aponta para a necessidade do reforço e alargamento da frente social de luta»

as dificuldades criadas pela política de direita à intervenção e organização de vastas camadas, constituem pesadas condicionantes ao alargamento da participação de importantes sectores sociais duramente atingidos pela política económica e social do Governo.

O reforço da organização junto dos trabalhadores e das massas, o seu esclarecimento, a ligação e intervenção confiante e pronta junto delas constituem medidas decisivas para ultrapassar os obstáculos ideológicos, políticos e materiais, criados pela ofensiva de direita, pelo derrotismo e pelo conformismo das carpideiras do fim da luta de massas.

7. As numerosas lutas em empresas e sectores, as manifestações e concentrações realizadas nos últimos meses, a marcha pela Educação, a manifestação dos agricultores do passado dia 26 em Lisboa, as comemorações do 25 de Abril e, particularmente, o grandioso 1.º de Maio, são a expressão da combatividade e do alargamento da luta social.

O previsível agravamento da situação económica e social durante o 2.º semestre aponta para a necessidade do reforço e alargamento da frente social de luta.

Tal como o Comité Central considerou e salientou na sua reunião de 30 de Março, o desenvolvimento da luta de massas é uma linha fundamental de intervenção, com possibilidades reais de sucesso e mostra que o caminho mais certo e seguro para fazer recuar o Governo na sua política antipopular e criar as condições para uma alternativa democrática ao actual Governo PSD/Cavaco Silva.



Este ano é ano de Bienal

A edição deste ano da Festa do «Avante!» será, na sua componente cultural, largamente enriquecida com a 8.ª Bienal de Artes Plásticas cuja organização está a decorrer e, para além dos artistas convidados pela Comissão Consultiva, contará com a participação de todos aqueles que nela queiram participar, nos moldes expressos pelo Regulamento que aqui publicamos. A grande particularidade desta iniciativa, para além do valor artístico intrínseco das obras expostas e da representatividade de um dado momento da produção nacional, está na possibilidade de se concretizar um encontro de dezenas de milhar de pessoas com obras que, por sua vez, representam as mais variadas técnicas e expressões estéticas das Artes Plásticas. Dois factos são, só por si, demonstrativos do prestígio granjeado ao longo dos anos pela Bienal da Festa. Em primeiro lugar, a importância dos artistas portugueses que habitualmente apresentam trabalhos na Festa e de na própria Comissão Consultiva da Bienal estarem este ano alguns nomes prestigiados das Belas-Artes nacionais.

Por outro lado, a preparação desta significativa mostra das artes plásticas nacionais conta com a colaboração de entidades como a Sociedade Nacional de Belas-Artes, ARCO, Cooperativa Árvore, AGA (Associação de Gravura da Amadora), Escola Superior de Belas-Artes do Porto, ARTES (Associação Cultural do Seixal) e Galeria João Hogan, onde podem ser



encontradas as fichas de inscrição para os artistas que desejem participar nesta mostra, de características únicas no nosso país.

A Comissão Consultiva da Bienal é constituída por Alberto Péssimo, António Abreu, Aurélio Santos, Bartolomeu dos Santos, Costa Martins, Edgardo Xavier, Fernando Cruz, Isabel Laginhas, Jaime Azinheira, Jorge Pinheiro, José Augusto, José Rodrigues, Leopoldo de Almeida, Luís Ralha, Maria Gabriel, Pedro Vieira de Almeida, Rogério Ribeiro, Sena da Silva e Virgílio Domingues.

Aqui se sublinha que as obras e as fichas de inscrição dos artistas que pretendem participar na Bienal devem ser entregues até dia 1 de Julho, pelo que se alerta para o já exíguo espaço de tempo que nos distancia dessa data.

Regulamento

1

A Festa do «Avante!» organiza a sua 8.ª Bienal de Artes Plásticas, em pavilhão próprio, na Quinta da Atalaia, no Seixal, nos dias 3, 4 e 5 de Setembro de 1993.

A Bienal pretende:

– Proporcionar um lugar de encontro entre a obra de artistas plásticos e um público muito vasto e heterogéneo na sua composição social, regional, cultural e etária.

– Constituir uma homenagem ao trabalho criador dos artistas, uma oportunidade para a irradiação da sensibilidade plástica entre os portugueses, um estímulo à criação individual e colectiva, à promoção da criação e da fruição cultural.

– Ser uma mostra de diferentes modalidades técnicas e diversas expressões estéticas das Artes Plásticas. A Bienal procura ser um momento de integração da festa que a arte é na festa multifacetada que é a Festa do «Avante!».

2

A estrutura da Exposição é da responsabilidade da Comissão Executiva da 8.ª Bienal de Artes Plásticas da Festa do «Avante!».

3

Para além dos artistas convidados da 8.ª Bienal de Artes Plásticas da Festa do «Avante!», ela será aberta, nos termos deste Regulamento, a todos os que nela queiram participar.

4

Os participantes poderão enviar um máximo de 2 obras, em qualquer das modalidades das Artes Plásticas. Para garantir a unidade e facilidade de montagem, propõe-se que o espaço ocupado por cada participante não ultrapasse os 2,30 m x 1,40 m.

5

A selecção das obras dos artistas não convidados é da responsabilidade de um júri de admissão, que determinará a sua participação ou exclusão. Esse júri será constituído por:

- 5 membros da Comissão Consultiva (eleitos entre si);
- 2 representantes dos artistas participantes (escolhidos entre os mais votados e que aceitem assumir essa função).

6

Os artistas deverão preencher uma ficha de inscrição que se encontra à sua disposição nos seguintes locais (entre outros):

- AGA – Ass. de Gravura da Amadora/AMADORA
- ARCO – R. Santiago, 18 – Tel. 888 33 55/LISBOA

COMPRE JÁ A SUA

EP ENTRADA PERMANENTE

A venda nas Sedes do PCP

Não deixe para amanhã o que pode fazer hoje

EP'ra já!

3. 4. 5 SETEMBRO ■ ATALAIA • AMORA • SEIXAL

– ARTES – Ass. Cultural do Seixal Apartado 49/SEIXAL

– Cooperativa Árvore/Tel. 31 72 35/PORTO

– Galeria João Hogan – Voz do Operário/LISBOA

– Escola Sup. Belas-Artes Porto/PORTO

– Sociedade Nacional de Belas-Artes/LISBOA

– Sedes do PCP:

COIMBRA – Rua da Sofia, 73-1.º/Tel. 2 66 77

ÉVORA – Rua de Aviz, 97/Tel. 2 63 67

LISBOA – Av. António Serpa, 26-2.º Esq. Tel. 793 09 73

PORTO – Av. Boavista, 931 a 937/Tel. 69 79 48

SETÚBAL – Av. 5 de Outubro, Ed. Arrábida Tel. 52 65 29

e ainda em todas as restantes sedes distritais do PCP.

7

As obras e as fichas de inscrição devem ser entregues até 1 de Julho nas sedes do PCP acima indicadas no Porto, Coimbra, Évora e Setúbal. Em Lisboa, deverá ser feita a entrega na Av. António Serpa, 26-2.º Esq. Eventuais dificuldades de transporte deverão ser apresentadas à Comissão Executiva até uma semana antes da data-limite de inscrição.

8

No acto da inscrição, os artistas devem declarar o valor das obras para efeito de seguro e/ou venda. A organização promoverá a venda das obras expostas, conforme a vontade dos artistas, reservando para si uma comissão de 30% do seu valor. Para efeitos de seguro, a nenhuma das obras poderá ser atribuído um valor superior a 1000 contos.

9

Na altura da exposição, será publicado um Catálogo que os participantes receberão gratuitamente.

10

Nenhuma obra poderá ser retirada da Exposição antes do encerramento da Bienal.

11

O levantamento das obras admitidas deverá ser feito, pelo próprio ou por pessoa por ele credenciada, entre os dias 25 e 31 de Setembro de 1993, nos locais de recepção referidos no ponto 7 deste Regulamento, data a partir da qual a organização da Bienal não se responsabilizará por quaisquer danos que eventualmente venham a verificar-se.

12

Qualquer informação complementar poderá ser dada na sede da 8.ª Bienal de Artes Plásticas da Festa do «Avante!», Av. António Serpa, 26, 2.º Esq., 1000 LISBOA – Fax 796 98 97/Tel. 793 09 73.

BIENAL DE ARTES PLÁSTICAS DA FESTA DO AVANTE!
ATALAIA • SEIXAL • 3, 4 E 5 DE SETEMBRO DE 1993

2.^a Assembleia do Sector Intelectual do Porto Intensificar a acção dos comunistas

■ Mesa-Redonda

No próximo dia 15 de Maio vai reunir-se a 2.^a Assembleia do Sector Intelectual do Porto do PCP. Nesse sábado, entre as 14.30 e as 20 horas, os intelectuais comunistas portuenses, culminando um trabalho preparatório de muitas reuniões entretanto realizadas, vão debater problemas e aprovar orientações para o futuro próximo. Vai ser no Auditório da Reitoria da Universidade do Porto esta Assembleia, que contará com a participação do camarada Vítor Dias, da Comissão Política.

Em mesa-redonda, o «Avante!» entrevistou no Porto os camaradas Jorge Sarabando (JS), Nelson Amador (NA), e Franklin Pereira (FP), membros do Secretariado do Sector.

«Avante!» — *Quais as razões que levaram à convocação desta Assembleia?*

Jorge Sarabando — A primeira Assembleia do Sector realizou-se em 1987, vai para seis anos portanto, um período de tempo longo em demasia para uma Organização como a nossa trabalhar sem a reflexão, o debate, a racionalização de energias, a consideração dos métodos e estruturas de direcção a que uma Assembleia sempre obriga. É o momento mais apropriado para recuperar todas as críticas e observações que os militantes fizeram em pequenas e grandes reuniões e não tiveram correspondência, entre a rotina ou a pressão das tarefas a executar, em medidas concretas.

Temos consciência de que não é apenas um dia que possibilita o debate necessário. Mas a Assembleia culmina um processo de múltiplas reuniões realizadas nas últimas semanas em que se procurou identificar e caracterizar os principais problemas vividos no Sector e encontrar no plano do funcionamento orgânico as soluções mais ajustadas e eficazes e no plano político as orientações que potenciem a luta comum pela democracia, os direitos constitucionais, a dignidade humana.

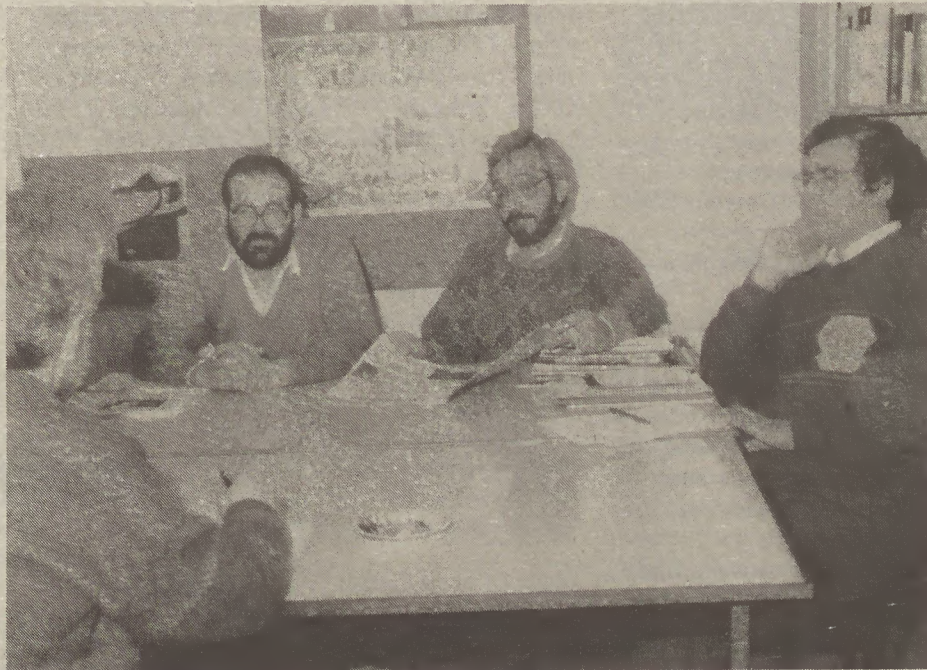
Com base nas decisões tomadas, vamos procurar dinamizar o trabalho, reforçar a nossa presença e intensificar a acção dos comunistas nas áreas integradas no Sector que são a Cultura, a Educação, a Saúde, a Justiça e a Comunicação Social.

A Assembleia é, para nós, também importante no quadro da análise feita no

XIV Congresso sobre as mutações sociais, onde é sublinhado o significativo aumento do peso dos trabalhadores intelectuais no conjunto da população activa. Por isso, os Estatutos aprovados afirmaram como aliança social básica a que une a classe operária e os intelectuais e outras camadas intermédias. O que implica uma maior atenção para os problemas específicos destes sectores (como específica deverá ser a sua abordagem), não apenas pelos camaradas envolvidos directamente no trabalho orgânico mas por todos os militantes do Partido.

«Av!» — *Achas que há vantagem em manter um funcionamento autónomo do Sector Intelectual? Por que não integrá-lo nas organizações conchilhas?*

JS — A opinião que prevaleceu entre nós é que sendo o Porto — como outros centros urbanos — uma área de grande concentração de estabelecimentos de ensino, unidades de saúde, órgãos de imprensa, produção cultural, o funcionamento de um sector intelectual permite uma coordenação mais pronta e eficaz. É uma



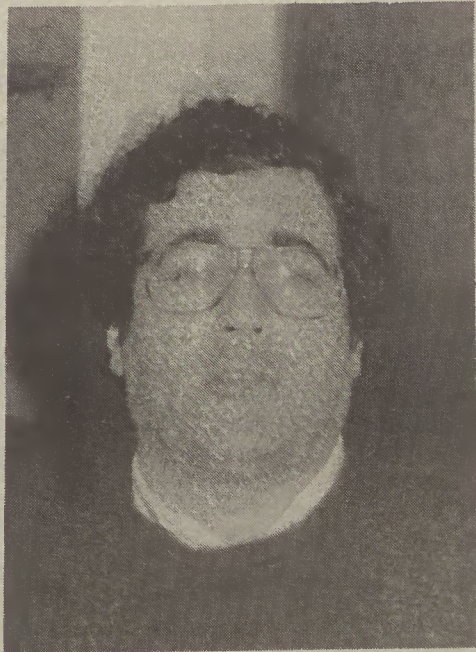
Os participantes na mesa-redonda, coordenada pelo camarada Marques Lopes (fotos da mesa-redonda por Rui Varejão)

opção, como todas em matéria de organização, que tem a validade que a vida lhe ditar.

«Av!» — *Desde a primeira Assembleia, que mudanças observaram na vida e actividade dos intelectuais?*

Nelson Amador — Em relação a saber o que mudou e como mudaram as camadas de trabalhadores intelectuais desde a nossa última Assembleia... isso é coisa que nos obriga logo a falar das nossas mazelas. É que podemos afirmar, com razoável certeza, que estas mudanças confirmam as grandes tendências socioeconómicas que a análise do Partido já tinha detectado, a saber: 1 — rápido aumento da percentagem de assalariados, quer nas profissões emergentes com maiores afinidades aos quadros técnicos, quer nas profissões tradicionalmente independentes, como os advogados e os médicos; 2 — uma crescente tendência para a mercantilização da actividade dos intelectuais; ou seja, que as actividades, independentes ou assalariadas, são cada vez mais avaliadas, valorizadas ou desvalorizadas, em termos de um qualquer «centro de custos», a partir da maldita noção de «rentabilidade económica estrita e imediata».

Sendo pois isto verdade, o que é certo é que nós continuamos num estágio incipiente da análise da concretização destas tendências.



Jorge Sarabando: A Assembleia culmina um processo de múltiplas reuniões

Projectar o presente num futuro «outro»

«Av!» — *Que contribuição pode dar a vossa Assembleia nesse sentido?*

NA — Penso que se da Assembleia resultar uma clara consciência da necessidade de ultrapassar isto e, se não for pedir de mais, o esboço de um «programa de trabalho» para o fazer, então teremos já dado um passo significativo.

Também na nossa primeira Assembleia já tínhamos chamado a atenção para a luta pela consciência dos intelectuais em que a direita se tinha empenhado esgrimindo com os seus trunfos: o poder económico e político (e a capacidade de comprar consciência que ele proporciona) e o optimismo capitalista que se exprime na proliferação de teorias sobre a «auto-regulação do sistema de mercado» aplicadas a tudo o que é campo de actividade. Da ciência à arte passando pelo ensino e a saúde.

No limite, esta enorme campanha desemboca nas teses de que «toda a ideologia e todo o projecto são totalitários porque forçam o curso «natural» das coisas», «os intelectuais esgotaram-se» (precisamente porque o

que os caracteriza é projectar o presente num futuro «outro» e esse é o crime dos crimes quando a história acabou). A verdade é que com o ruir do sistema socialista europeu, toda esta campanha deveria ter ganho um novo alento avassalador. Estranhamente, penso que se torna claro que, ao contrário, ela começou a perder muita da sua arrogância e penso que se detectam sinais de que os seus principais destinatários, os intelectuais, lhe estão cada vez menos receptivos. É que a realidade tem muita força e as contradições sonegadas aqui acabam por rebentar mais violentas um pouco mais além.

Mas é certo que houve e há uma certa desorientação no seio da intelectualidade, um certo descrer na justeza de «projectar» um

mundo outro.

É contra esta tendência derrotista entre os intelectuais que temos que lutar. E só o podemos fazer se conseguirmos analisar as contradições do capitalismo hoje e aqui e as suas consequências e conseguirmos fundamentar a necessidade e a possibilidade de «inventar» um outro mundo em que o intelectual, como toda a gente, se realize e justifique. O que temos que fazer é fundamentar perante os intelectuais que na Europa de hoje, como na Europa após o esmagamento da Revolução Francesa, há que escolher entre aceitar que os «senhores» são eternos, o sonho é mau e a sua realização um crime, ou saber ver que o «eterno» acaba não se sabe bem onde mas logo ali, e que o sentido da História é dado por quem ousa projectar o futuro.

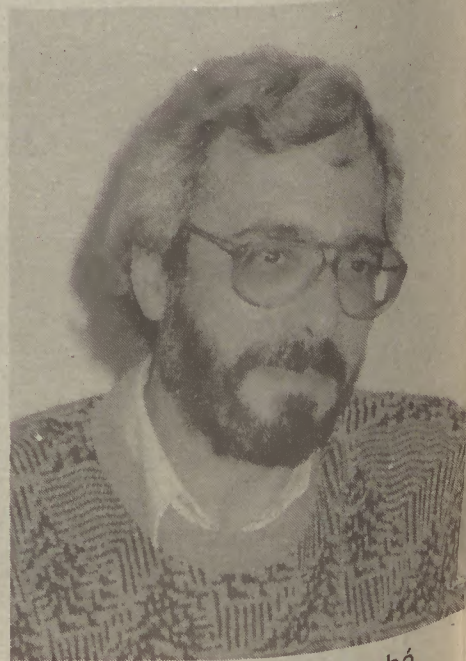
«Av!» — *Como é que as mudanças assinaladas repercutiram entre os quadros técnicos e científicos?*

Franklin Pereira — Os quadros técnicos e científicos têm alguns dos mesmos problemas que afectam outras camadas sociais, e outros que lhe são específicos. Contradizendo as teorizações do fim do proletariado, os dados mais recentes demonstram o

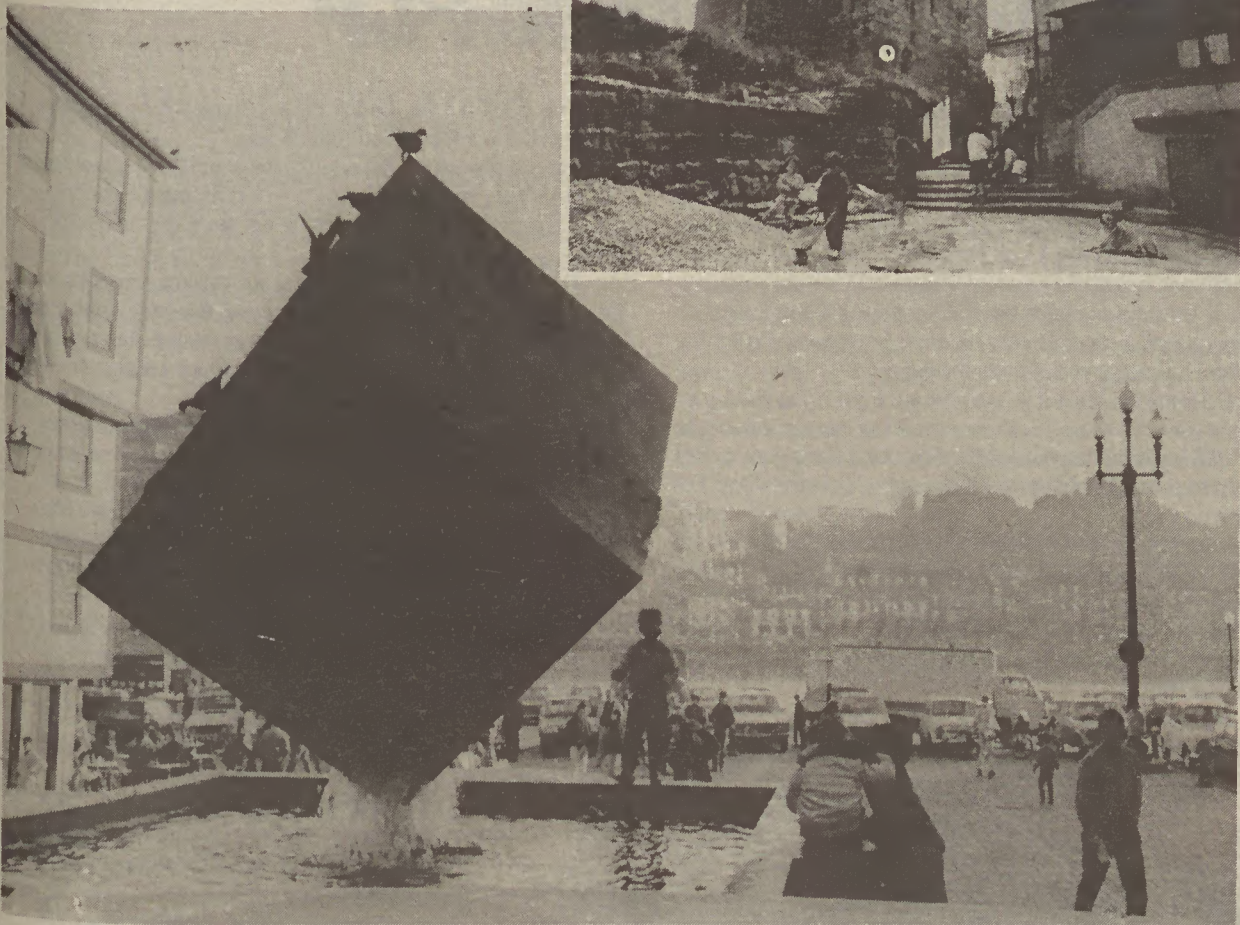
Nelson Amador: Houve e há uma certa desorientação no seio da intelectualidade

crecente assalariamento dos quadros (e também proletarização, já que os sectores produtivos ainda têm um peso muito relevante na economia portuguesa). Apesar de assumir outra dimensão e outras formas, as lutas dos quadros assalariados em torno de dois objectivos económicos centrais da luta operária — aumento de salários e redução do horário de trabalho — tem assumido a maior importância. Mesmo sectores de quadros política e socialmente mais recuados têm manifestado, através de lutas diversas, as suas preocupações neste sentido, inclusive através da greve. A sua integração nas lutas gerais das empresas, por exemplo contra os despedimentos colectivos, é também um dado hoje cada vez mais corrente.

Mais particularmente, os quadros lutam por objectivos sociais que atingem mais fortemente as camadas de



EM FOCO



rendimento médio-altas: revisão de política fiscal, problemas de habitação, políticas de crédito e muitas outras.

Lutas e contradições

«Av!» — *Como se têm desenvolvido essas lutas?*

FP — Os quadros técnicos e científicos não se têm limitado a lutas de cariz socioprofissional. Intervêm na luta política e social em Portugal, a três níveis — o primeiro, pela posição que assumem no processo produtivo, tem um papel que favorece o desenvolvimento económico e social, muitas vezes ao arripio das suas convicções políticas. O seu empenho no desenvolvimento das forças produtivas, no encontrar de soluções inovadoras e de qualidade, contradiz a par e passo a estratégia governamental de improdutividade e submissão para muitos sectores da economia portuguesa (veja-se o caso da EDP, em que os seus quadros dirigentes afrontaram e foram afrontados pelo ministro responsável da energia, num caricato almoço inaugural, no que diz respeito a uma política energética que servisse os interesses nacionais); o segundo, verifica-se em acções e tomadas de posição, de cariz eminentemente político, a favor de soluções, para o nosso país, contrárias à política governamental (e aqui cito os casos da comunidade científica relativamente à política de investigação, dos médicos relativamente à política de saúde, os professores no que concerne à Reforma Educativa, os juristas e magistrados relativamente a medidas tomadas pelo Ministério da Justiça, e muitos outros); o terceiro aspecto que eu referia diz respeito a algo que merece um aprofundamento da discussão e que eu designaria de forma genérica com o aparecimento de novas contradições entre o trabalho intelectual e modo de produção capitalista. Como é sabido, o produto do trabalho assalariado, quer seja dos operários ou dos quadros, não lhes pertence, mas é propriedade dos detentores das forças produtivas. Os acréscimos de rendimentos que o trabalho intelectual, através da inovação muito especialmente origina, não revertem imediatamente para quem os produz. O capital distribui somente pelos quadros algumas migalhas dos aumentos dos lucros por eles induzidos, o que conduz a grandes insatisfações e de certeza não constitui incentivo ao seu trabalho criador. Embora este seja um panorama já clássico é necessário estudar as novas formas que essas contradições assumem na sociedade actual.

«Av!» — *Quais são as principais dificuldades com que têm deparado no vosso trabalho?*

Jorge Sarabando — Desde logo uma participação dos militantes inferior ao desejável nas reuniões e iniciativas promovidas pelo Partido. Existem causas objectivas e subjectivas. Sem dúvida, a vida nos grandes meios urbanos mudou muito. Uma parte considerável dos professores, médicos, jornalistas, enfermeiros, advogados, outros trabalhadores em geral, têm mais que uma ocupação profissional, horários de trabalho excessivos, a que se somam horas perdidas nas deslocações. Não têm tempo para o Partido, como não têm tempo disponível para descansar ou para a família. Por outro lado, o ciclo das maiorias absolutas do PSD gerou um sentimento de impotência em muitas pessoas. Para essas, os partidos deixaram de ser os mediadores das transformações necessárias e instrumento de defesa das grandes causas colectivas, na mesma medida em que os interesses sociais aparentemente se fragmentaram e o espírito de solidariedade e entreadjuada deu lugar ao individualismo gerado por uma competição impiedosa.

Vivemos a época dos «lobbies» e de pequenas e múltiplas associações pouco transparentes submersas numa nebulosa que alguma direita designa por «sociedade civil», onde avulta a constelação irradiante da maioria PSD, que pretende perpetuar-se no poder.

A ofensiva ideológica e política da direita teve também profundas repercussões, gerou desânimo e quebra de activismo.

Pegando nas palavras de Nelson Amador, o capitalismo foi proclamado como «fim da História» e modelo terminal da sociedade, sem alternativa possível. Declararam a extinção da luta de classes e a «morte das ideologias». Foi dito e redito que a luta pelo socialismo era hoje apenas uma questão de «fé», ou seja, uma expressão irracionalista e inconsequente de vontade política, e não uma acção justa e legítima por um objectivo tão simples como isto: transformar a sociedade para melhorar a vida humana.

Chegou a vez agora, para quem se tenha iludido, que a «democracia de sucesso», modelo publicitário do neoliberalismo, é a do êxito de poucos e o insucesso de mui-

tos, é a da democracia vigiada e condicionada, é, afinal, parafraseando um dito que ficou célebre, um «colossal embuste».

«Av!» — *Dir-se-ia que as causas das dificuldades são todas externas...*

JS — Não, de forma nenhuma, mas parecem ser determinantes. O que significa reconhecer que a actividade do Partido não está isenta de erros, atrasos e avaliações menos ponderadas. No entanto, o nosso Partido passou, com um mínimo de perdas, um período histórico que foi para outros partidos comunistas e de esquerda, de grande enfraquecimento, divisão ou menos desaparecimento.

«Av!» — *Estão optimistas, então?*

JS — Não se trata, como poderia dizer Albert Camus, de «imaginar Sísifo ditoso»... Mas de prosseguir uma luta, à nossa escala, movida por um sentido comum de justiça e solidariedade e que é imposta pela exploração capitalista, que não diminuiu ou desapareceu, como nos quiseram fazer crer, antes se intensificou nos últimos anos.

A nossa Assembleia é apenas um curto momento de um trabalho colectivo que desejamos melhorar.

Ocorreu-me lembrar um notável espadachim do cavaquismo que veio aqui ao Porto, à Casa de Serralves, revelar e selar a sua mais recente descoberta: a «morte dos intelectuais».

Não poderemos dar razão a estes «Pachecos» vestidos de intelectuais oficiosos.



EM FOCO

Lei da Caça

Corrigir o que está mal na mira do PCP

■ Lino de Carvalho

1. O regime jurídico da caça tem ocasionado um vasto movimento de protesto, que percorre o País, envolvendo milhares de caçadores, autarquias, associações de defesa do ambiente.

Ninguém está satisfeito nem os interesses que a nova legislação se propunha garantir – protecção, conservação e fomento da fauna cinegética e a valorização da caça como factor de desenvolvimento regional – têm sido salvaguardados. Ninguém, não é verdade. O ministro Arlindo Cunha e o secretário de Estado Álvaro Amaro, os muitos Barreiras que se multiplicaram à sombra da actual legislação, muitos dos que têm vindo a beneficiar das situações de privilégio que as zonas de caça especiais lhes proporcionam, esses, estão seguramente contentes.

Os recursos cinegéticos não podem deixar de ser analisados de três ângulos: o de preservação, ordenamento e reprodução das espécies no respeito pelos ecossistemas; o de uma actividade popular, lúdica, desportiva; o de fonte de receitas e factor de desenvolvimento.

Ora, tal como o PCP afirmou no momento do debate da Lei n.º 30/86 (Lei da Caça), a vida demonstrou que estes três valores não têm sido nem equilibradamente protegidos nem sequer conseguidos.

Não se resolveram os desequilíbrios anteriores e criaram-se novos problemas. A questão da delapidação dos recursos cinegéticos não foi resolvida. A caça passou a ser uma actividade vista quase exclusivamente pelo ângulo da especulação, do lucro fácil a que só os caçadores de maiores recursos podem ascender. Foi o próprio ministro da Agricultura que afirmou «quem não pode não caça».

Segundo os últimos dados (que se alteram sempre que é publicado mais um número do Diário da República), existem hoje 1268 zonas de regime cinegético especial abrangendo uma área de 1 751 240 ha. Mais de metade situam-se numa única região cinegética, a quarta, que abrange o Alentejo.

O crescimento das zonas de caça especiais tem sido feito em contínuo, ligadas durante quilómetros, sem qualquer ordenamento e de forma descontrolada. Há municípios quase inteiramente cobertos por reservas de caça. Não existe, em muitas regiões, possibilidade de ser praticada caça no regime cinegético geral o que leva à marginalização dos caçadores de mais fracos recursos. Milhares de portugueses que faziam da caça uma actividade de evasão, que a exerciam mesmo junto à sua aldeia, calcando quilómetros em contacto com a natureza, deixaram de o poder fazer. Se o quiserem têm de percorrer dezenas e até centenas de quilómetros para encontrarem uma vaga nesga de terreno livre, as mais das vezes sem caça.

As zonas de caça sociais que poderiam, no quadro do regime cinegético especial, ser um contributo para atenuar a discriminação a que a maioria dos caçadores está sujeita, não têm qualquer expressão. Os condicionamentos à sua criação e a ausência de vontade política do Governo são tais que no total das quase 1300 reservas existentes somente 7 são sociais.

A diferenciação dos dias em que é possível caçar-se dentro e fora das reservas de caça não só tem acentuado as discriminações existentes como, na prática, quase que inviabiliza a caça nas zonas livres.

Acresce que poucas são as zonas de caça associativa com sede na área da respectiva reserva assim como poucas são aquelas ligadas aos próprios caçadores locais.

As lacunas e distorções do regime jurídico da caça têm assim criado por um lado uma situação de crescente tensão e conflito e por outro de discriminação para centenas de milhares de caçadores.

É ponto de consenso que os recursos cinegéticos não são inesgotáveis devendo ser preservados, ordenados e geridos. É igualmente consensual que estes recursos não

devem, por isso, ser delapidados e podem constituir uma significativa fonte de receita e de atracção do turismo interno e externo como actividade económica.

Mas há que garantir um compromisso, um equilíbrio entre a caça como actividade económica e o direito de todos os caçadores à sua fruição, sem exclusão de ninguém por razões de natureza económica e nunca deixando de ter sempre obrigatoriamente presente a necessidade dos recursos cinegéticos, da caça, ser preservada e lhe serem criadas condições de reprodução.

O Primeiro-Ministro, em ano eleitoral e face aos protestos dos caçadores e outras estruturas, numa deslocação ao Alentejo, tinha prometido abrir corredores para a caça livre e rever, entre outros aspectos, a diferenciação dos dias de caça.

Mas passaram as eleições e o Primeiro-Ministro e o PSD depressa esqueceram as promessas com que procuraram enganar milhares de caçadores.

Mas os caçadores não o esqueceram e têm, em significativas manifestações, exigido o cumprimento das promessas feitas.

No projecto de Decreto-Lei que o Governo elaborou e enviou à ANMP algumas das soluções necessárias – como a dos corredores – vinham contempladas. Mas na

lução de algumas das falhas mais gritantes sem prejuízo de uma futura alteração global da lei.

Com este objectivo, limitado mas seguramente de acordo com o sentimento de centenas de milhares de caçadores, o Grupo Parlamentar propôs em sede de ratificação que:

– as zonas de caça submetidas ao regime cinegético especial ou conjunto de zonas contíguas não pudessem ter áreas superiores a 5000 hectares e que entre elas sejam estabelecidos corredores com pelo menos 1000 metros para a caça em regime geral;

– a área total inserida em reservas de caça não possam exceder, em nenhum caso, 50% da área cinegética total em cada município;

– nos terrenos do regime geral e nas zonas de caça associativas e sociais só seja permitido caçar nos mesmos dias, isto é, às quintas-feiras, domingos e feriados nacionais obrigatórios;

– as associações de caçadores concessionárias de zonas de caça associativas tenham a sede social obrigatoriamente instalada no município onde se situam a respectiva zona de caça e sejam constituídas, no mínimo, por um terço (1/3) de associados residentes no concelho ou concelhos limítrofes da reserva;

– obrigatoriedade da criação de zonas de caça sociais em cada região cinegética numa proporção não inferior a 1/10 do total das áreas ocupadas por associativas e turísticas.

São propostas que permitem, seguramente, dar um primeiro contributo para uma justa alteração do actual regime jurídico da caça, não pondo em causa a existência do sistema de reservas mas encontrando um equilíbrio justo e adequado.

3. Uma outra questão – mas essa tem a ver com a aplicação da própria lei – é a fiscalização e transparência na execução da lei.

É que a própria lei não está a ser cumprida e a forma como estão a ser concessionadas as zonas de caça, com negócios altamente sujeitos envolvendo responsáveis da administração pública (de que a comunicação social se tem feito eco), deve merecer igualmente severa crítica e condenação pública.

Não cumprimento dos planos de ordenamento e exploração cinegética, designadamente quanto ao controlo das espécies abatidas e à reprodução das espécies; caça em dias fora do que a lei determina e os planos contemplam; abate de espécies protegidas; enclaves cada vez mais numerosos em que os proprietários são os últimos a saber; ausência de fiscalização que se preocupa sobretudo em penalizar os caçadores do regime geral; reservas turísticas que não criaram nenhuma infra-estrutura e que de turismo só têm o nome; reservas associativas fictícias; ausência de qualquer preocupação de ordenamento

na concessão de reservas de caça; reservas instaladas em áreas protegidas; utilização dos serviços da Direcção-Geral de Florestas e de bens públicos para a criação de reservas particulares; envolvimento de responsáveis do sector na elaboração e aprovação de projectos em que têm interesses directos; promiscuidade entre os membros do Governo da tutela e responsáveis pela concessão das reservas de caça e o seu usufruto dessas mesmas reservas, de tudo um pouco se tem assistido.

O Governo, pelos interesses que protege ou promove, pelo laxismo na aplicação da própria lei, pelas lacunas deliberadas que não quer preencher, é o exclusivo responsável pela situação de degradação a que se chegou.

O processo de ratificação a que o PCP submeteu o último diploma sobre a caça e as propostas de alteração que propôs são um contributo para resolver parte desses problemas. A outra parte tem a ver com a alteração radical da política que tem sido seguida e com uma outra visão da caça mesmo como actividade complementar da economia agrícola mas que, obviamente, nunca pode substituir nem sequer ser alternativa a esta como o Governo tem pretendido.

versão final aprovada em Conselho de Ministros venceu a força dos interesses que, ligados particularmente ao secretário de Estado, Álvaro Amaro, procuraram impedir que milhares de portugueses, caçadores, possam caçar e que a transformam numa quase exclusiva actividade de enriquecimento para alguns.

2. Ora, foi para equilibrar os diversos interesses em presença, que atrás referimos, designadamente no próprio plano de defesa das espécies e do equilíbrio dos ecossistemas, foi para terminar com a discriminação dos caçadores não integrados em reservas de caça, foi, em suma, procurar preencher algumas lacunas da Lei e dar corpo às promessas do Primeiro-Ministro que o grupo Parlamentar, do PCP chamou à ratificação o Decreto-Lei n.º 251/92 e apresentou um projecto de lei próprio que recebeu o apoio de inúmeras associações de caçadores.

Impõe-se fazer uma reflexão global sobre todo o regime jurídico actualmente existente, assim como na articulação entre a caça e a agricultura.

O PCP está a fazê-la. Mas o que se pretendeu, neste momento, foi tão-somente contribuir desde já para a reso-



EM FOCO

O PCG e a Comunidade Europeia

Nos dias 10 e 11 de Abril decorreu em Atenas uma Conferência Nacional do Partido Comunista Grego (PCG) "sobre a CEE e a unificação europeia".

Esta Conferência, em que participaram mais de seis centenas de delegados, culminou e completou um vasto processo de discussão e de diálogo que o 14º Congresso do PCG havia decidido realizar sobre a matéria. Segundo o balanço apresentado no início dos trabalhos, 80% das células do PCG realizaram assembleias gerais de debate e a orientação geral das teses apresentadas pelo Comité Central receberam a aprovação da grande maioria dos membros do partido.

Convidado a participar nesta Conferência, o Partido Comunista Português esteve representado por Edgar Correia, membro da Comissão Política do Comité Central, que na sua intervenção apresentou a forma como os comunistas portugueses analisam a integração europeia, as posições que defendem e as perspectivas que consideram em relação ao futuro.

Estiveram também representados nesta iniciativa o AKEL, de Chipre, o Partido Socialista da Bulgária, o Partido Comunista Alemão, o Partido Comunista Francês e a Refundação Comunista da Itália.

Do debate de um tema vasto e complexo, dos extensos documentos preparatórios e de mais de meia centena de intervenções no decurso da Conferência, muitas notas para reflexão haveria interesse em reter. Compreensíveis razões de espaço determinam, porém, que não de espaço de um apontamento informativo sobre o que parece essencial das posições dos comunistas gregos sobre a integração capitalista da Europa ocidental.

Consequências da participação da Grécia na CE

O balanço de onze anos de participação da Grécia na Comunidade Europeia mostram o fracasso da convergência da economia grega com as economias dos restantes estados membros. Em vez da redução das diferenças, de ritmos de aproximação das economias e dos níveis de vida, agravaram-se as desigualdades e a distância entre a Grécia e os outros países. O rendimento médio por habitante, que era de cerca de 58% da média comunitária no início dos anos 80, caiu para 52% e tende a baixar ainda mais. O agravamento da concorrência

quer no mercado interno quer no internacional tem prejudicado gravemente as indústrias gregas tradicionais (têxtil, mobiliário, calçado, etc.), que agora no quadro do "mercado único" se arriscam a declinar irreversivelmente. Manifestam-se fenómenos de declínio industrial e de desmantelamento das estruturas produtivas. O processo de industrialização foi travado pela anulação de projectos e a destruição de uma parte das estruturas de base da indústria. O capital estrangeiro ganha uma posição cada vez mais forte, mas não se tem orientado para novos investimentos produtivos, preferindo a aquisição de empresas rentáveis (indústria alimentar e cimenteiras) e penetrar nas cadeias de supermercados, nas companhias de seguros e nos bancos. As consequências são também graves no sector agrícola: cresce o défice da balança comercial agrícola, a par da falta de investimentos e da ineficácia da reorganização da produção agrícola.

Quanto aos fundos comunitários recebidos pela Grécia eles não contribuíram para um processo de desenvolvimento susceptível de reduzir a distância entre a Grécia e os países desenvolvidos da Europa. Foram canalizados fundos para a construção de muitas infra-estruturas do interesse do grande capital, para a limitação e a redução da produção grega (a fim de ser deixado o campo livre aos monopólios comunitários) e uma grande parte dos recursos foi utilizada com fins parasitários. Feito o balanço, o PCG conclui que as somas que afluíram não contrabalançaram, de modo algum, o custo económico, social e político global da participação na Comunidade Europeia.

E o balanço que é feito da "ajuda" europeia concedida ao abrigo do Pacote Delors I mostra que nem sequer foi compensado o enorme acréscimo do défice comercial grego, várias vezes superior aos créditos recebidos da Comunidade.

Tudo isto concorre, na apreciação dos comunistas gregos, para aquela que é a pior crise económica que o seu país atravessa nos últimos anos. Isto apesar do dracma (a moeda nacional) ainda não ter sido integrado no SME (Sistema Monetário Europeu), e de ter sido mantida nesse plano alguma margem de competitividade da economia do país.

No plano social, como foi abundantemente demonstrado no decurso da Conferência, todas as contradições da sociedade grega se têm vindo a agravar. O desemprego real aproxima-se dos 10% da população activa, atingindo de forma particularmente dolorosa os jovens e as mulheres. Direitos fundamentais dos trabalhadores são postos em causa. As relações laborais têm vindo a ser "reorganizadas" visando a intensificação do trabalho e a sobreexploração dos trabalhadores. É dramática a situação de muitos reformados. As discriminações sociais em relação aos trabalhadores estrangeiros e a sua sobreexploração constituem novas formas de enriquecimento e de pressão sobre o movimento operário.

A rica identidade cultural grega, a sua cultura popular, como foi igualmente sublinhado, estão também ameaçadas de perdas irreparáveis.

Este balanço desmente, como é evidente, todas as proclamações da classe dirigente grega e dos seus porta-vozes políticos segundo os quais, graças à sua adesão à Comunidade Europeia, a Grécia asseguraria a sua independência e a sua integridade nacionais, o seu desenvolvimento económico e relações de igualdade com os seus parceiros.

gir a convergência nacional (taxa de inflação, défice das finanças públicas e da dívida pública, nível das taxas de juro), nem atingir a convergência real (aproximação das taxas de crescimento socioeconómico e do nível de vida comunitário) nem antes, nem mesmo depois, do ano 2000.

Sublinhando a apreciação de que as diferenças e as desigualdades entre os níveis de desenvolvimento dos estados membros da CEE continuarão a existir e a acentuar-se e de que a Europa a "duas velocidades", apesar de negada, é uma realidade que existe de facto; anotando os factores de instabilidade económica e política que minam a integração capitalista europeia; pondo acento nas incertezas que pesam em relação à evolução futura da Comunidade Europeia; - os comunistas gregos não excluem a possibilidade de que a progressão da Comunidade Europeia para a União Económica e Monetária, na sua forma actual, seja reversível. E apontam a necessidade e a perspectiva da intensificação da luta dos povos contra o Tratado de Maastricht e contra os próprios fundamentos em que foi erguida a Comunidade Europeia.

A saída da CE

O PCG considera que, nas condições actuais, a luta por um desenvolvimento progressista, por uma orientação anti-imperialista e antimonopolista em direcção ao socialismo, a transição para o socialismo, porão na ordem do dia a confrontação e a ruptura, não somente com as opções da Comunidade Europeia, mas mesmo com "a integração capitalista na etapa imperialista do capitalismo". E é apontado como alternativa à integração capitalista - a luta por uma Europa de cooperação equitativa e proveitosa para todas as partes, de paz e de segurança, de democracia - a Europa do socialismo.

A defesa da saída da Grécia da Comunidade Europeia e a procura de formas diferentes de cooperação e de participação na divisão europeia e internacional do trabalho, beneficiando todas as partes, com base nos princípios da igualdade e do respeito dos direitos soberanos de cada país, apontados como condições fundamentais do desenvolvimento económico, social e cultural, constituiu sem dúvida a questão política fundamental em torno da qual se centraram as interrogações e o debate durante a preparação e no decurso da própria Conferência Nacional.

A resposta positiva à interrogação sobre "o realismo de (tal) posição de ruptura total com a CEE, nas condições de hoje, com a relação desfavorável que se formou tanto no interior do país, como ao nível europeu e internacional", que na linha proposta pelo CC foi aprovada pela maioria dos delegados à Conferência, não significa no entender dos comunistas gregos que a saída da CEE seja "uma peça que se representa num só acto", mas um processo cujo resultado dependerá da marcha global das evoluções sociais e políticas na Grécia e da luta nos outros países europeus.

Foi também sublinhado que a saída da Comunidade Europeia, com a qual a Grécia não tem fronteiras terrestres, não significa para o PCG que a Grécia se possa desembaraçar automaticamente da dependência em relação ao imperialismo, das consequências da acção e da especulação das multinacionais. Mas é considerado que a saída abrirá uma via permitindo moderar o asfixiante sistema de dependência e estabelecer formas diferentes de cooperação internacional.

Para que a Grécia possa sair da Comunidade Europeia e participar de forma equitativa à divisão internacional do trabalho, a Conferência Nacional do PCG apontou a necessidade de criação de condições sociais e políticas, entre as quais o elemento determinante é a constituição de um movimento antimonopolista e anti-imperialista poderoso e maioritário, encabeçado por um forte Partido Comunista.

Definindo que a luta contra as orientações comunitárias não constitui uma frente distinta da da luta e das reivindicações relativas a uma política progressista tendo como perspectiva o socialismo, os comunistas gregos aprovaram também na sua Conferência um conjunto de objectivos específicos de luta tanto no plano nacional (assente na reivindicação de um plano nacional de desenvolvimento progressista) como no plano europeu.

É nesta linha que foi perspectivada a acção do PCG, no quadro das relações com os partidos comunistas e da Coligação de Esquerda no seio do Parlamento Europeu, pela constituição de um vasto movimento de oposição a Maastricht e por uma Europa de cooperação equitativa e de paz.



Maastricht

Considera o PCG que o custo da adaptação da Grécia à União Económica e Monetária (UEM) e mais geralmente à "Europa Unida" que o Tratado de Maastricht impõe, será muito pesado e que o preço a pagar é muito elevado para o povo grego e para o futuro do país.

Com o Tratado de Maastricht e na medida em que aquele seja aplicado na sua forma integral, concluiu a Conferência Nacional, a Grécia perderá toda a possibilidade de desenvolver uma política nacional nos domínios vitais: economia, questões sociais, política estrangeira e de defesa. Direitos soberanos e constitucionais fundamentais serão transferidos para instituições (incontroláveis e autoritárias) da Comunidade Europeia. O direito comunitário fica a prevalecer sobre o direito grego, o papel do parlamento nacional será reduzido. E é desfeito o próprio mito segundo o qual a adesão à Comunidade Europeia garantiria a democracia.

A Grécia, prevêem os comunistas gregos, transformar-se-á numa autêntica província administrada por Bruxelas, não dispondo de nenhuma possibilidade de proteger os interesses nacionais contra a política levada a cabo pelas potências da Comunidade e os "actos de predação" das multinacionais. Com a criação do Banco central europeu e a moeda comum, as principais alavancas da política monetária e, consequentemente, económica da Grécia, deixarão de depender do povo grego.

A Grécia, nas condições actuais, com o seu fraco nível de desenvolvimento económico, não está em condições de concorrer com as economias de outros países, como tem mostrado a experiência da adesão nos últimos anos. O país está assim votado à marginalização e ao rebaixamento da sua posição no quadro da divisão comunitária e internacional do trabalho, e à função de espaço vital para as multinacionais e de ponte para a sua expansão para as regiões vizinhas.

A tão elogiada (pelos círculos governantes) convergência das economias aparece assim como uma utopia. Nas condições actuais, como sublinhou a Conferência do PCG, não é difícil de prever que a Grécia não poderá sequer atin-

Chegou a recuperação

■ Manoel de Lencastre

De repente, informações de estilo quase unânime apareceram nos jornais britânicos: «Oficial: terminaram 30 meses de recessão.» Os políticos conservadores, rejubilantes, lançaram-se, prontamente e correndo, a caminho das respectivas circunscrições dispostos a tirarem da nova situação o máximo partido. E gritaram: «Não estão a ver? A recessão acabou. Podem, portanto, ir às lojas e supermercados e comprar tudo o que lá houver. Por que esperais?» O povo, os votantes, tudo circunspecto. Por fim, timidamente, alguém fez frente aos grandes «doutores» da vida económica e social acabados de chegar de Westminster: «Mas tudo o que está nas lojas é estrangeiro. O nosso país já não fabrica coisa alguma. Não há que fazer e andamos todos com as mãos atrás das costas fingindo que vivemos prósperos. A nossa recuperação, assim, não estará sendo a recuperação dos outros?»

Na realidade, nunca se viu povo tão reservado nos seus pareceres e nas suas decisões como o inglês. Restringe, invariavelmente, os seus entusiasmos. Raramente acredita em optimismos como os de agora. Os factos estão primeiro. Não vai atrás de foguetes. E tem razão. Se não vejamos...

Notícias da recuperação

1.º O anunciado crescimento económico nos Estados Unidos caiu, surpreendentemente, durante o primeiro trimestre do ano, tendo o secretário de Estado do Comércio declarado que o nível registado era inaceitavelmente baixo. Isto, enquanto as médias de construção de novas habitações voltavam a diminuir, assim como as de transacções de casas novas ou em segunda mão. Por sua vez, a «Time Warner», a maior companhia mundial no sector dos meios de comunicação, voltou a anunciar prejuízos, enquanto as dívidas à Banca mundial continuam a rondar o montante de 7 biliões de dólares.

2.º Isto de as pessoas terem a liberdade de viajar pelo mundo é e sempre foi um dos mais queridos direitos. Mas é preciso dinheiro para fazê-lo. Entretanto, continuam a apresentar-se em todos os países milhões de candidatos a viajar hoje, mas pagando depois, o que desenha o destino das agências, das companhias de aviação, etc. Na Hungria, supomos que a vontade de as pessoas percorrerem o mundo nunca foi tão grande. Trata-se de uma liberdade irrecusável. Mas continuamos a perguntar: onde está o dinheiro para satisfazer essa liberdade? A agência de viagens húngara, Ibusz, a maior e a primeira que se fundou no país desde que as liberdades lá foram introduzidas, acaba de anunciar perdas de 20 milhões de US dólares referentes ao ano de 1992.

À vista destes resultados, importantes para o sector, as acções da empresa desceram imediatamente na Bolsa de Budapeste para Ft. 800 quando o respectivo preço, há dois anos, era de Ft. 4900. Um êxito, enfim. Um êxito que reduziu a zero os investimentos na empresa realizados pelos Bancos ocidentais que, na verdade, são os verdadeiros proprietários da famosa agência. Do mal, o menos.

3.º O jovem Stephen Royals, licenciado em diversas cadeiras pela Universidade de Oxford, procurava trabalho. Mas, com 34 anos e apesar de todos os seus diplomas em política, filosofia e economia, não conseguia emprego. Resolveu aumentar o nível dos seus conhecimentos e transformou-se em programador de computadores. Mas nada. Ao fim de 200 formulários preenchidos para a obtenção de colocação sem que nenhum resultasse, matou-se.

Conversa de bárbaros

Era pela manhã e chovia em Manchester. O noticiário da BBC-TV, naquela segunda-feira, fazia-se quase exclusivamente com os resultados do referendo na Rússia. Um assunto interessante. No salão de entrada do «Winston's», findo o pequeno-almoço, nós e quatro empregados de mesa do Hotel, todos espanhóis, éramos os únicos atentos à reportagem que chegava do Kremlin.

Os correspondentes da BBC em Moscovo (são dois) achavam-se extasiados com a votação a favor de Ieltsin e esqueciam o número esmagador de cidadãos que se haviam abtido e que, somado ao daqueles que votaram contra a personalidade em questão e as suas reformas, representava uma considerável proporção da população russa. Mas um terceiro correspondente, chegado de Londres só para a reportagem do referendo, sabia pôr as questões de maneira mais calma e ponderada e, entrevistando um dos principais ministros responsáveis pelas «reformas» na antiga URSS, perguntou:

«Para onde vai agora o vosso país?»

«Homem, para o capitalismo. Não vê o sentido do voto? O povo russo quer ser capitalista.

«Mas tenham cuidado. Não estão a ver o que se está passando nos países capitalistas?»

O bárbaro hesitou, procurando reflectir. Depois, sorridente, os olhos inspirando-se-lhe não sabemos em que lonjuras de sabedoria, avançou:

«Naturalmente. Mas o capitalismo na Rússia levará 10 anos a construir.»

«Só? E você acha que em tão curto período serão capazes de fazer aproximar a vossa economia dos níveis da dos Estados Unidos, do Japão...»

«Não, não. Não é isso», interrompeu o bárbaro. «Nós vamos construir um capitalismo diferente. O presidente quer um capitalismo russo e nós vamos fazê-lo. Qualquer coisa...»

«Qualquer coisa...»

«Sim, um capitalismo que possa situar-se entre... entre o Brasil e a Suécia.»

Não fomos nós quem se desmanchou às gargalhadas. Foram «nuestros hermanos», o sevilhano Antonio Puro, os madrilenos Joaquin Martin e Alfredo Sanchez e o galego José Lorenzo que, tendo feito as contas, rapidamente, concluíram:

«Hombre, me parece clarísimo. Ván a meter en Rusia el capitalismo portugués y español.»

Então, rimo-nos com eles. Como as coisas da Rússia não nos costumam elevar o grau de humor, mal havíamos percebido a estratégia económica do novo bárbaro do Kremlin. Qualquer coisa como entre o Brasil e a Suécia, se não estamos enganados, poderá significar o fundo do oceano ou a Península Ibérica, como é evidente. Mas também temos a nossa opinião sobre o assunto: se o império não se acautela, os novos bárbaros ainda virão a ensinar-lhe como se constrói e se governa uma economia capitalista. Aquilo são homens para tudo...

A verdade sobre a recuperação

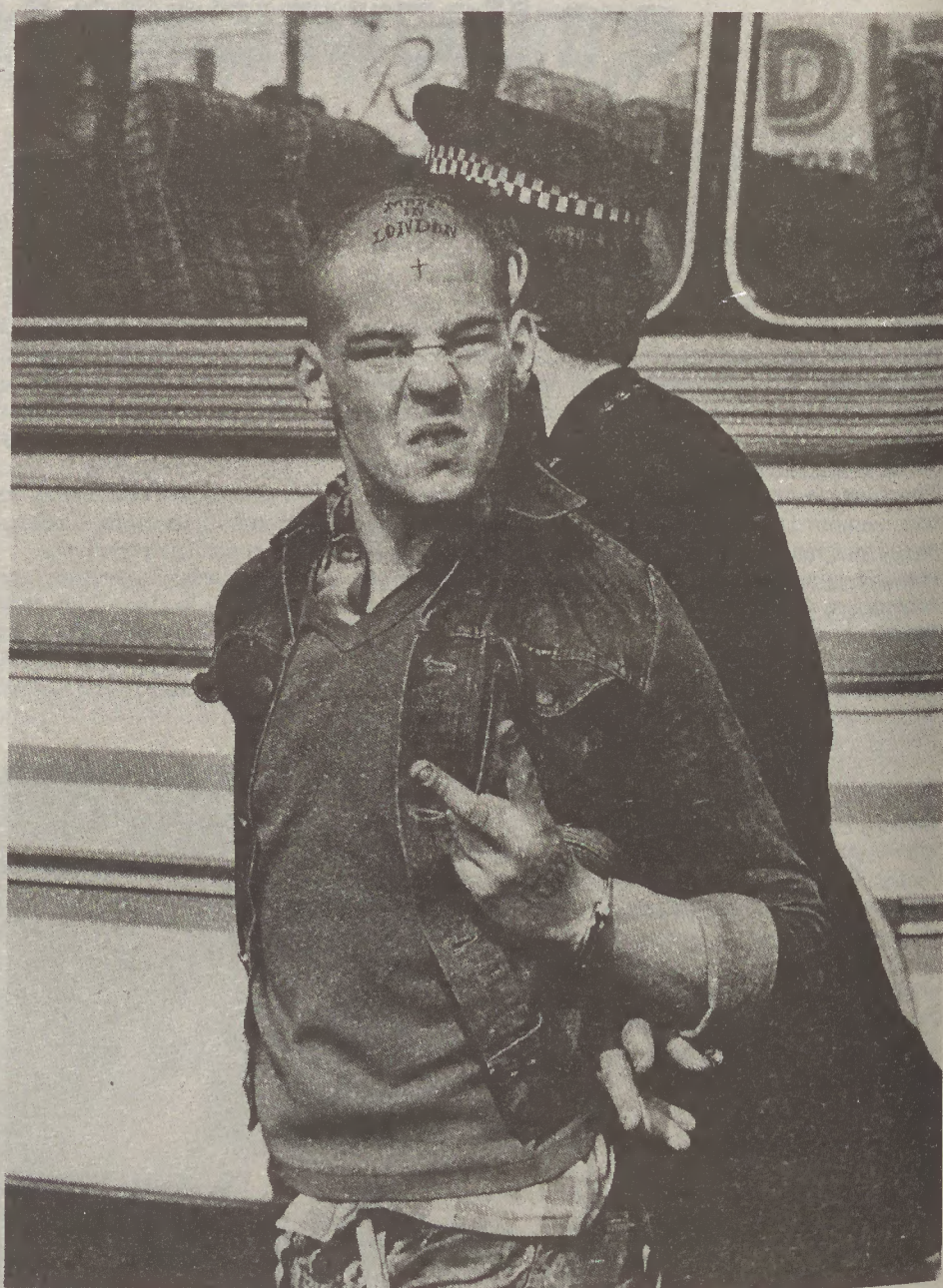
Cedo ou tarde, as estatísticas, que não sabem medir as consequências de uma crise económica em termos dos sofrimentos que provocam às populações, teriam de mostrar valores representando o estancar do declínio de modo a que o governo os aproveitasse para anunciar o fim da maior recessão que a Grã-Bretanha conheceu desde os anos trinta. Mas as condições alteraram-se. Após o terramoto que este país tem sofrido, o parque industrial contraiu-se, o mundo financeiro passou a seleccionar draconianamente o seu campo de actividades e os valores estatísticos, assim, surgiram «pescados» numa conjuntura completamente diferente. A Grã-Bretanha, que o funcionário Major diz que saiu da recessão, não é a mesma que nela entrara.

Para trás, ficaram 4 000 000 de desempregados mais as suas famílias, centenas de milhares de casas repossadas pelos Bancos e permanentemente desocupadas, uma juventude semienlouquecida, um número aterrador de pequenas, médias e grandes empresas destruídas, a devastação do país industrial, a desorientação de um povo, um oceano de falências, milhões de pessoas vivendo das sopas de Segurança Social, escândalos financeiros, desastres familiares, o desmoronar da estrutura moral que amparava a sociedade, a City bombardeada pelo IRA.

A recuperação económica, na qual o funcionário Major se embriaga, não passa, portanto, do aparecimento de uma situação diferente correspondendo a um conjunto de esferas económicas mais reduzido. O capitalismo, pisando os destroços por si próprio causados, tenta ganhar fôlego para entrar em novas paragens. Uma ilusão. Sem investimento e sem forte apoio bancário às actividades industriais e comerciais não é possível registar-se qualquer recuperação. Os Bancos não emprestam a ninguém. Só pretendem salvar-se. A indústria transformadora que fez a grandeza da Inglaterra é hoje um deserto. Ninguém investe em coisa alguma. Mas subsiste o jogo financeiro e é por aí que o governo britânico caminha. E a verdade, toda a verdade, encontra-se na avaliação pura e simples da trajectória do capitalismo em Inglaterra. Não, apenas, na análise mais ou menos apressada e oportunista de algumas estatísticas.

A economia britânica anda há quase um século procurando eximir-se ao seu destino: a curva apertada que a História lhe reserva. Não tem meios para poder apoiar o nível de vida a que as pessoas legitimamente aspiram, e o capitalismo não cessa de sugerir, com vista a poder explorá-las mais. O problema é de fundo — de fundo histórico, económico e político.

Não é difícil estabelecer que o sistema do capitalismo



industrial e financeiro nascido neste país, baqueará aqui, em primeiro lugar. Também se aceita que o desaparecimento da indústria transformadora, todo o catálogo de conflitos industriais, cruéis e desumanos, de que outros retiraram óbvias lições, a incapacidade de os sucessivos governos tomarem medidas de grande alcance, tudo contribuiu para que se acelerasse a queda das nações britânicas na vala da histórica falência do seu processo de desenvolvimento socioeconómico. Mas não possuem os povos destas Ilhas qualidades que lhes permitem lutar em condições de igualdade, pelo menos, com vista à respectiva sobrevivência num Mundo calamitoso em que os imperialistas divididos em grupos globais se alinham para a luta final pelo controlo daquilo a que chamam o mercado mundial: os Estados Unidos, o Japão, a CEE e, a outro nível, a antiga URSS e a China?

Os povos britânicos acham-se em momentosa situação — vejam-se as circunstâncias em que decorreu a Revolução Industrial, a violência das expropriações em todas as regiões agrárias de importância significativa, o caminhar em todas as regiões agrárias de importância significativa, o caminhar do seu proletariado em condições da mais revoltante miséria, as suas lutas, a sua organização, as suas vitórias (raras mas gloriosas), as suas clamorosas derrotas; vejam-se emboscadas para onde o povo inglês se viu empurrado pela classe dirigente ao longo dos últimos cem anos; as mentirosas manobras ideológicas dos imperialistas para conduzi-lo na senda das mais impossíveis fantasias; as farsas da imprensa livre, dos Sindicatos livres, do mundo livre. Veja-se, enfim, o cínico trabalho dos conceitos de liberdade e de democracia por parte dos defensores sem escrúpulos do capitalismo.

Podemos concluir que a Grã-Bretanha se achou sujeita durante os últimos duzentos anos a uma vasta operação de criminosa e devastadora exploração que lhe sugou o sangue, lhe desnortou a alma e lhe devastou o cérebro. E hoje, enquanto outros se agarram mais ou menos desesperadamente ao desenvolvimento de novos processos de reeducação e treino com vista à preparação dos trabalhadores para as batalhas da técnica que decidirão, nas condições do capitalismo, da viabilidade de todas as indústrias e da conquista dos mercados, a que nível encontramos o povo britânico?

Ontem, calcorreava os continentes, erguia o país fabril, dominava os oceanos tornando possível a construção do segundo império; agora, interroga-se quanto a um novo Mundo que não é capaz de compreender e dilacera-se em mil angústias. Sempre lhe haviam dito que a Inglaterra era a maior nação da Terra... Como reagirá? Esperamos viver ainda o suficiente para assistir ao grande espectáculo.

Entretanto, o funcionário Major, erguendo a bandeira esburacada da recuperação, cai perfeitamente no ridículo. Nas condições históricas da Grã-Bretanha que ele provavelmente não conhece, recuperação é coisa que, simplesmente, não existe.

Raul Castro revela um segredo histórico

■ Miguel Urbano Rodrigues

O presidente Clinton propôs recentemente o encerramento de 55 bases militares norte-americanas (31 no país e 24 no estrangeiro). Guantanamo, em Cuba, não consta, entretanto, da lista. Convidado a justificar a omissão, ou seja, a explicar por que motivo não se retiraram os EUA de um pequeno país que não ameaça seja quem for, o Pentágono permaneceu mudo.

Quase simultaneamente, o general Raul Castro deu uma entrevista ao jornal mexicano «El Sol» que desencadeou intensa polémica nos EUA e na América Latina. O ministro cubano das Forças Armadas tomou essa iniciativa porque considerou útil trazer a público factos até agora secretos que constam de arquivos soviéticos recentemente abertos. Antes que dos mesmos seja feito um aproveitamento sensacionalista, com inevitáveis deturpações, o dirigente cubano analisa-os no quadro das relações cubano-soviéticas na década de 80.

Foi com algum espanto que a actual Administração norte-americana tomou conhecimento de que em 1981 a URSS negou a Cuba a solidariedade que lhe era pedida. Em Washington, alguns analistas salientaram que se o conteúdo do diálogo então travado entre Havana e Moscovo tivesse sido divulgado, Cuba poderia ter sido atacada com consequências imprevisíveis para o desenvolvimento da História.

O que Cuba pretendia

As revelações do general Raul Castro aparecem numa entrevista em que o irmão de Fidel aborda temas muito variados. O assunto das relações com a URSS é tratado com muita sobriedade. O jornalista Mario Vasquez Rana não se alarga em comentários, mas expressa admiração pelo facto de um dos mais importantes segredos políticos da década de 80 ter sido tão bem guardado.

Nas palavras de Raul Castro não é difícil identificar a mágoa e a apreensão que sentiu em Moscovo num momento em que graves perigos ameaçavam Cuba. Percebe-se que não esperava ouvir uma recusa seca a um apelo cubano que tinha pleno cabimento no âmbito da aliança com a URSS e que visava sobretudo a uma tomada de posição política por parte desta.

«No começo da década de 80 — conta o general cubano —, visitei a URSS e mantive uma entrevista oficial com o presidente do Soviete Supremo e secretário-geral do PCUS (então Leonid Brejnev) na qual participei com o ministro da Defesa e o secretário do CC para as questões internacionais. A pedido deles, apresentei-me sem acompanhantes. O tradutor era soviético. Perante a agressividade anti-cubana da Administração Reagan desde as primeiras semanas de governo, o objectivo da visita a Moscovo era colocar à direcção soviética a nossa opinião sobre a urgência de acções políticas e diplomáticas extraordinárias que travassem as renovadas intenções ianques de golpear militarmente Cuba.»

Que pretendia Cuba da URSS? Não uma iniciativa que provocasse um agravamento de tensões, com risco de guerra, mas somente uma declaração que funcionasse como acto de solidariedade e alerta para uma escalada que violasse compromissos solenes assumidos pelos EUA.

O ministro das Forças Armadas Revolucionárias de Cuba é claro: «Sugerimos (...) uma declaração oficial soviética endereçada aos EUA, sublinhando que uma agressão a Cuba não seria tolerada pela URSS e exigindo o rigoroso cumprimento do compromisso de não atacar Cuba, adoptado durante a crise de Outubro de 1962.»

Havana queria que essa tomada de posição fosse esclarecedora da solidez



dos laços políticos e militares existentes entre ambos os países.

A resposta de Brejnev

A resposta do Presidente da URSS foi uma recusa categórica. «Em caso de agressão norte-americana a Cuba, não poderemos combater em Cuba — essas foram textualmente as palavras de Brejnev segundo Raul Castro — porque vocês estão a 11 000 quilómetros.» E acrescentou: «Vamos ir até lá para que nos quebrem a cara?»

O apelo, registe-se, não visava a redacção de qualquer texto que pusesse ênfase nas questões militares.

O balde de água fria nas esperanças cubanas foi despejado depois quando a delegação soviética informou que excluía a hipótese de dirigir aos EUA qualquer advertência relativa a Cuba. A parte soviética sublinhou inclusive que não recordaria a Washington o compromisso de John Kennedy de 1962, porque era posto em causa por cada nova Administração norte-americana.

A solidariedade moral soviética — segundo Brejnev — persistiria e o programa quinquenal de fornecimento de armas seria mantido. Mas Moscovo entendia não existirem condições para uma resposta favorável ao apelo de Cuba.



Raul Castro recorda que nesses dias difíceis, o general Haig, veterano «falcão» do Vietnam e ex-comandante supremo da NATO, e na altura secretário de Estado de Reagan, anunciava aos quatro ventos que era preciso conter as revoluções na América Central secando a fonte que, na sua opinião, era Cuba.

Doze anos de segredo

Havana tinha da solidariedade outro conceito. E isso fora demonstrado quando as tropas soviéticas entraram no Afeganistão em 1980. Não obstante esse precedente poder ser invocado pelos EUA como justificativa para uma eventual agressão contra Cuba, o governo da Ilha ficou ao lado dos seus aliados soviéticos quando a questão afegã funcionou como espoleta de uma campanha mundial contra a URSS.

Havana nunca esperou que a União Soviética se envolvesse numa guerra com os EUA para defender a Ilha. Fidel, mais de uma vez, deixou bem claro que Cuba se defenderia com as suas próprias forças se fosse atacada. Há dois anos, antes da queda de Gorbachev, ao divulgar a correspondência trocada com Nikita Kruchev, durante a crise dos mísseis, de 62, Fidel, pondo os pontos nos ii, sublinhou que o povo de Cuba estava então disposto a morrer pela humanidade num combate solitário, se o seu sacrifício pudessem evitar o holocausto nuclear. A posição cubana foi sempre ética e politicamente límpida. O mesmo não se pode dizer da soviética: A inesperada atitude da URSS, como lembra Raul Castro, doeu. Isso porque — assim se expressa — «foi precisamente no momento de maior perigo que a direcção soviética nos fez saber, solene, clara e oficialmente, que, perante uma agressão militar do Pentágono, Cuba ficaria dramaticamente sozinha».

No regresso de Moscovo, uma questão prioritária se colocava: como manter o segredo?

Se os EUA tomassem conhecimento de que poderiam invadir Cuba sem reacção soviética, a Ilha ficaria exposta a um perigo imediato e terrível.

Reunida extraordinariamente, a Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista de Cuba foi informada por Fidel Castro de que a viagem do ministro das FAR a Moscovo e os temas ali debatidos envolviam uma «questão tão amarga e transcendente» que a divulgação desta teria consequências perigosíssimas para o país.

Propôs, por isso, que o assunto, por tempo indeterminado, continuasse a ser apenas do conhecimento do primeiro e do segundo secretários do Partido, ou seja, de Fidel e Raul. A proposta foi aprovada por unanimidade.

O segredo durou doze anos.



Lisboa respira de novo

■ Rui Godinho

Durante 10 anos, o PCP conduziu uma luta para por termo à gestão de direita na Câmara e na Cidade de Lisboa, bem como aos seus efeitos devastadores para a cidade e para os que aqui vivem e trabalham. Tal objectivo estratégico foi conseguido com a formação e a vitória da Coligação por Lisboa, e juntou pela primeira vez em Portugal comunistas, socialistas e outros democratas numa convergência política que não só se revelou possível, mas sobretudo claramente ganhadora contra uma direita unida.

No mandato que agora se aproxima do fim, creio poder afirmar que a cidade começou a respirar de novo.

Lançámos e executámos grandes obras de infra-estruturas de que Lisboa muito carecia — uma para descongestionar a pressão de tráfego outras preparando a cidade, pelo menos para os próximos 30 anos (infra-estruturas de saneamento, de despoluição do estuário do Tejo e de resolução das zonas críticas de inundações nas principais zonas afectadas).

Foram, entretanto, também sendo definidas as principais regras de ordenamento que permitirão opor ao casuismo reinante durante a década anterior, a transformação de Lisboa num espaço mais harmonioso e mais humanizado. Atacou-se de frente a degradação dos bairros históricos e do património edificado, elegendo a reabilitação urbana como área estratégica, tal como a habitação, o tráfego e o saneamento básico. Reanimou-se a vida urbana e os espaços públicos, ganhando a vida nocturna novas formas, novos lugares e uma nova dinâmica. O desporto, a cultura, o turismo e o ambiente foram impulsionados a um nível nunca atingido. As freguesias passaram a ser tratadas com a dignidade que lhes é devida e deram-se passos importantes na cooperação intermunicipal e metropolitana. Reforçou-se a cidadania e os direitos das populações com um alargamento do debate e de participação na vida e na política da cidade de crescentes sectores sociais, económicos e culturais.

Em síntese, Lisboa respira de novo e renasce aos olhos dos cidadãos.

Um salto qualitativo

Estamos, assim, no limiar de um mandato que caracterizamos como positivo, quer na prática da gestão dos interesses da cidade, quer no plano de funcionamento da coligação, em particular PCP e PS, os quais apesar das naturais divergências em diversas matérias e versões, souberam colocar o essencial na primeira linha das suas preocupações, posições e actuações.

Tenhamos consciência, contudo, que este mandato deve encerrar um ciclo de intervenção da cidade, com resultados palpáveis na melhoria da vida das populações.

Será necessário, assim, no próximo mandato, que resultará decerto da vitória da coligação renovada do acordo PCP/PS já anunciado, por em prática uma estratégia e linhas programáticas que, a par de prosseguirem o esforço de dotar a cidade das infra-estruturas e equipamentos de que ainda carece, dê um salto qualitativo significativo na gestão da cidade com a assunção de uma política de **ordenamento e de melhoria do ambiente urbano** como vectores fundamentais do aumento da qualidade de vida urbana.

Este estratégico salto qualitativo implicará assim uma crescente atenção e actuação nas acções tendentes a ordenar a cidade em termos de estrutura urbana e em termos funcionais, de actividades e equipamentos, de acordo com as linhas fundamentais do Plano Estratégico, Plano Director Municipal e Planos de Pórmenor para certas zonas específicas.

Por outro lado, importa compatibilizar as intervenções nas diferentes áreas da cidade, desde a zona histórica, às áreas consolidadas e às de expansão, por forma a harmonizar as inter-relações entre elas, voltar a ligar os tecidos urbanos rasgados pela degradação, pela incúria ou pela especulação e combater as tendências para a guetização urbana, cultural e social que afloram em algumas zonas.

Mas a actuação em matéria de **ambiente urbano**, como linhas indispensáveis da melhoria da qualidade de vida urbana deverão assumir idêntica prioridade no próximo mandato, como factor de modernização e de reforço da atractividade de Lisboa, como cidade para viver em pleno. Isto pressupõe uma clara opção por acções que contribuam para a **humanização** da cidade, combatendo os «vazios» preenchendo-os progressivamente com actividades que chamem a população, conduzindo a uma qualificação e apropriação do espaço público. Será indispensável actuar, assim, de forma tão integrada quanto possível, em todos os componentes que

permitam melhorar o meio ambiente, preservar e valorizar o património edificado, histórico e cultural, promover o desporto, o turismo e a cultura, participar activamente na defesa do consumidor, reforçar a segurança dos cidadãos.

Deve acentuar-se a opção estratégica pela reabilitação da zona ribeirinha desde Belém a Beiroas, como elemento indispensável de ligação da cidade ao Rio, nas diversas vertentes (ambiente, paisagística, cultural, recreativa, portuária, comercial e de transportes).

Devem valorizar-se e promover-se os elementos de percurso e paisagem urbana. A qualidade estética e arquitectónica das construções deve ser cuidada e tratada como factor sensível na gestão urbana.

Ao mesmo tempo, importa aprofundar e acelerar todas as medidas que invertam a tendência para a expulsão da população da cidade, criando condições para a sua **fixação** nas áreas centrais e residenciais, nomeadamente para os jovens, travando a sua degradação e desmembramento, favorecendo uma clara política de «**retorno ao centro**». De notar que na década de 80, devido à actuação do PSD e do CDS, Lisboa perdeu cerca de 130 000 habitantes.

Esta orientação implica: o aprofundamento das intervenções de reabilitação e requalificação urbanas em curso nas zonas históricas e o seu alargamento a outros bairros da zona central da cidade; o aprofundamento das acções em curso com vista à erradicação das barracas ainda existentes, através da construção de bairros integrados de realojamento, equipados e inseridos na malha urbana envolvente; e a diversificação das soluções e investimentos para superação das carências habitacionais, com participação da EPUL, promotores privados, cooperativas e instituições públicas em articulação com os outros municípios da área metropolitana e tendo em conta a capacidade económica da classe média e dos jovens.

O que é indispensável

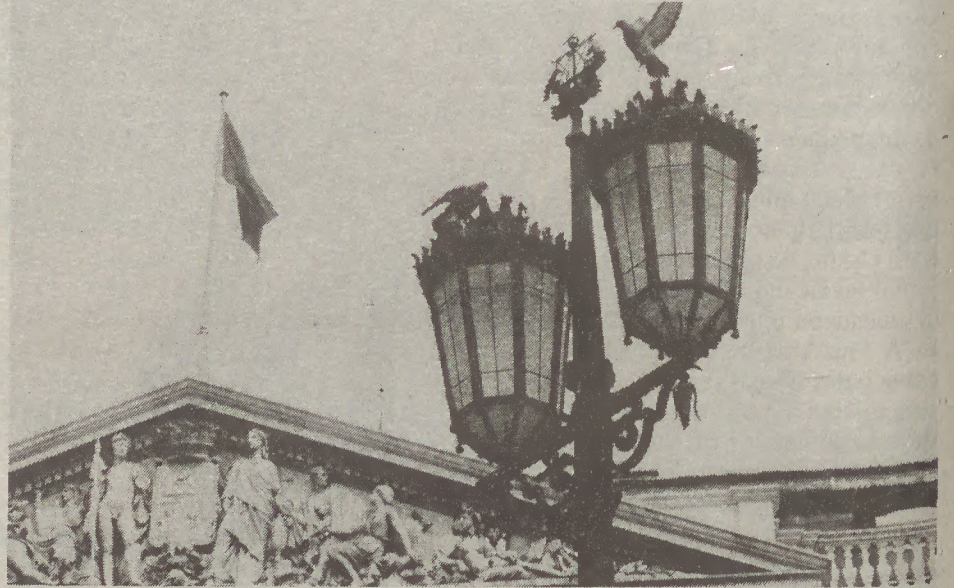
Naturalmente que em outras áreas de actuação da Câmara haverá que continuar a investir de forma de cada vez mais racional e de acordo com os meios financeiros do Município, cujo quadro de transformação, por parte de recentes e presumíveis medidas do Governo, não pode deixar de suscitar sérias preocupações.

Deste modo, será indispensável: Continuar a reformulação e reconstrução da rede viária de modo a garantir maior fluidez de circulação dentro da cidade, bem como nas suas entradas e saídas; exigir da administração central maiores investimentos nos transportes públicos da área metropolitana bem como a intervenção do município na definição das opções e coordenação dos transportes públicos da cidade; alargar as áreas e número de ruas destinadas exclusivamente a peões.

Prosseguir os investimentos no sistema de saneamento e de tratamento de águas residuais, e de despoluição do estuário do Tejo, bem como as intervenções nas zonas críticas onde se verificam inundações perigosas para as vidas e bens das populações.

Continuar o esforço de modernização do sistema de recolha, remoção e tratamento de resíduos sólidos, ampliando os projectos de reciclagem de materiais, desenvolvendo a cooperação intermunicipal e construindo as instalações de tratamento indispensáveis para a melhoria das condições ambientais de Lisboa e da sua Região.

Desenvolver políticas, programas e acções que animem a vida cultural da cidade e mobilizem os agentes culturais; par-



ticipar com empenho na organização de Lisboa 94 — Capital da Cultura, de forma a projectar a cidade na Europa e no Mundo.

Promover o desenvolvimento e a modernização da base económica da cidade, designadamente nas áreas da ciência, da investigação e desenvolvimento, das ciências do ambiente e do turismo; apoiar a organização da Expo 98, impedindo que conduza a desaproveitamentos nefastos mas, antes, que contribua para o reequilíbrio e requalificação da cidade e para a melhoria da qualidade de vida das populações.

Reestruturar os serviços do município, modernizando-os e dotando-os de melhor capacidade de resposta às necessidades das populações, tendo em conta a vocação tradicional da Câmara e do direito ao emprego dos seus trabalhadores; proceder à reforma da sua actual estrutura organizacional, adaptando-a às expectativas dos diversos interesses que emergem na cidade e criando circuitos mais ágeis e melhor adaptados às necessidades actuais; investir na formação, reclassificação e valorização profissional dos trabalhadores e suas carreiras.

Adoptar o princípio da procura de novas soluções de gestão de serviços públicos prestados pela autarquia, por forma a favorecer a desburocratização, a eficácia e a diminuição dos custos das intervenções.

Aprofundar a política de descentralização para as freguesias através de protocolos e outro tipo de acordos que estabeleçam programas definidos e permitam a sua constante avaliação.

Deve acentuar-se o empenhamento nas acções de compatibilização metropolitana como contributo para o reequilíbrio regional, através da criação articulada de novas centralidades, com especial relevância para novos pólos de emprego, e de meios e modos de transportes colectivos que permitam uma mais cómoda e rápida acessibilidade e mobilidade interna regional das populações.

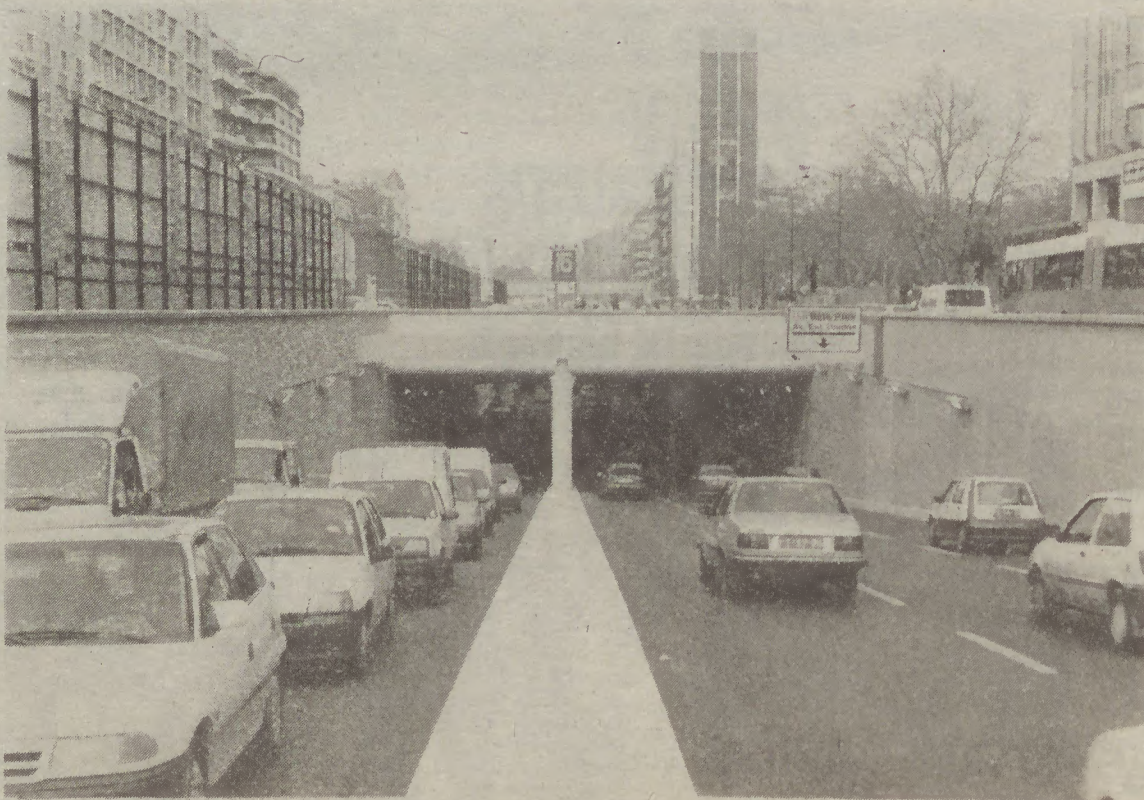
Institucionalizar mecanismos de negociação entre o município e o poder central para permitir a resolução de problemas em que se sobrepõem diferentes interesses e competências.

Lisboa respira de novo e renasce aos olhos dos cidadãos. Trata-se agora de fazer de Lisboa, no limiar do séc. XXI, uma cidade pujante de vida, moderna, atractiva, para viver e trabalhar.

Lisboa Capital Atlântica da Europa que potencia todas as suas inegáveis qualidades de Cidade Histórica, charneira entre a Europa, África e América, entreposto de culturas e de vivências que nos orgulhem enquanto povo e que projecte no Mundo a sua vocação e o seu Estatuto de Cidade Mensageira da Paz, solidária com os que lutam pela sua dignidade.

É este o compromisso dos candidatos que o PCP apresenta para integrarem a Coligação de Esquerda às eleições autárquicas na Cidade de Lisboa.

(*) Intervenção nas Jornadas Autárquicas do PCP, em 17/4/93, para apresentação dos principais candidatos do PCP no âmbito da Coligação «Por Lisboa». Subtítulo da responsabilidade da Redacção.



PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

Actualidade

Quatro mangos estão sentados no banco dos réus. Ou antes, sentados, não: repimpados com sorrisos faiscantes.

Banco de boa garupa seria, e de grande classe, se em vez de quatro sentasse uns dez mil, ou upa, ou upa!

Toc, toc, toc

Eis o secretário
toc, toc, toc
pra ser milionário
vai tudo a reboque.
Subsecretário
a carvão de escroque
come do erário
toc, toc, toc.
O amigo vário
com subtil estoque
lá vai salafrário
e num golpe faz
toc, toc, toc
burla de alta estante...

O Cavaco atrás
o ladrão adiante...

Dentes eficientes

Antigamente havia o Pad' Zé
o amigo Banana, o La Palisse
e o maior na tolice
grande Dr. Assis. Hoje quem é?
Quem do trono os clássicos arreda?
Quem há-de ser, leitores? O Peneda.

Diz ele que vai dar um prémio a quem
empregar deficientes.
Logo se vê que vem
dar mais aos dentes
do Primeiro-Ministro, a ajuizar
pelos que tem consigo a governar.

Chegada a ocasião
uns para os outros os amigos são.

Pacotes

Sai um pacote para a inducação.
Sai um pacote para a lopescultura.
Sai um pacote para a impostura.
Sai um pacote para a destruição.

Sai um pacote para a restauração.
Sai um pacote para a investidura.
Sai um pacote para a ingricultura.
Sai um pacote para a extrema-unção.

Pacote sem miolo não tem lógica.
Mas já se diz que é guerra psicológica.
Pra ver se a crise algum sossego alcança.

Vem da Europa mesquinha, fraca esmola.
De promessas o rico se consola.
Só a pobreza doidamente avança.

■ IGNOTUS SUM

Até pró ano...

Há grupos políticos que, após as eleições, enrolam as bandeiras e desaparecem sem deixar rasto até que, anos depois, terminada a longa hibernação, se levantam de novo e, normalmente em grande berraria, afirmam que estiveram sempre ali e que ali estão de novo prontos para mais uma campanha. Também no turvo limbo sindical da UGT o mesmo se passa e, de vez em quando, temos Torres Couto a brindar com Cavaco, Torres Couto a casar-se, Torres Couto no 1.º de Maio em Belém. Depois, arruma as malas e desaparece, saindo da sonolência apenas para falar mal da Inter e falar bem de ex-comunistas. O que era até há pouco inédito, entretanto, sucedeu em Belém. Torres Couto anunciou a sua próxima aparição, ameaçando o Governo de Cavaco a seis meses de distância! É verdade. Certamente para dar tempo ao Primeiro-Ministro de preparar-se para o «embate», Couto ameaçou-o nada menos do que com uma greve geral para... Outubro! Há quem se interrogue sobre este, pelo menos, intempestivo anúncio. E há também quem adiante algumas razões. Segundo o «Público» de anteontem, «alguns interpretaram a ideia como uma manobra de diversão do líder ugetista para afastar os efeitos negativos de notícias sobre o seu envolvimento num escândalo sexual e um alegado perdão fiscal

concedido pelo Governo à UGT»...

Funerária

Com a sua vocação funerária, António Barreto costuma ocupar-se de enterros. Deve ser o que mais lhe agrada. Já enterrou o comunismo, já enterrou os partidos comunistas, já se atreveu mesmo a enterrar o «Avante!». E, se a realidade o deixasse, há muito que estaríamos todos enterrados, trabalhadores, progressistas, comunistas. Ficou-lhe certamente o gosto de ter sido dos primeiros a desferir os primeiros golpes na Reforma Agrária. E certamente, também, o desgosto de não ter sido ele a fazer-lhe o funeral. Agora, volta-se para os sindicatos. Nas notazinhas que regularmente produz no «Público», quase em jeito de publicidade funerária, anuncia que «os sindicatos são inúteis ou mesmo prejudiciais para a maioria dos trabalhadores que não lhes pertencem»... Nesta área, entretanto, há outras agências a operar. Barreto sujeita-se a uma certa concorrência...

Os fundadores refundados

Seguindo o ditado de que «muitos poucos fazem muitos», alguns fundadores da «Plataforma de Esquerda», trinta — o que representaria 30 por cento do total dos seus activistas, conforme reza o «Expresso» — «rebelaram-se contra o

caminho político que tem sido trilhado pela PE (onde sobressai o acordo firmado pela direcção do movimento com o Partido Socialista)». Segundo ainda aquele semanário, aquela percentagem da PE preferia associar-se a «cidadãos independentes ou a partidos sem ambições hegemónicas, como a UDP, o PSR ou o MDP». Mas sempre a pensar em «refundar a esquerda». Por este andar acabam todos completamente refundados.

Profundidades

Em entrevista a um semanário, o candidato do «Movimento o Partido da Terra» — mais uma sigla para decorar durante uns meses e esquecer depois — dá uma ideia da «leveza» das suas propostas para a Câmara de Lisboa. «É um projecto inteiramente baseado em anos de estudo dos problemas da capital», diz o «Expresso». E a gente, ao ler, fica a pensar como é possível que tanto estudo dê para tão pouco, para tão vago, para tanto lugar-comum.

No entanto, Ribeiro Telles não deixa de acertar em algumas observações que faz. Por exemplo, quando diz que «Macário Correia vai ter uma intervenção periférica e folclórica em relação à profundidade dos problemas». Mas também o que é que se queria dele? O seu antecessor nestas lides, Rebelo de Sousa, mergulhou fundo no Tejo e foi o que se viu...

frases da Semana

“Só ia para a SIC para provar que era possível mudar as coisas e fazer melhor”

☞ (Manuela Moura Guedes - «Semanário», 30.04.93)

“É preciso criar um modelo. Lisboa não pode crescer à imagem de Nova Iorque: um centro de escritórios, uma área horrível de dormitórios e depois aldeias, fora da cidade.”

☞ (Ribeiro Telles - «Expresso», 1.05.93)

“O Governo, habituado a tratar os cidadãos como menores, ao se arrogar o direito de pouco ou nada lhes explicar em nome do poder emanado de um programa e de uma maioria eleitorais, oferece dúvidas por sua própria culpa.”

☞ (Vitor Cunha Rego - «Diário de Notícias», 3.04.93)

“Se alguém aqui dentro repetir o que anda a sugerir aos jornais e à rádio, que se levante para eu lhe dar um par de bofetadas.”

☞ (Luís Galdes, deputado do PSD, no rescaldo da crise jornalistas-PSD, citado em «Expresso», 1.05.93)

“O renascimento da oposição não escapou ao fino faró de Sousa Pedreira (Marcello Rebelo de Sousa). Não é fortuitamente que ele compara o fim do «cavaquismo» ao fim do «marcellismo». Nem que fornece a última prova: de facto, as «forças de bloqueio» estão também dentro do PSD.”

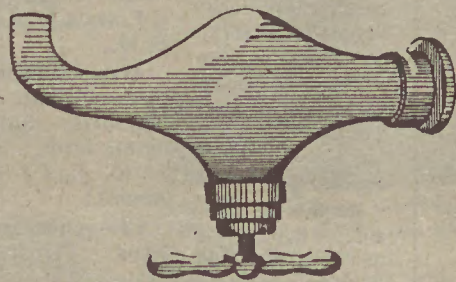
☞ (Vasco Pulido Valente - «O Independente», 30.04.93)

“Começou como escriturário numa Caixa de Previdência. Foi subindo na vida e ingressou na RDP como técnico de som. O currículo não prometia grande coisa ao menino saído dos bancos da escola de Alvalázere. Mas depois de ter sido dactilógrafo conseguiu chegar a secretário de Estado da Segurança Social. Do controlo das frequências de rádio chegou à cadeira de presidente da estação emissora para, finalmente, acabar em ministro da Saúde.”

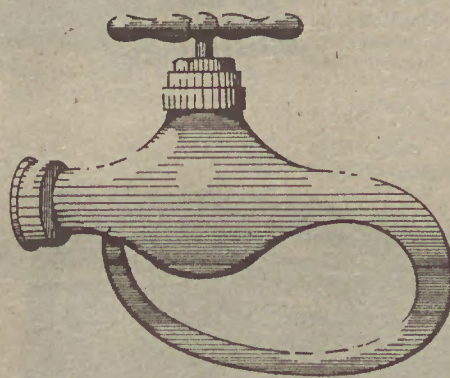
☞ («Faces», biografia de Arlindo de Carvalho - «Expresso», 1.05.93)

“Para este Governo, está feita a prova da Lei de Murphy - «Tudo o que puder correr mal correrá».”

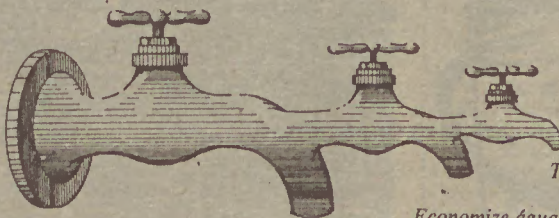
☞ (Nuno Brederode dos Santos - «Expresso-Revista», 1.05.93)



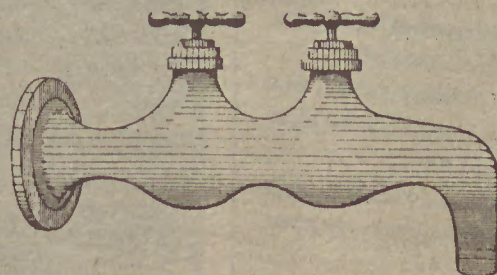
Torneira de jacto ascendente



Torneira económica chamada «O Elefante». Pela sua forma particular, praticamente não consome água



Torneira com diferentes débitos
Economize água escolhendo o débito adequado



Torneira de segurança. Se esquecer de fechar um manípulo, o segundo manterá, apesar disso, a torneira fechada. Se também esquecer de fechar o segundo, não podemos fazer mais nada por si

FESTA 1993

Avante!

COMPRE JÁ A SUA

EP ENTRADA PERMANENTE

A venda nas Sedes do PCP

Não deixe para amanhã o que pode fazer hoje

EP'ra já!



3. 4. 5 SETEMBRO ■ ATALAIA • AMORA • SEIXAL

Festa do Avante!

A força do Ideal
A confiança no Projecto
A vontade de Transformar
A alegria de Viver

POR UMA EP
3 DIAS DE FRATERNIDADE
CULTURA E ESPECTÁCULO.



FESTA 1993

Avante!

Festa dos Comunistas,
Festa da Juventude,
Festa de Todos.

SETEMBRO						
D	2.a	3.a	4.a	5.a	6.a	S
-	-	-	1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18

4 RAZÕES PARA COMPRAR JÁ A EP

- 1 Assegurar a solidariedade material necessária para a construção e o futuro da Festa.
- 2 Obter a entrada para 3 dias de convívio, debate, cultura, espectáculo, fraternidade.
- 3 Apoiar a maior realização democrática de massas que actualmente se realiza em Portugal. Obra dos Comunistas, Festa de Todos.
- 4 Contribuir para que a Festa do Avante 93, seja uma poderosa manifestação democrática. De recusa da política de direita. De afirmação da necessidade duma política diferente, com o PCP. De mobilização para o necessário sucesso eleitoral da CDU nas eleições autárquicas.

Agenda

ALMADA

Plenário da célula da Lisnave sobre a situação na empresa. Hoje.

4ª Assembleia da Organização do Monte da Caparica: sábado, às 15.00, com a participação do camarada José Vitoriano.

AMADORA

Plenário de militantes da freguesia da Buraca, com a participação do camarada Júlio Filipe: hoje, quinta-feira, às 21.30, no Polidesportivo.

ALCABIDECHE

Reunião de camaradas reformados da freguesia de Alcabideche: quarta-feira, dia 12, às 15.00, no Centro de Trabalho.

BARREIRO

Na nossa terra com... Militares de Abril: primeira de uma série de iniciativas promovidas pela Comissão Concelhiã do PCP com personalidades de diversas áreas. Os primeiros convidados estarão no Barreiro na sexta-feira, dia 7, e serão recebidos no CT do PCP às 14.30; ao longo da tarde têm encontros com ORTs do concelho (na Quimigal) e com a Autarquia (na Câmara Municipal); participam às 19.00 num jantar no restaurante "O Colega" e - às 21.30 - num debate com a população nos Celtas (31 de Janeiro). Estarão presentes Vasco Gonçalves e Rosa Coutinho.

BRAGANÇA

Reunião de apoiantes e candidatos da CDU: no CT do PCP, hoje, quinta-feira, às 21.30.

BUCELAS

"Que desenvolvimento e futuro para Bucelas?" - debate público promovido pela CDU, com a participação de

Francisco Pereira, vereador da CM de Loures e António Leitão, presidente da Junta de Freguesia de Bucelas. Sexta-feira, dia 7, às 21.30, no Centro de Dia da Terceira Idade.

CARCAVELOS

Reunião dos camaradas reformados da freguesia de Carcaveiros: terça-feira, dia 11, às 15.00, no CT de Sassoeiros.

ESTORIL

Reunião de camaradas reformados da freguesia do Estoril: hoje, quinta-feira, às 15.30, no Centro de Trabalho de Cascais, com a participação do camarada Aníbal Guerreiro.

Reunião com os camaradas residentes em Alapraia (Estoril): sexta-feira, às 21.30, em casa da camarada Esperança.

FANHÕES

Sessão pública promovida pela CDU com a participação do vereador da CM de Loures Duarte Nuno: sexta-feira às 21.30, na Sociedade Recreativa Casainhos.

LISBOA

Debate sobre o 25 de Abril, promovido pela JCP, com a participação do camarada Dias Lourenço: na sede da JCP, sexta-feira às 21.30.

Arroios - Plenário de militantes da freguesia: hoje, quinta-feira, às 21.30, no CT de Arroios.

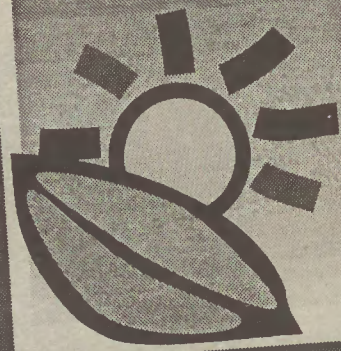
Célula dos Gráficos - Plenário. Sexta-feira às 19.30, no CT da Av. Duque de Loulé.

Ameixoeira - Plenário de militantes da freguesia: sexta-feira às 21.00, no CT do Lumiar.

Ajuda - Plenário de militantes da freguesia: sexta-feira às 21.00.

com o PCP, com a CDU

um bom trabalho
melhores
soluções



PCP 25. MAIO 73 LISBOA
CONFERÊNCIA NACIONAL
sobre Poder Local
e as Eleições Autárquicas

guesia: sexta-feira às 21.00.

Movimento Associativo - Reunião de camaradas organizados na Zona Norte de Lisboa: terça-feira, dia 11, às 21.00, no CT Vitória.

Gulbenkian - Plenário da célula: quarta-feira, dia 12, às 18.00, no CT da Av. António Serpa.

Reformados de Arroios - Convívio. Quarta-feira, dia 12, às 15.30, no CT de Arroios.

Bancários - Plenário do sector. quinta-feira, dia 13, às 17.30, no CT Vitória.

Santa Isabel - Plenário da organização de freguesia: quinta-feira, dia 13, às 21.00, no CT de Santos.

LOURES

Plenário concelhio de reformados: hoje, quinta-feira, às 15.00, no Centro de Trabalho de Loures.

ODIVELAS

Plenário de militantes da freguesia

PONTINHA

Plenário de activistas da CDU, com a participação de Paulo Piteira, vereador da CM de Loures: sexta-feira, dia 7, às 21.30, na Escola Primária do Bairro Falcão.

BARREIRO

Sexta-feira, 7

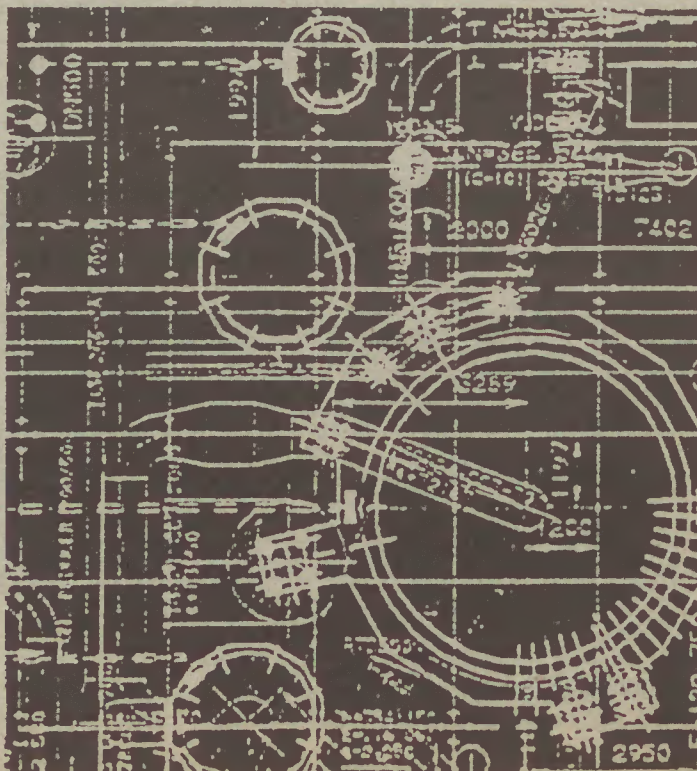
Na nossa terra
com militares
de Abril

Jantar-convívio
às 19h00
em "O Colega"

Debate
às 21h30
nos Celtas

com

Gen. Vasco Gonçalves
Alm. Rosa Coutinho



Encontro
Nacional
do PCP
sobre
Engenharia
em Portugal

Sab. 15 de Maio 1993 - 10 horas
Sala A2
FORUM PICOAS
LISBOA

Agenda Televisão

Quinta, 6

- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja das Ideias
- 11.00 As Diabruras do Pimentinha
- 11.30 Notas para Si
- 12.50 Culinária
- 12.05 Bebê a Bordo
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 13.55 Perícia e Glória
- 14.25 Ponto por Ponto
- 15.00 Sedução (ver «Filmes na TV»)
- 16.30 Rua Sésamo
- 17.00 Brinca Brincando
- 17.35 Crime, Disse Ela
- 18.25 Roda da Sorte
- 19.00 A Banqueira do Povo

Sexta, 7

- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja das Ideias
- 11.00 Pole Position
- 11.30 Agora é que São Elas
- 11.50 Culinária
- 12.05 Bebê a Bordo
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 13.55 Faces da Cultura
- 14.25 Ponto por Ponto
- 15.15 O Dólar (ver «Filmes na TV»)
- 16.35 Rua Sésamo
- 17.00 Brinca Brincando
- 17.35 Crime, Disse Ela
- 18.25 Roda da Sorte
- 19.00 A Banqueira do Povo
- 20.00 Telejornal

Sábado, 8

- 08.00 Programa Infantil e Juvenil
- 12.10 Luta Livre Americana
- 13.05 Parlamento
- 13.45 Clube Disney
- 15.10 «Death in the Clouds» (ver «Filmes na TV»)
- 17.00 Chefe, Mas Pouco
- 17.30 Feira da Música
- 18.00 Arca de Noé
- 18.50 O Herói Relâmpago
- 19.45 Totoloto
- 20.00 Jornal de Sábado
- 20.40 Felicidade
- 22.25 Parabéns
- 23.50 Sessão Dupla I (três filmes em alternativa - ver «Filmes na TV»)
- 01.30 Sessão Dupla II -

Domingo, 9

- 08.00 À Mão de Semear
- 08.25 Programa Juvenil
- 10.30 70 x 7
- 11.00 Missa
- 12.45 Programa Juvenil
- 13.00 Notícias
- 13.05 A Menina do Futuro
- 13.35 Top +
- 14.25 Olha que Dois
- 15.20 Beverly Hills 90210
- 16.20 Morrer em Malta (ver «Filmes na TV»)
- 17.50 Sons do Sol
- 18.45 Preço Certo
- 20.00 Jornal de Domingo
- 20.40 Felicidade
- 22.20 Casa Cheia
- 23.00 Adeus ao Rei (ver «Filmes na TV»)
- 00.55 Conversa Afiada

Segunda, 10

- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja das Ideias
- 11.00 Mike e Angelo
- 11.30 Agora é que São Elas!
- 11.50 Culinária
- 12.15 Bebê a Bordo
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 14.00 Santuários Selvagens
- 14.25 Ponto por Ponto
- 15.05 Por Sua Conta e Risco (ver «Filmes na TV»)
- 16.40 Rua Sésamo
- 17.10 Brinca Brincando
- 17.35 Crime, Disse Ela
- 18.25 A Roda da Sorte
- 19.00 A Banqueira do Povo
- 20.00 Telejornal
- 20.30 Pedra sobre Pedra
- 21.40 Cupido Electrónico
- 22.10 Entre Famílias
- 23.25 Amor, Mentiras e Crime
- 00.25 24 Horas

Terça, 11

- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja das Ideias
- 11.00 Lola e os Amigos
- 11.30 Notas para Si
- 11.50 Culinária
- 12.15 Bebê a Bordo
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 13.55 O Mundo da Ciência
- 14.25 Ponto por Ponto
- 15.00 Doutor... Agora é que são Elas (ver «Filmes na TV»)
- 16.30 Rua Sésamo
- 17.00 Brinca Brincando
- 17.35 Crime, Disse Ela
- 18.25 A Roda da Sorte
- 19.00 A Banqueira do Povo
- 20.00 Telejornal
- 20.35 Pedra sobre Pedra
- 21.40 Isto Só Vídeo
- 22.10 Você Decide
- 23.05 De Caras
- 00.45 24 Horas

Quarta, 12

- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja das Ideias
- 11.00 Inspector Engenhocas
- 11.30 Isto é Magia
- 11.50 Culinária
- 12.15 Bebê a Bordo
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 13.55 Entre Guerras
- 14.25 Ponto por Ponto
- 14.55 Doutor, Tenha Maneiras (ver «Filmes na TV»)
- 16.30 Rua Sésamo
- 17.00 Brinca Brincando
- 17.35 Crime, Disse Ela
- 18.25 Roda da Sorte
- 19.00 A Banqueira do Povo
- 20.00 Telejornal
- 20.35 Pedra sobre Pedra
- 21.40 Vamos Jogar no Totobola
- 21.55 Dick Tracy (ver «Filmes na TV»)
- 23.45 ZBC - No Ar
- 00.15 24 Horas



O Sorriso do Lagarto é uma nova telenovela brasileira, a transmitir à noite na TV2, de segunda a sexta-feira, que herda da anterior «a problemática da engenharia genética»...

- 20.00 Telejornal
- 20.30 Pedra Sobre Pedra
- 21.40 Grande Noite
- 22.40 «Pacific Station»
- 23.10 Raízes do Poder
- 00.15 24 Horas

- 20.30 Pedra Sobre Pedra
- 21.40 Marina, Marina
- 22.15 Concurso «Miss Portugal»
- 00.15 24 Horas
- 01.05 Jekyll and Hyde (ver «Filmes na TV»)
- 02.05 A Herança da Carne (ver «Filmes na TV»)

«Miles to Go» (ver «Filmes na TV»)

- 08.00 Caminhos
- 08.30 Novos Horizontes
- 09.00 Universidade Aberta
- 12.00 O Túmulo Índio (ver «Filmes na TV»)
- 13.35 Sherlock Holmes
- 14.30 Pé Grande e os Amigos
- 15.05 Filhos da Estrela de Alva
- 16.00 TV2 Desporto
- 22.45 No Cumprimento do Dever
- 23.45 GBH - O Homem Fatal
- 00.40 Popoff
- 01.05 Contradições

12.00 O Soldado Joe

- 12.30 Aventuras dos T-Rex
- 13.00 Stingray, o Super Submarino
- 13.30 Batman
- 14.00 Sic Notícias
- 14.05 As Mais Belas Máquinas
- 14.30 Aventura
- 15.00 Os Invasores de Marte (ver «Filmes na TV»)
- 16.40 Comando Relâmpago
- 17.05 Justiça Negra
- 18.00 Grandes Planos
- 18.30 Selvagens e Perigosos
- 19.00 Passo a Passo
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.05 Telefilme: «Chernobyl - O Aviso Final»
- 21.55 Água na Boca
- 22.50 Último Jornal
- 23.15 Volta a Espanha em Bicicleta
- 23.30 Curto-Circuito (ver «Filmes na TV»)

10.00 Os Construtores da História

- 11.00 Documentário
- 12.00 Colégio Interno
- 13.00 Informação
- 13.10 Contra-Ataque
- 14.10 Lágrimas (compacto)
- 18.30 Agatha Christie
- 19.30 Informação Quatro
- 20.10 Os Bastidores do Espectáculo
- 20.35 O Momento da Verdade - II (ver «Filmes na TV»)
- 22.35 Cozido à Portuguesa
- 23.15 Kramer Contra Kramer (ver «Filmes na TV»)
- 01.15 Meteorologia

- 08.00 Clássicos da TV
- 09.00 Regiões
- 10.00 Em Busca de...
- 10.30 Realce
- 11.00 Desporto - Automobilismo
- 13.00 Forum Musical
- 13.50 TV2 Desporto
- 23.15 Vão às Cegas
- 00.10 Sombras sobre Moscovo

10.30 Gente Fina (Compacto)

- 12.00 Livro da Selva
- 12.30 Rugrats
- 13.00 Pássaros de Fogo
- 14.00 Sic Notícias
- 14.05 A Saga da Fórmula Um
- 14.30 Um Planeta Uma Família
- 15.00 O Dinheiro do Céu (ver «Filmes na TV»)
- 17.30 National Geographic
- 18.20 Benny Hill
- 18.55 Cosby Show
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.05 Internacional SIC
- 20.35 Batalhas Conjugais



Lisa Stansfield em Wembley ou Annie Lennox em Montreux — proposta das «Últimas Notas» do Canal 2 na sexta-feira



- 21.30 Deseja-me Sorte
- 22.30 Valentina
- 23.05 Crimes
- 23.45 Último Jornal
- 00.10 Volta a Espanha em Bicicleta
- 00.25 Desporto

10.00 A Casa do Tio Carlos

- 11.00 Animação
- 11.30 Actualidade Religiosa
- 12.00 Vaticano em Directo
- 12.15 Missa
- 13.15 Rica Saúde
- 14.15 Telhados de Vidro (compacto)
- 15.15 Como é Bom Amar (ver «Filmes na TV»)
- 18.10 Heights - A História de um Conjunto
- 19.00 Janelas Virtuais
- 19.30 Informação Quatro
- 20.05 Rumores
- 20.35 Cagney & Lacey
- 21.35 O Preço da Justiça
- 23.15 Meteorologia

09.00 Videotexto

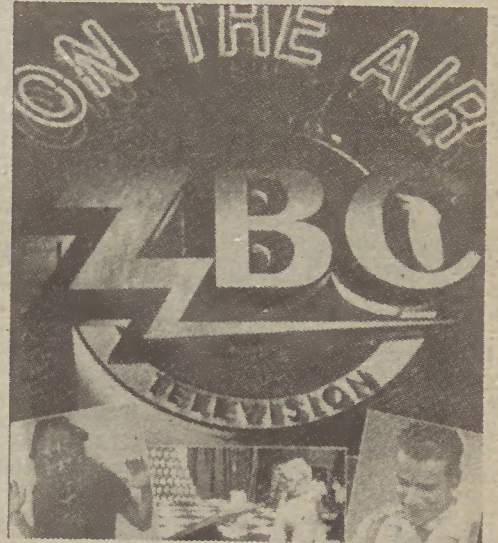
- 10.30 Grandes Tormentos
- 10.55 Infantil
- 12.05 Eternos Novatos
- 12.30 Os Anos Dourados
- 13.00 Mal de Família
- 13.30 Agora, Escolha!
- 14.45 Roc
- 15.15 Euroritmias
- 16.20 Na Rota da Antártida
- 17.10 Chá das Cinco
- 18.10 Carrusel
- 18.55 Os Trintões
- 19.50 Cinemazine
- 20.30 Artes e Letras
- 21.30 O Sorriso do Lagarto
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.00 Remate
- 23.10 Frente a Frente
- 00.10 Olhares e Sorrisos (ver «Filmes na TV»)

16.30 Sic Notícias

- 16.40 Gente Fina
- 17.20 Paixões Secretas
- 18.00 Sic Notícias
- 18.10 Gladiadores

09.00 Videotexto

- 10.30 Grandes Tormentos
- 11.00 Infantil
- 11.30 A Loucura Normal



ZBC — No ar (quarta-feira no Canal 1) assinala o regresso de David Lynch às séries televisivas — agora numa comédia sobre a própria televisão nos tempos do «directo»

- 12.30 Os Anos Dourados
- 13.00 Mal de Família
- 13.30 Agora, Escolha!
- 14.55 Roc
- 15.35 Euroritmias
- 16.25 Para Além do Ano 2000
- 17.15 Chá das 5
- 18.10 Carrusel
- 18.55 Os Trintões
- 19.55 Aventura do Conhecimento
- 20.20 V. Exa. Chamou?
- 21.30 O Sorriso do Lagarto
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.00 Remate
- 23.10 Piquenique em Hanging Rock (ver «Filmes na TV»)
- 01.00 Últimas Notas

- 10.55 Infantil
- 12.05 O Império de Brittas
- 12.30 «Wonder Years»
- 13.00 Mal de Família
- 13.30 Agora, Escolha!
- 14.55 Roc
- 15.30 Euroritmias
- 16.20 Documentário
- 17.15 Chá das Cinco
- 18.15 Carrusel
- 18.55 Os Trintões
- 19.35 TV Artes
- 20.05 Aventuras da Liberdade
- 21.10 O Sorriso do Lagarto
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.00 Remate
- 23.10 O Barba Ruiva (ver «Filmes na TV»)
- 02.10 Tauromaquia

16.30 Notícias

- 16.40 Gente Fina
- 17.20 Paixões Secretas
- 18.10 Sic Notícias
- 18.20 Os Gladiadores Americanos
- 19.00 Praça Pública
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.10 De Corpo e Alma
- 21.40 Falas Tu ou Falo Eu
- 22.40 Terça à Noite
- 23.55 Jogar em Casa
- 00.35 Último Jornal
- 01.05 MTV

16.30 Sic Notícias

- 16.35 Gente Fina
- 17.20 Paixões Secretas
- 18.10 Sic Notícias
- 18.20 Os Gladiadores Americanos
- 19.00 Praça Pública
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.10 De Corpo e Alma
- 21.40 A Brincar, a Brincar...
- 22.15 Sexo Forte
- 23.20 Lei e Ordem
- 00.25 Último Jornal
- 00.55 MTV

- 09.00 Videotexto
- 10.30 Grandes Tormentos
- 10.55 Infantil
- 11.30 A Loucura Normal
- 12.30 «Wonder Years»
- 13.00 Mal de Família
- 13.30 Agora, Escolha!
- 14.55 Roc
- 15.30 Euroritmias
- 16.20 Dinossauros
- 17.10 Chá das 5
- 18.15 Carrusel
- 19.10 Os Trintões
- 20.05 Ópera: «Dama de Espadas» (2ª parte)
- 21.30 Barriga de Aluguer
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.00 Remate
- 23.10 Interiores
- 24.00 Erro de Juventude (ver «Filmes na TV»)

- 09.00 Videotexto
- 10.30 Grandes Tormentos
- 10.55 Infantil
- 12.00 Vidas a Meias
- 12.30 «Wonder Years»
- 13.00 Mal de Família
- 13.25 Agora Escolha
- 15.00 Euroritmias
- 16.00 Volcibol
- 17.30 Chá das Cinco
- 18.25 Carrusel
- 19.05 Rotações
- 20.00 Dramazine
- 20.30 Acerto de Contas
- 21.30 Barriga de Aluguer (últº episódio)
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.00 Remate
- 23.10 Bob, o Jogador (ver «Filmes na TV»)
- 00.40 Últimas Notas (Annie Lennox ou Lisa Stansfield)

- 16.30 Sic Notícias
- 16.40 Gente Fina
- 17.15 Paixões Secretas
- 18.05 Sic Notícias
- 18.15 Os Gladiadores Americanos
- 18.55 Praça Pública
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.05 De Corpo e Alma
- 21.30 O Exterminador Implacável (ver «Filmes na TV»)
- 23.35 Último Jornal
- 24.00 Volta a Espanha em Bicicleta
- 00.15 Playboy
- 01.15 Boxe
- 02.05 MTV

16.30 Série Infantil

- 17.00 A Casa do Tio Carlos
- 17.25 Lágrimas
- 18.15 Telhados de Vidro
- 18.40 Rica Saúde
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação Quatro
- 20.20 Já Tocou!
- 20.45 Uma Aventura nos Alpes
- 21.15 Cresce e Aparece
- 21.40 Telemotor
- 22.10 Reliquia Macabra (ver «Filmes na TV»)
- 24.00 Olhares
- 00.30 Ponto Final
- 00.45 Meteorologia

- 16.30 Sic Notícias
- 16.40 Gente Fina
- 17.15 Paixões Secretas
- 18.05 Sic Notícias
- 18.15 Os Gladiadores Americanos
- 18.55 Praça Pública
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.05 De Corpo e Alma
- 21.30 Repórter da Meia-Noite
- 22.30 Conta Corrente
- 23.45 Último Jornal
- 00.10 Volta a Espanha em Bicicleta
- 00.25 MTV

16.30 Desenhos Animados

- 17.05 A Casa do Tio Carlos
- 17.25 Lágrimas
- 18.15 Telhados de Vidro
- 18.40 Rica Saúde
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação Quatro
- 20.05 Já Tocou!
- 20.30 Uma Aventura nos Alpes
- 21.00 Cresce e Aparece
- 21.40 Desporto: Na Maior
- 22.10 Informação - «Referendo: Presidencialismo»
- 23.15 Farda e Coração
- 00.05 Informação
- 00.20 Meteorologia

16.30 Desenhos Animados

- 17.00 A Casa do Tio Carlos
- 17.25 Lágrimas
- 18.15 Telhados de Vidro
- 18.40 Rica Saúde
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação Quatro
- 20.05 Já Tocou!
- 20.30 Uma Aventura nos Alpes
- 21.00 Cresce e Aparece
- 21.25 Fátima: História e Mensagem
- 22.05 Procissão das Velas
- 22.35 Cartas de Amor
- 23.35 Mancuso
- 00.25 Desporto Motorizado
- 01.05 Ponto Final
- 01.20 Meteorologia

Filmes na TV

QUINTA, 6

Sedução

«En Ende Natti» (Suécia/1939). Real.: Gustaf Molander. Int.: Ingrid Bergman, Edvin Adolphson, Aino Taube, Olof Sandborg. P/B, 90 min. *Ver Destaque.* (15.00, Canal 1)

Erro de Juventude

«Erreur de Jeunesse» (Fr/1989). Real.: Radovan Tadic. Int.: Francis Frappat, Muni, Géraldine Danon, Patrick Bauchau. P/B, 90 min. *Drama.* (00.10, TV 2)

SEXTA, 7

O Dólar

«Dollar» (Suécia/1938). Real.: Gustaf Molander. Int.: Ingrid Bergman, Georg Rydeberg, Kotti Chave, Tutta Rolf. P/B, 75 min. *Comédia.* (15.15, Canal 1)

O Exterminador Implacável

«The Terminator» (EUA/1984). Real.: James Cameron. Int.: Arnold Schwarzenegger, Linda Hamilton, Michael Biehn. *Ficção Científica.* (21.30, SIC)

A Relíquia Macabra

«The Maltese Falcon» (EUA/1941). Real.: John Huston. Int.: Humphrey Bogart, Mary Astor, Sydney Greenstreet, Peter Lorre, Gladys George. «Colorizado», 100 min. *Ver Destaque.* (22.10, Quatro)

Bob, O Jogador

«Bob Le Flambeur» (Fr/1955). Real.: Jean-Pierre Melville. Int.: Isabel Corey, Roger Duchesne, Daniel Cauchy, Gérard Buhr. P/B, 97 min. *Ver Destaque.* (23.10, TV 2)

A Herança da Carne

«Home From The Hill» (EUA/1959). Real.: Vincent Minnelli. Int.: George Hamilton, George Peppard, Eleanor Parker, Robert Mitchum. Cor, 142 min. *Ver Destaque.* (02.30, Canal 1)

SÁBADO, 8

O Túmulo

«Das Indische Grabmal» (RFA/Fr./It./1958). Real.: Fritz Lang. Int.: Debra Paget, Walter Reyer, Paul Hubschmid, Claus Holm. Cor, 90 min. *Ver Destaque.* (12.00, TV 2)

Os Invasores de Marte

«Invaders From Mars» (EUA/1986). Real.: Tobe Hooper. Int.: Karen Black, Junter Carson, Timothy Bottoms. Cor, 96 min. *Ver Destaque.* (15.00, SIC)

«Death in the Clouds»

(Gr.Br./1992). Real.: Stephen Whitaker. Int.: David Suchet, Philip Jackson, David Firth. Cor, 110 min. *Ver Destaque.* (15.10, Canal 1)

Chernobyl: O Aviso Final

«Chernobyl: The Final Warning» (EUA/1991). Real.: Anthony Page. Int.: John Voigt, Jason Roberts, Sammi Davis. Cor, 100 min. *Telefilme.* (20.05, SIC)

O Momento da Verdade II

«Karate Kid II» (EUA/1986). Real.: John G. Avildsen. Int.: Ralph Macchio, Noriyuki «Pat» Morita, Martin Kove. Cor, 113 min. *Karate.* (20.35, Quatro)

Kramer contra Kramer

«Kramer vs. Kramer» (EUA/1979). Real.: Robert Benton. Int.: Dustin Hoffman, Meryl Streep, Jane Alexander, Justin Henry. Cor, 121 min. *Ver Destaque.* (23.15, Quatro)

Curto-Circuito

«Short Circuit» (EUA/1986). Real.: John Badham. Int.: Ally Sheedy, Steve Guttenberg, Fisher Stevens, G. W. Bailey. Cor, 95 min. *Ver Destaque.* (23.30, SIC)

As Mãos do Estripador

(Gr.Br.). Real.: Peter Sarsy. *Terror* (Alternativa I); *Contratelo um Assassino* (Finl./Suécia/1990). Real.: Aki Kurismaki. *Comédia negra* (Alternativa II); *Emmanuelle* (Fr./1974). Real.: Just Jaeckin. *Erótico* (Alternativa III). (23.50, Canal 1)

«Miles to Go» (EUA/1986).

Real.: David Greene. Int.: Jill Clay-

burgh, Tom Skerritt, Mimi Kuzyk, Rosemary Dunsmore. Cor, 89 min. *Telefilme.* (01.20, Canal 1)

DOMINGO, 9

O Dinheiro do Céu

«Pennies From Heaven» (EUA/1981). Real.: Herbert Ross. Int.: Steve Martin, Bernardette Peters, Christopher Walken. Cor, 103 min. *Ver Destaque.* (15.00, SIC)

Como É Bom Amar

«Bye Bye Birdie» (EUA/1963). Real.: George Sidney. Int.: Janet Leigh, Dick Van Dyke, Ann-Margret, Maureen Stapleton. Cor, 112 min. *Ver Destaque.* (16.00, Quatro)

Morrer em Malta

«Trenchcoat» (EUA/1983). Real.: Michael Tuchner. Int.: Margot Kidder, Robert Hays, David Suchet. Cor, 87 min. *Comédia policial.* (16.15, Canal 1)

Adeus ao Rei

«Farewell to the King» (EUA/1988). Real.: John Milius. Int.: Nick Nolte, Nigel Havers, Frank McRae, James Fox. Cor, 113 min. *Ver Destaque.* (23.00, Canal 1)

SEGUNDA, 10

Por Sua Conta e Risco

«Tom Alone» (Can./1990). Real.: Randy Bradshaw. Int.: Noam Zylberman, Nick Mancuso, Ned Beatty, Ron White. Cor, 87 min. *Telefilme.* (15.10, Canal 1)

Berços Trocados - I

«Switched At Birth» (EUA). Real.: Waris Hussein. Int.: Bonnie Bedelia, Brian Kerwin, John Jackson, Eve Gordon, Judith Hoag. Cor, 96 min. *Drama.* (21.40, Quatro)

Os Reis da Noite

«Harlem Nights» (EUA/1989). Real.: Eddie Murphy. Int.: Eddie Murphy, Richard Pryor, Arsenio Hall, Redd Fox, Danny Aiello. *Ver Destaque.* (22.15, SIC)

Olhares e Sorrisos

«Looks and Smiles» (Gr.Br./1981). Real.: Kenneth Loach. Int.: Graham Greene, Carolyn Nicholson, Tony Pitts, Phil Askam. Cor, 99 min. *Ver Destaque.* (00.10, TV 2)

TERÇA, 11

Doutor, Agora é Que São Elas

«Carry On Again, Doctor» (Gr.Br./1969). Real.: Gerald Thomas. Int.: Kenneth Williams, Jim Dale, Sidney James, Joan Sims. Cor, 90 min. *Comédia.* (15.00, Canal 1)

Eu, Tu e a Mamã

«Only The Lonely» (EUA/1991). Real.: Chris Columbus. Int.: John Candy, Maureen O'Hara, Ally Sheedy, Kevin Dunn. Cor, 102 min. *Comédia dramática.* (21.40, Quatro)

Piquenique em Hanging Rock

«Picnic at Hanging Rock» (Austrália/1975). Real.: Peter Weir. Int.: Rachel Roberts, Dominic Guard, Helen Mirre. Cor, 110 min. *Ver Destaque.* (23.10, TV 2)

QUARTA, 12

Doutor, Tenha Maneiras

«Doctor In Clover» (Gr.Br./1966). Real.: Ralph Thomas. Int.: Leslie Phillips, James Robertson Justice, Shirley Ann Field. Cor, 97 min. *Comédia.* (15.00, Canal 1)

Dick Tracy

«Dick Tracy» (EUA/1990). Real.: Warren Beatty. Int.: Warren Beatty, Madonna, Al Pacino, Glenn Headly, Charlie Korsmo, Mandy Patinkin, Charles Durning, Paul Sorvino, William Forsythe, Seymour Cassel, Dustin Hoffman, James Caan. Cor, 101 min. *Ver Destaque.* (21.55, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.



Dustin Hoffman e Meryl Streep, em «Kramer Contra Kramer», de Robert Benton

— Por isto e por aquilo... —

Sedução (Quinta, 15.00, Canal 1)

Tal como aqui admitiramos na semana passada, configura-se com efeito como um ciclo esta série de filmes que o Canal 1 está a apresentar em várias «sessões da tarde» dos dias de semana - uma série dedicada aos primeiros passos dados por Ingrid Bergman no cinema, ainda actriz jovem na Suécia. Mais uma razão para que esta particularidade extremamente curiosa tivesse sido melhor acautelada pela RTP, transmitindo o ciclo noutra hora e noutro espaço. *Sedução* é o terceiro filme apresentado, um melodrama desta vez realizado por Gustav Molander, um dos mais interessantes realizadores suecos, e em que a Bergman desempenha um dos seus últimos papéis antes de partir para os EUA, descoberta por David O. Selznick.

A Relíquia Macabra (Sexta, 22.10, Quatro)

Se há filme que ficou na História da sétima arte como um marco do cinema negro, este *A Relíquia Macabra* (ao qual muitos continuam naturalmente a referir-se pela tradução directa do título original - *O Falcão de Malta*) é um tal filme. Tendo sido a primeira experiência de John Huston como realizador, no cinema, curiosamente é o filme com que a Quatro encerra o ciclo (algo irregular) a ele dedicado. Terceira versão cinematizada do romance original de Dashiell Hammett, este filme de Huston distingue-se, em primeiro lugar, pela distribuição fora de série dos vários intérpretes pelas suas personagens - o que é desde logo claro na cena da primeira conversa entre a «cliente» Brigid O'Shaughnessy (Mary Astor) e o detective Sam Spade (Humphrey Bogart) no escritório deste. Mas também Sidney Greenstreet, na pele de um sinistro Kasper Gutman que persegue sem olhar a princípios uma valiosa estatueta, ou Peter Lorre, no inquietante e perturbador intermediário que é Joel Cairo, ou ainda esse eterno mas fabuloso secundário, Elisha Cook, no implacável matador, homem de mão de Gutman, que é Wilmer, contribuem para conferir ao filme a «credibilidade» e a «verosimilhança» que, apesar do absurdo e do irreal que tantas vezes detectamos nestas intrigas, ao mesmo tempo tão fascinantes as tornam. Mas tal é ainda conseguido através da insubstituível atmosfera em que esta história de crimes inúteis - porque provocados por uma estatueta que vem a revelar-se falsa (a temática do fracasso, cara a Huston) - se desenrola em algumas seqüências de excepção magnificamente encenadas pelo realizador a partir da sua própria escrita do argumento e fotografadas no esplendoroso preto-e-branco de Arthur Edeson. Seria, assim, perfeitamente derrotante que viesse a confirmar-se a anunciada exibição de uma cópia «colorizada por computador», infeliz indício de que (a exemplo do que, por vezes, se passa na SIC com M. S. Fonseca), também na Quatro a forçada sintonia com os interesses comerciais de uma televisão privada, pelo «programador de cinema» que na circunstância é Lauró António, acabam por fazer obscurecer o rigor a que o crítico (e também realizador) nos habituou. Se for esse o caso, resta ao espectador, mais uma vez, rodar o botão e ver esta indispensável obra-prima na sua cor original...



Rachel Roberts, em «Piquenique em Hanging Rock», de Peter Weir

Bob, o Jogador (Sexta, 23.10, TV 2)

Sendo *A Relíquia Macabra* o filme a ver esta noite, talvez seja interessante o espectador aproveitar para gravar este outro cujo horário de transmissão parcialmente coincide com o daquele - um exemplo do cinema do francês Jean-Pierre Melville, um dos realizadores europeus que com mais talento e originalidade se aproximaram do cinema negro americano. Outra curiosidade é, mais uma vez, a temática do fracasso que também este filme aborda, ao encenar a história de um gangster que, tendo meticulosamente preparado um último golpe - o roubo de um casino -, acaba por deitar tudo a perder... já que ganha, ao jogo (o seu grande vício), a fortuna que aquele golpe frustrado lhe porporcionaria! O problema é que tudo acaba na prisão...

A Herança da Carne (Sexta, 02.30, Canal 1)

Chega a parecer que o título deste filme - evocador do tipo de produtos que a RTP agora transmite aos fins-de-semana e nas suas vésperas - é por ela utilizado como chamariz ao espectador... S6 que talvez o «programador de serviço» não tenha reparado que, ao contrário do que o título poderia sugerir, surge um inesperado e admirável melodrama realizado por Vincent Minelli (insólito a

esta hora) e que, embora algo distante das inesquecíveis obras musicais que o realizador-especialista inexcelsivelmente montou, o revela igualmente competente num género que, quando ultrapassou os condimentos de romance de cordel nele habituais, originou grandes filmes. Aqui, estamos perante uma história poderosa de intensas relações de degradação e posterior recuperação no seio de uma abastada família do sul dos Estados Unidos. Com um Robert Mitchum em grande forma.

O Túmulo (Sábado, 12.00, TV 2)

Trata-se da segunda parte da maravilhosa história de aventuras que serviu de pano de fundo a *O Tigre de Eschnapur* que a TV 2 exibiu na semana passada, velho projecto a que Fritz Lang meteu ombros após o seu regresso à Alemanha, vindo do exílio. E, de novo, o marajá despótico, o arquitecto ocidental e a bela dançarina. E as lutas pela posse de um trono. Uma renovada curiosidade.

Os Invasores de Marte (Sábado, 15.00, SIC)

Um garoto de onze anos é despertado por estranhos fenómenos vindos dos lados do céu e acaba por testemunhar a chegada à Terra de uma expedição de marcianos que interferem na personalidade dos seus pais, da sua professora e dos que o rodeiam - e começam a comportar-se de forma estranha. O miúdo pede auxílio a uma enfermeira da sua escola para tomarem a iniciativa de chamar o exército, que destrói o veículo espacial. E então que o garoto desperta e verifica que tudo não passava de um pesadelo. Um filme desonesto e primário criando, através dos mecanismos artificiais do argumento, como que uma falsa atmosfera de suspense e ameaça externa, tão ao gosto dos «anos-Reagan».

«Death in the Clouds»

(Sábado, 15.10, Canal 1)

Apresentado no Boletim de Informação da RTP sem o seu título em português - coisa que hoje em dia é frequente na muito deficiente informação que a estação pública presta à comunicação social - este telefilme é bem capaz de ser um episódio desgarrado (e porventura esquecido nas prateleiras) da série que foi transmitida com um dos melhores Poirot jamais materializados - a inconfundível personagem de Agatha Christie excelentemente recriada por David Suchet. Do argumento, nada se diz na «informação», mas seguramente que ver este telefilme não será tempo perdido.

Kramer contra Kramer (Sábado, 23.15, Quatro)

Aconselha-se que o espectador se muna de alguns pacotes de lençinhos de papel se decidir plantar-se diante do televisor para ver este «dramalhão» que fez bilheteira por todo o lado e gira à volta da luta de um casal pela posse de um filho, na seqüência de um divórcio. É que tudo aqui foi encenado para que o espectador renuncie a uma saudável distanciação, para se envolver emocionalmente nas aflições das personagens. O que não teria nada de mal, se as coisas não procurassem conduzir-nos, com alguma forçada demagogia, a este resultado. Naturalmente que, depois, se quisermos embarcar, acabamos por ficar esmagados pelos desempenhos de Dusty Hoffman e Meryl Streep, sobretudo o do primeiro que, na companhia do intérprete do papel do seu filho (o espantoso Justin Henry), é protagonista de algumas seqüências de antologia - entre as quais a da preparação do primeiro pequeno-almoço que o pai-solteiro vai preparar para o jovem.

Curto-Circuito (Sábado, 23.30, SIC)

Numa programação cinematográfica este mês repleta de variados robots - uns mais «humanos» e «simpáticos» do que outros, mas tantos que invadem sem cerimónia o terreno de vários espaços, como é insolitamente o caso deste «Maiores de 17!» - *Curto-Circuito* é a história de mais um deles, pertencente ao exército americano, que, atingido por um relâmpago, se modifica no temperamento, resolve mudar de vida e não mais prestar «serviço militar». O filme é como que uma comédia fantástica encenada por John Badham, um realizador com métier e fortemente apoiado pela engenharia industrial dos estúdios, com um argumento centrado nas «partidas» que a técnica e a ciência por vezes proporcionam, como já acontecera em *Jogos de Guerra*. Mas não é mais do que um eficaz produto comercial, feito para passar o tempo.

O Dinheiro do Céu

(Domingo, 15.00, SIC)

Anunciado na programação mensal para a passada semana, *Dinheiro do Céu* é uma obra profundamente pessimista que retrata os anos americanos posteriores à Depressão e, de forma acutilante e original, combina dois géneros cinematográficos - a fantasia sonhadora dos *musicals* e a crua realidade do cinema de *temática social*. O filme é uma das obras mais interessantes de **Herbert Ross**, sem esquecer que muita da força dramática do filme reside no argumento saído da pena de **Dennis Potter**: um vendedor de partituras de canções, cansado da sua itinerância porta-a-porta, abre uma loja do ramo mas o negócio é uma ruína, pela ausência de clientes. E as coisas tornam-se mais negras quando conhece uma professora que acaba por prostituir-se e, ele próprio, é acusado do assassinio de um jovem...



A loira e os vilões, em «Dick Tracy», de Warren Beatty

Como é Bom Amar (Domingo, 16.00, Quatro)

Adaptado a partir de um *musical* da Broadway, *Como é Bom Amar* é um filme de um veterano especialista no género - **George Sidney** - que também se celebrou por alguns memoráveis filmes de capa-e-espada, como *Os Três Mosqueteiros* e *Scaramouche*. Mas este é um filme nem sempre conseguido do realizador, abordando a história de um cantor de *rock 'n' roll* que vem a uma cidade da província dar um último concerto antes de se alistar na tropa.

Adeus ao Rei (Domingo, 23.00, Canal 1)

Trata-se de um curioso argumento adaptado de um romance de **Schoendoerffer** contando-nos as aventuras de um desertor americano que vem parar às Ilhas Bornéu e é nomeado rei pelos indígenas que lhe dão guarida. Mas a II Grande Guerra ainda não chegara ao fim e os «serviços especiais» britânicos chegam à região para preparar a guerrilha contra os japoneses, à qual o desertor se apresta a dar apoio se, terminada a guerra, o «seu» povo permanecesse livre e senhor do seu destino. Entretanto, o futuro próximo, e os que o comandavam, iriam revelar-se traíçoeiros... Um filme relativamente interessante e por vezes com imagens de grande beleza de **John Milius** - um realizador do *clá Coppolla* que ganhou a celebridade por ter realizado *Conan*, um grande êxito comercial.

Os Reis Da Noite (Segunda, 22.15, SIC)

Trata-se da primeira experiência na escrita do argumento e na realização de **Eddie Murphy**, de quem a SIC parece apostada em mostrar as «obras completas»... Experiência frustrante e frustrada, já que ao **Murphy**-actor não vem suceder-se um particularmente inventivo ou vigoroso **Murphy**-realizador, ainda que a história de rivalidades entre os proprietários de um clube de Harlem e um grupo de *gangsters* brancos, em plena época da Lei Seca nos anos 30, pudesse dar pano para mangas. Salva-se a música, comercial embora, de **Herbie Hancock**.

Olhares e Sorrisos (Segunda, 00.10, TV 2)

Num filme cujo argumento é o espelho da «democracia de sucesso» à maneira de **Madame Thatcher**, eis um magnífico exemplo do excelente cinema de temática política e social que os britânicos, desde os tempos do *Free Cinema*, tão bem por vezes souberam fazer. **Kenneth Loach** é um dos mais interessantes representantes desse cinema que tem os seus alicerces numa excelente escola de documentarismo, tornada ainda mais ágil pela evolução das melhores técnicas da televisão. A história é a de dois jovens que, terminados os estudos, não conseguem obter um emprego e, após se terem alistado no exército, se sentem atraídos para o mundo da delinquência. Um filme realista, intenso e austero, muito bem recebido pela crítica e que convém não perder.

Piquenique em Hanging Rock (Terça, 23.10, TV 2)

Num luxuoso colégio de raparigas situado no sul da Austrália, digno das mais honradas tradições britânicas, prepara-se o piquenique do Dia dos Namorados. Estamos no início do século, tudo decorre no melhor dos mundos, com as meninas muitas lindas, de pele muito fresca e vestidas de branco, a paisagem convidativa respirando um admirável ambiente... Mas, de repente os relógios das meninas param, algumas começam a desaparecer e tudo é invadido por um inexplicável mistério... Foi este o filme que trouxe para a fama internacional **Peter Weir**, o realizador australiano que nos havia de dar *O Ano de Todos os Perigos*, *A Costa de Mosquito*, *O Clube dos Poetas Mortos*. Um filme de estranha e envolvente atmosfera, extremamente bem posto em cena mas com o senão de ser algo longo, revelando-nos o cinema fantástico australiano.

Dick Tracy (Quarta, 21.55, Canal 1)

No meio de tantas estrelas glosando outros tantos *bandidos* que povoam este gozado encontro de **Warren Beatty** com a famosa banda-desenhada de **Chester Gould**, não há dúvida de que o hilariante papel de **Al Pacino** na pele de *Big Boy Caprice* consegue suplantar-las a todas. Mas este é, apenas, um dos aspectos mais interessantes do filme, naturalmente contando uma história linear à medida da simplicidade e imediatismo do original, mas que tem, na sincopada montagem e no apuro do *grafismo* e do *desenho* dos cenários, para além da imaginativa realização de **Beatty**, os seus pontos mais altos. Um **Warren Beatty**, habitual e desenvolto criador de figuras de *playboy*, a dar cartas atrás das câmaras apenas em três filmes - mas que se chamaram *O Céu Pode Esperar*, uma revisão de *Here Comes Mr. Jordan*, de **Alexander Hall**, *Reds*, uma inesperada leitura da revolução russa a partir do olhar de **John Reed**, e este *Dick Tracy*, um espectacular divertimento que faz passar bem o tempo e ainda tem **Madonna**, armada em cantora de *charme*, a debitar a primor as canções de **Stephen Sondheim**... Que se podia pedir mais?

Cinema

	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Herói Acidental	★★★★	★★★	★★★
B Imperdoável	★★★★	★★★	★★★★
C Jogo de Lágrimas	★★★	★★★★	-
D Van Gogh	★★★★★	★★★★	★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A** - Real. Stephen Frears - Alfa/4 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15); Amoreiras/2 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Fonte Nova/1 (14.45, 17.00, 19.15, 21.45); Las Vegas/2 (15.30, 17.45, 21.45); Quarteto/4 (14.30, 17.00, 19.15, 21.45, 24.00); Terminal/1 (14.30, 16.45, 19.15, 21.30) - Lisboa.
- B** - Real. Clint Eastwood - Cine 222 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) King Triplex/2 (14.00, 16.30, 19.15, 21.45) - Lisboa.
- C** - Real. Neil Jordan - King Triplex/1 (13.00, 15.15, 17.30, 19.45, 22.00) - Lisboa.
- D** - Real. Maurice Pialat - Nimas (15.00, 18.15, 21.30, 00.15) - Lisboa.

Teatro

AUDITÓRIO DE BENFICA

Lisboa, Av. Gomes Pereira, 17. Tel. 7154565. De 3ª a 6ª às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. INOX TAKE 5, de José Pedro Gomes.

AUDITÓRIO NACIONAL CARLOS ALBERTO

Porto. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. O COMISSÁRIO DA POLÍCIA, de Gervásio Lobato, encenação de Júlio Cardoso.

CASA CONVENIENTE

Lisboa, R. dos Remolares, 48 (ao Cais do Sodré). De 4ª a dom. às 21.30. MENINA JÚLIA, de Augusto Strindberg, encenação de Fátima Ribeiro.

COMUNA

Lisboa, Praça de Espanha. Tel. 7271818. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. QUANDO PASSAREM CINCO ANOS, de Federico Garcia Lorca, encenação de João Mota, pela Comuna.

TEATRO ABERTO

Lisboa, Praça de Espanha. Tel. 7970969. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. A

ÓPERA DE 3 VINTÉNS, de Bertolt Brecht e Kurt Weill, versão de João Lourenço e Vera San Payo de Lemos, coreografia de Olga Roriz, encenação de João Lourenço, pelo Novo Grupo e actores e músicos convidados.

TEATRO DO CALVÁRIO

Lisboa, Rua Leão de Oliveira, 1. Sáb. e dom. às 16.00. Tel. 3639974. O SOLDADINHO DE CHUMBO, adaptação do conto de Hans Christian Andersen, encenação de Fernando Gomes, pelo TIL - Teatro Infantil de Lisboa.

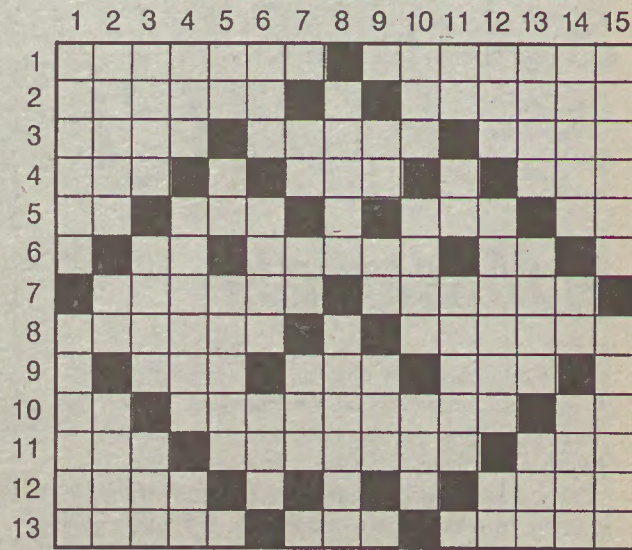
TEATRO MIRITA CASIMIRO

Monte Estoril, Av. Fausto de Figueiredo. Tel. 4670320. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. ALTA VIGILÂNCIA, de Jean Genet, encenação de Carlos Avilez.

TEATRO MUNICIPAL S. LUIZ

Lisboa, Rua António Maria Cardoso. Tel. 3427172. De 2ª a sáb. às 21.30. NOME DE GUERRA-JUDITE, encenação de Maria Germana Tanger. Companhia Teatral do Chiado - De 2ª a sáb. às Sáb. e dom. às 12.00. AQUELA NUVEM E OUTRAS, de Eugénio de Andrade, encenação de Mário Viegas.

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 - Violinos; musa da música. 2 - Estremeces; samificar. 3 - Instrumento cortante; deus grego e romano do Sol; prelecção. 4 - Espaço de tempo; estava; ruído. 5 - Nota mus.; ponta aguçada; lareira; letra grega. 6 - Pretexto (fig.); cipó; prep. 7 - Prisioneira; olho simples dos insectos (pl.). 8 - Petição; género de teatro musical e cantado (pl.). 9 - Ensejo; prep.; ovário de peixe. 10 - Estrôncio (símb.); de forma latina; pref. neg. 11 - Prep.; sobrecarregado; lavra. 12 - Prendes; içar. 13 - Casas; nome de homem; comentário.

VERTICAIS: 1 - Cotiado; relativo à Páscoa. 2 - Ventarola; Cério (símb.); rumo. 3 - Deus do vinho; pequeno pão; imensidade (fig.). 4 - Pron. pesso.; menina; pron. refl. 5 - Aqui; pron. pess.; divindade falsa. 6 - Membro das aves; branco; mulher de Luís XIII. 7 - Base; partia; prenda. 8 - Indolente; arremessou. 9 - Nota mus.; laço apertado; eia!. 10 - Emprego; laçada; acrescentei. 11 - Basta; nota mus.; poema satírico de Horácio. 12 - Oh!; saliência; outra coisa. 13 - Acusados; demora; para barlavento. 14 - Palidez; saudável; fúrias. 15 - Estávamos; curara.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

HORIZONTAIS: 1 - Sono; efuso; maga. 2 - Oral; unir. 3 - Mas; rei; ura. 4 - Adem; carro; amos. 5 - Cós; Almeida; elo. 6 - Dr.; ária; sina; ás. 7 - IVA; ara; mar. 12 - Tapa; oiro. 13 - Suas; risos; esmo.

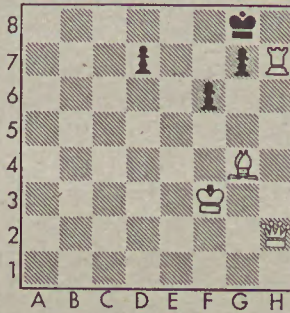
VERTICAIS: - MacDonald. 2 - Dor; amo. 3 - Nomes; adita. 4 - Oram; aca; ovas. 5 - As; arilo; AP. 6 - El; clivara; ar. 7 - Rama; rima. 8 - Ubere; ciras. 9 - Iris; anda. 10 - Ou; odiento; Os. 11 - Nu; Anita; Mi. 12 - Mira; asa; maré. 13 - Arame; foros. 14 - Ola; mel. 15 - Isósceles.

XADREZ

CDIX - 6 de Maio de 1993

PROPOSIÇÃO N.º 1993X035
Por: A. GRIN
64, URSS, 1918

Pr: [4]: Ps.d7, f6, g7-Rg8
Br: [7]: Bg4-Th7-Dh2-Rf3

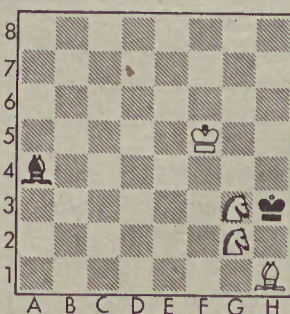


Mate em 3 lances

PROPOSIÇÃO N.º 1993X036

Por: VITALY HALBERSTADT
Combat, 1933

Pr: [2]: Ca4-Rh3
Br: [4]: Cs.g2, g3-Bh1-Rf5



Brancas jogam e ganham

N.º 1993X035 [A.G.]: 1. Bh5, Rf8; 2. Th8+, R67; 3. Te8
1. g6; 2. T.g7, g:h5; 3. Db8+
1. rh7?; 2. Bf7++

N.º 1993X036 [V.H.]: 1. Cf1, Bc6; 2. Cf4+, Rh4; 3. Cg6+, Rh3; 4. Rg5!, B:h1; 5. Cf4++
Se: 4. B:c6 - / Se: 3. B:c6 - / Se: 1. Rf4?, Bc6!-

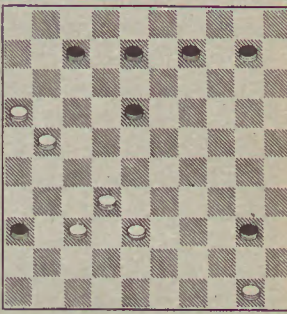
A. de M. M.

DAMAS

CDIX - 6 de Maio de 1993

PROPOSIÇÃO N.º 1993D035
Por: ABBÉ DURAND - 1878

Pr: [7]: 7-8-9-10-18-36-40
Br: [6]: 16-21-32-37-38-50

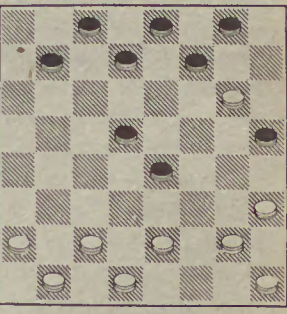


Brancas jogam e ganham

PROPOSIÇÃO N.º 1993D036
GOLPE N.º 17/93

Por: HERMÍNIO MEDALHA DA SILVA
Almada, 28-VIII-1979 [Contra: V. N. Dias]

1. 9-13, 21-17; 2. 15-9, 25-21; 3. 2-5, 22-19; 4. 13-18, 21-14; 5. 11-18, 24-20; 6. 12-16, 19-14; 7. 10-19, 23-14; 8. 16-23, 28-19 9. 18-21, 32-28 DIAGRAMA:



Brancas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CDIX

N.º 1993D035 [A.D.]: 1. 37-31, (36x27); 2. 16-11, (7x16*); 3. 438-33, (27x29); 4. 50-45, (16x27); 5. 45x50-D+

N.º 1993D036 [H. M. da S.]: 10. 9-13, 17-10; 11. 6-13, 21-10; 12. 7-11, 14-7; 13. 5:32=D+

A. de M. M.

Tempo

Diminuição da frequência e intensidade dos aguaceiros. Boas abertas. Subida gradual da temperatura. Vento fraco.



a talhe de FOICE

A Macarada

"Com a verdade me enganas", dizia a minha avó, de olho azul minhoto e maroto a perscrutar a candura com que lhe confessava uma fome pendurada ao pote do doce de tomate. E foi assim, a lambeirar à pala da dignidade da fome, que aprendi o conceito e o fui identificando vida fora, em mim e nos outros que, aqui e ali, me vão indo ao doce falando-me de alimentação.

Macário Correia não é meu neto mas fez-me sentir repentinamente avô, e pela módica quantia de 80 contos - correspondente, segundo ele, às suas despesas de pré-campanha para a presidência da Câmara de Lisboa durante o mês de Abril. "Com a verdade me enganas", disse eu lembrando-me da minha avó Antónia. Todavia, como se verá adiante, não foi o Macário que me quis ir ao pote.

O que o Macário quer e pode é um lugar no pelotão. Para isso pedala com genica de corridinho, agora contra as discotecas depois a favor delas, primeiro atacando o tabaco depois convidando para a direcção da campanha um administrador da Tabaqueira, ontem borbulhando folclores ecológicos numa Secretaria de Estado, para encobrir o desprezo dum partido e dum Governo pela preservação do ambiente, hoje já a fazer da ecologia um folclore, defendendo o lugar para que o repescaram - o de candidato do PSD à Câmara Municipal de Lisboa.

Foi nesta ecologia de consumo que Macário inscreveu a sua candidatal estratégia de prestar contas. Num Governo e num partido atolados em corrupções, toda a frescura será bem-vinda. A frescura de Macário tem dado o fluor que pode - e quem dá o que tem, a mais não é obrigado. Primeiro foi aquele tocante "strip-tease" bancário e a queixa de morar em Oeiras quando quer ser presidente da Câmara de Lisboa, depois vieram estes 80 contos de "despesas de pré-campanha referentes ao mês de Abril", cuja discriminação, em seis minuciosas alíneas, constitui uma peça antológica de lhanesa eleitoral. Veja-se:

Quiçá ponderando a sua embaraçosa mistura de raízes - um algarvio na corte de Lisboa - a primeira despesa de Abril (qualquer coisa como 17 995\$00) dedicou-a Macário à aquisição duma repolhuda obra em três volumes intitulada "Lisboa Desaparecida". É o que se chama ir ao fundo da questão: para governar o que há, o candidato começa por se informar do que não há. Seguem-se as despesas de táxi, uns modestos 2000\$00, o que confirma que o candidato continua a andar bastante de bicicleta, mais 2127\$00 para papel reciclado, que certamente serviu para os dois registos de correspondência que custaram 560\$00 - uma carta para Jorge Sampaio e outra (em cópia) para o Presidente da República. A quinta despesa indica 45 400\$00 de almoços oferecidos e a sexta regista 10 517\$00 de conta de telefone, o que indica que o candidato não se alambazou à mesa nem falou com uma boa parte da população de Lisboa. Entretanto, ao mesmo tempo que Macário Correia faz listas de despesas, outro ex-secretário de Estado do Governo do PSD, Costa Freire, está a ser julgado por fraudes de dezenas de milhares de contos, enquanto o próprio Executivo de Cavaco Silva cozinha uma "lei anticorrupção" que, a ser concretizada, cria condições para que o poder executivo tutele os inquéritos às suas eventuais corrupções, atropelos e vigarices.

Daí a apresentação de um candidato do PSD, que se esfalfa a discriminar 80 contos tostão a tostão, me colocar no papel da minha avó a dizer "com a verdade me enganas".

E se fossem todos chamar avô a outro?

■ HC



GRAVES CONFRONTOS ENTRE POLÍCIA E ESTUDANTES

Determinação no «Adeus ó Couto»

Alunos de Coimbra, Braga e Porto deslocaram-se na terça-feira de comboio para se juntarem em manifestação aos seus colegas universitários de Lisboa. O objectivo era, mais uma vez, protestar contra a Lei das Propinas e exigir a alteração da política de ensino. «Adeus ó Couto» foi o mote de uma significativa manifestação, onde se registariam graves confrontos com a polícia à porta de um Ministério onde o titular da pasta da Educação não se encontrava.

Quanto aos incidentes registados, dez feridos (cinco estudantes e cinco polícias) foi o balanço feito pela agência LUSA que referiu que três polícias receberam tratamento em Santa Maria enquanto dois estudantes foram igualmente hospitalizados.

Os incidentes terão começado quando a frente da manifestação, interrompida por um gradeamento que a colocava afastada do edifício do Ministério da Educação, tentou remover o obstáculo. A polícia interveio, não chegando no entanto a ser chamado o efectivo do Corpo de

Intervenção, que se encontrava de prevenção numa outra rua, perto da Avenida Cinco de Outubro onde os acontecimentos decorriam. Por uma vez acalmados os ânimos, a situação viria a repetir-se meia hora mais tarde, com os estudantes a usarem paus, pedras, garrafas e latas contra os cassetetes e chibatadas da polícia.

Agitando lenços brancos especialmente confeccionados para a ocasião - com a figura de um executivo a sair por uma porta dizendo «Adeus ó Couto» - os estudantes renovaram assim a sua exigência de demissão de um ministro que «perdeu toda a capacidade de diálogo».

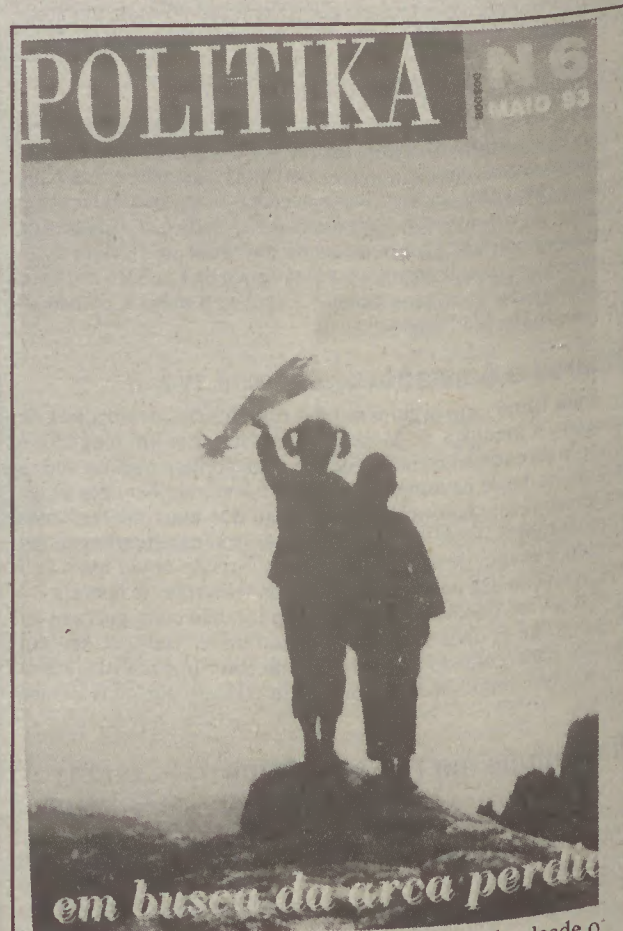
Couto dos Santos, que estava em São Bento numa reunião com uma Comissão Parlamentar - impossibilitando assim a reivindicada recepção de uma delegação estudantil - afirmaria ao fim da tarde, já depois destes acontecimentos, «ignorar ainda o que se passou». Para os estudantes, já há ano e meio que o ministro os ignora.

No final, os estudantes foram até ao Terreiro do Paço onde lançaram à água um

boneco representando um porco de enorme moeda entalada no rabo.

No mesmo dia, no Porto, a irreverência estudantil percorreu as ruas da capital norte-nordeste no tradicional cortejo da «Queima das Fitas», onde «Couto para a rua» e «Propinas não» foram palavras de ordem insistentemente repetidas ao longo do percurso que ligou o Palácio de Cristal à Avenida dos Aliados. Carros alegóricos construídos por cada um dos cursos das

diferentes faculdades leccionadas na Cidade Invicta reproduziam críticas ao ministro da Educação mas também a Braga de Macedo, ministro das Finanças e, ainda, ao presidente da Câmara, Fernando Gomes a quem se sugeriam, por exemplo, a lavagem da enegrecida Torre dos Clérigos «senão ainda vai para o sul». Cartolas, bengalas, cartazes e camisolas multicolores fizeram um desfile emoldurado por milhares de assistentes.



Já se encontra em distribuição e à venda, desde o passado fim-de-semana, o nº 6 da «Politika», correspondente ao mês de Maio corrente. Publicação da Organização do Ensino Superior da Juventude Comunista Portuguesa, dirigida por Nuno Tito de Moraes, a «Politika», que habituou os seus leitores ao bom gosto do seu grafismo e a interessante leitura, mais uma vez não desilude. São 76 páginas, de cujo sumário destacamos:

A entrevista com Emídio Rangel, Director de programação e informação da SIC; o dossier Ciência, com a participação de António Brotas, Armando de Castro, Delgado Domingos e José Manuel Pereira de Almeida; uma peça sobre o Vale do Ave; depoimentos de vários partidos comunistas e de esquerda, reunidos em tentativa de resposta aos desafios actuais, e sob o lema «Em busca da Arca Perdida»; um dossier Fotografia, para descobrir e confirmar nomes actuais da fotografia portuguesa, e com uma entrevista a António Sena; um trabalho sobre as lutas estudantis — dossier/Regresso dos Estudantes; e depoimentos de António Filipe e Edgar Correia. A abrir, «comunicados»: por Octávio Teixeira, sobre Maastricht, e por Luís Coelho.



Encerrou ontem, na FIL, o fórum «As Mulheres e a Cidade», uma iniciativa da CM de Lisboa, que contou com a presença de várias organizações femininas. A Organização das Mulheres Comunistas, que participou activamente nos trabalhos, iniciados na segunda-feira, manteve aberta uma banca com diversos materiais